

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - MINTER**

NELI DE LEMOS

**IMIGRAÇÃO, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: UMA LEITURA DA PRESENÇA DOS
HAITIANOS EM JOINVILLE/SC**

CURITIBA

2017

NELI DE LEMOS

**IMIGRAÇÃO, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: UMA LEITURA DA PRESENÇA DOS
HAITIANOS EM JOINVILLE/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Educação e Humanidades – Área de concentração: História e Políticas da Educação – da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dra. Evelyn de Almeida Orlando

CURITIBA

2017

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

L557i
2017 Lemos, Neli de
Imigração, religião e educação : uma leitura da presença dos haitianos em Joinville/SC / Neli de Lemos ; orientadora: Evelyn de Almeida Orlando. – 2017.
147 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2017

Bibliografia: f. 138-147

1. Haitianos – Joinville (SC). 2. Haitianos – Joinville – Educação.
3. Haitianos – Joinville (SC) – Religião. 4. Imigrantes – Joinville (SC).
I. Orlando, Evelyn de Almeida. II. Pontifícia Universidade Católica do
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 305.89697294

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de ingressar no Mestrado e ter me guiado até aqui.

Agradeço a minha orientadora Evelyn Orlando, por ter aceitado me orientar. Sem ela eu não teria chegado a este dia.

A minha pequena família Cláudio, Felipe e Marina, por mais uma vez assumirem comigo o compromisso de dedicação aos estudos. Eles sabem o quanto este mestrado foi importante para a minha vida pessoal e profissional.

Agradeço também aos meus familiares que, de alguma forma, contribuíram para essa caminhada.

Aos meus colegas de turma pelos momentos de aprendizagem que tivemos nas aulas em Jaraguá do Sul.

Aos meus colegas de trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Joinville, em especial ao grupo que atuou junto ao *Programa Mulheres Sim – Educação e Gênero*, ofertado, também, para as alunas imigrantes haitianas. A dedicação de cada um dos meus colegas foi essencial para que minha pesquisa tomasse forma.

Agradeço a Direção do IFSC – Campus Joinville pelo apoio para que eu pudesse usufruir da licença capacitação.

Agradeço as meninas do Registro Acadêmico e da Secretaria por concordarem com a minha liberação e por todo o apoio nos momentos em que precisei.

A todos aos idealizadores do Projeto Minter – Jaraguá do Sul, aos professores e funcionários que atuaram no mesmo.

Agradeço as imigrantes haitianas e a Sra. Nazarita, que participaram desta pesquisa.

Agradeço as minhas colegas de trabalho por participarem desta pesquisa.

Com certeza elas foram essenciais para o meu trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender o processo de acolhimento e integração dos imigrantes na cidade de Joinville, em Santa Catarina, atentando para a presença das mulheres e da religião católica nessa mediação. Analisamos a participação feminina no processo de acolhimento e na educação/formação dos imigrantes haitianos, além de atentarmos para o papel das mulheres haitianas na educação e na conservação de sua identidade cultural, com atenção para as permanências e rupturas das tradições do povo haitiano, seus hábitos, comportamentos, valores e crenças. A metodologia utilizada para a realização deste estudo se deu no entrecruzamento entre a pesquisa histórica e a sociológica. Para isso, nos apoiamos em entrevistas com as mulheres envolvidas no processo de imigração e observação de uma experiência formal de educação. Do ponto de vista teórico, conceitos como o de memória, cultura e *outsiders* nos auxiliaram para uma melhor leitura e compreensão dessas histórias. Entendemos a cultura como algo que faz parte do processo de criação da identidade do indivíduo, este que ao passar por situações do seu cotidiano, vai dando forma à sua identidade. Joinville, mesmo sendo uma cidade que tem formação do seu povo por imigrantes e migrantes, não é uma cidade que está estruturada para receber imigrantes, pois não possui, por exemplo, uma instituição pública voltada para o acolhimento e integração desses grupos na sociedade. Diante disso, o trabalho de pessoas das comunidades que, por meio de projetos, acolhem e integram esses novos moradores. Impulsionadas por motivações individuais, sociais ou religiosas, muitas mulheres se mobilizam e se engajam nesse trabalho. Curiosamente, nem sempre elas percebem que, na essência da sua atitude de olhar para o outro, de movimentar-se e agir diante dos conflitos existentes na comunidade, está o trabalho religioso. Por intermédio dos seus fiéis, a Igreja vai se fazendo presente nas questões sociais e, de modo tangencial, essa aproximação acaba por contribuir para a disseminação da fé católica. Como a Igreja é um local de encontro para eles, existe a possibilidade de criarem novos laços de relacionamentos, o que contribui para que os imigrantes encontrem nesse espaço condições favoráveis para que o processo de integração aconteça de uma maneira mais tranquila.

Palavras-chave: Cultura; Educação; Haitianos; Imigração; Religião.

ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the process of reception and integration of immigrants in the city of Joinville/SC, addressing the presence of women and the Catholic religion in this mediation. We analyzed the female participation in the process of reception and education/training of Haitian immigrants, but we also sought to look at the role of Haitian women in the education and conservation of their cultural identity, taking into account the permanencies and ruptures of the traditions of the Haitian people, their habits, behaviors, values and beliefs. The methodology used to carry out this research took place in the intersection between historical and sociological research. To this end, we rely on interviews with women involved in the immigration process and observation of a formal education experience. From a theoretical point of view, concepts such as memory, culture and outsiders have helped us to read and understand this story better. We understand culture as something that is part of the process of creating the identity of the individual, who, when going through situations of their daily life, gives shape to their identity. Although Joinville is a city that has formed its people through immigrants and migrants, it is not a city that is structured to receive immigrants. There is, for example, no public institution focused on welcoming and integrating groups into society. It is at this moment that the work of anonymous people of the communities, through host projects, contribute to the integration of the immigrants. Curiously, they do not always realize that, in the essence of their attitude of looking at another, of moving and acting in the face of conflicts in the community, is religious work. Through its faithful, the Church becomes present in social matters and, in a tangential way, this approach ends up contributing to the spread of the Catholic faith. Since the Church is a meeting place, there is the possibility of creating new ties of relationships, which contributes for the immigrants to find in this space favorable conditions for the integration process to happen in a more relaxed way.

Key words: Culture; Education; Haitians; Immigration; Religion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Haitianos em empresa de Gaspar.....	48
Figura 2 – Abrigo da “missão de paz” da Paróquia Nossa Senhora da Paz.....	76
Figura 3 – Casa do imigrante.....	100
Figura 4 – Visita ao Museu do Imigrante.....	100
Figura 5 – Aula de artesanato e os trabalhos manuais das alunas.....	102
Figura 6 – Participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.....	102
Figura 7 – Jogo inauguração do Ginásio de Esportes - Times Brasil e Haiti.....	103
Figura 8 – Educadoras e alunas com as filhas.....	107
Figura 9 – Recepção da Formatura com Painel de fotos das alunas tiradas durante o curso.....	107
Figura 10 – Coordenadora do Curso e acolhedora com alunas e familiares.....	108
Figura 11 – Atividade Cultural com grupo dança Federal.....	109
Figura 12 – Formandas e educadoras.....	109
Quadro 1 – Proposta de formato do <i>Programa Mulheres Sim</i>	83
Tabela 1 – Distribuição da população por crença religiosa em Joinville.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS

AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPE	Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEEST	Departamento de Estrangeiros
ECOSOL	Feira de Economia Solidária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FIC	Formação Inicial e Continuada
GAPA	Grupo de Prevenção da Aids
Gemttra	Grupo de Estudos Gênero, Mulheres e Temas Transnacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUPPs	Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas

OIM	Organização Internacional para Migrações
ONGS	Organização Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLE	Projeto do ensino do português como língua estrangeira
PR	Paraná
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RN	Resolução Normativa
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 DAS ONDAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL À MIGRAÇÃO HAITIANA PARA JOINVILLE.....	31
1.1 BRASIL COMO DESTINO PARA OS HAITIANOS.....	42
2 OS HAITIANOS EM JOINVILLE.....	53
2.1 TRABALHO COMUNITÁRIO E RELIGIOSO COMO CAMINHO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	61
2.2 O PROTAGONISMO DA MULHER EM DIFERENTES ESPAÇOS.....	85
3 VESTÍGIOS DE VIDAS, ESBOÇOS DE SONHOS: AS HAITIANAS E SUAS HISTÓRIAS	112
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	138
FONTES.....	144

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo compreender o processo de acolhimento e integração dos imigrantes haitianos na cidade de Joinville, localizada no estado de Santa Catarina, atentando para a presença das mulheres e da religião católica nessa mediação.

A imigração haitiana é um processo que tem uma historicidade própria. “Migrar é uma atividade que faz parte do cotidiano dos haitianos há, pelo menos, meio século. Essa prática já levou mais de dois milhões de pessoas para outros países, especialmente os Estados Unidos e a República Dominicana.” (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2015, p. 182).

Em 2010, a imigração haitiana para o Brasil se expandiu, consideravelmente, quando o Haiti foi atingido por um terremoto, deixando milhares de mortos e mais de três milhões de pessoas desabrigadas (STEVENS, 2010). Conforme relatório do Ministério do Trabalho Emprego (MTE), o terremoto causou parte da destruição dos municípios e morte de pessoas, além de afetar a infraestrutura econômica e social do país. No mesmo ano, o Haiti ainda passou por um surto de cólera resultando na morte de 8.000 mil pessoas. Em 2012, foi surpreendido por dois furacões, *Issac* e *Sandy*, que impactaram diretamente na produção agrícola do país, a qual era uma fonte importante de recursos econômicos (BRASIL, 2014).

Esse conjunto de situações e o resultado de condições deficientes no país impulsionaram a emigração dos haitianos para outros países. Eles partiram em busca de melhores condições de vida para si e para os familiares que deixaram no Haiti, entre tantos destinos, o Brasil tornou-se um dos principais países escolhidos para migrar. Em princípio, eles foram para o estado do Acre, mas com a preocupação em encontrar trabalho, acabaram se deslocando para outros locais onde tinham mais oportunidades. Joinville foi um deles, cidade escolhida para a realização desta pesquisa.

O Brasil, ao longo de sua história, recebeu imigrantes de várias etnias que contribuíram com a formação cultural, educacional e religiosa do povo. Dentre os imigrantes que auxiliaram na pluralidade do país, destacamos os que participaram da formação da região sul, mais especificamente em relação ao estado de Santa

Catarina. Os imigrantes que formaram colônias nesse estado eram, predominantemente, de origem italiana, alemã, portuguesa, açoriana, espanhóis e, de diversas maneiras, deixaram suas marcas nessa sociedade.

Para Faria, na história da humanidade, a migração é uma das atividades mais antigas, intrínseca ao homem, embora só tenha passado a ser objeto histórico em meados do século XIX. A autora aponta que, “[...] mesmo diante da importância que os fluxos migratórios assumiram, principalmente nos séculos XIX, XX e início do XXI, o tema é tratado de forma secundária e dissolvido em várias ciências.” (FARIA, 2013, p. 20). Neste sentido, quando nos referimos ao processo de imigração como conceito, estamos pensando na mobilidade espacial dos sujeitos – cerne desse processo –, em suas causas e, sobretudo, nas formas e efeitos que produzem nas pessoas envolvidas.

Segundo Becker:

[...] a mobilidade desempenhou funções diferentes em diferentes modos de produção. Nas sociedades primitivas, a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para suas culturas comunitárias. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força de trabalho “livre” e “móvel” torna-se essencial para o processo de acumulação. (1997 apud GHIZZO, 2008, p. 101).

Ao longo da história, esse tema esteve associado, de certo modo, à condição vital dos indivíduos. Na sociedade moderna capitalista, no entanto, essa noção passou a adquirir diversificadas conotações. Se, no período primitivo, os deslocamentos eram marcados pela busca de recursos fundamentais para vida, na sociedade moderna esses movimentos migratórios foram e são influenciados, em larga medida, por fatores econômicos e pela busca do que, apoiados em Bourdieu (2005), podemos chamar de outros tipos de “capital”, tais como: melhores empregos e salários, maior qualidade de vida, experiência cultural e aprendizagem de uma nova língua. Muitos são os fatores que levam os sujeitos, hoje, a migrarem para outros lugares em busca de novas oportunidades.

Segundo o conceito da Organização Internacional para Migrações (OIM), a migração é um:

[...] movimento de população para o território de um outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo movimento de pessoas, seja qual for o

tamanho, sua composição ou suas causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desarraigadas, migrantes econômicos. (DIREITO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO, 2009, p. 38).

Esta definição da OIM, mesmo sendo genérica, evidencia um tipo específico de migração que, até onde percebemos, também é privilegiada nas pesquisas no campo das Ciências Humanas, ou seja, aquela centrada na questão do trabalho, com uma ênfase maior na abordagem marxista, que enfoca a “mobilidade forçada pelas necessidades do capital” (BECKER apud FERREIRA, 2007, p. 21). Nessa linha apontada por Becker, estão na base do processo migratório as condições objetivas, relacionadas a questões políticas e econômicas conjunturais ou causas econômicas mais estruturais. Desse modo, os estudos sobre migrações, em larga medida, acabam por remeter a um tipo específico de migrante. De acordo com Nascimento:

[...] aqueles que saíram de seu país de origem à procura de melhores condições de vida, na busca de empregos e melhores salários. Ainda que mencionem a perspectiva subjetiva do migrante, há uma valorização dos aspectos estruturais de teor econômico e financeiro, de forma que as circunstâncias do movimento acabam sendo generalizadas pelo fator econômico, sem cogitar outros motivos que dizem respeito à trajetória pessoal e o modo como eles se articulam com o mundo e com os diferentes lugares nos quais estão inseridos. O que queremos dizer é que em torno das migrações há muitas outras questões a serem levantadas que vão além das conotações reducionistas em torno do tema – o capital social e cultural também pode vir a ser convertido em capital econômico, desde que isto não cristalize a relação entre capital e trabalho, mas viabilize outras relações de sentido. (NASCIMENTO, 2013, p. 14).

Essa pesquisa não prescinde da questão do trabalho, apesar de o imigrante aqui analisado ter, efetivamente, nas causas do seu deslocamento, a busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida. No entanto, partimos do princípio de que o imigrante pode e deve ser interpretado sob duas dimensões de análise: a objetiva e a subjetiva, considerando-as intrinsecamente relacionadas.

Conforme Barbosa (2010):

O paradigma objetivo inscreve os deslocamentos como fator estrutural, já que para muitas análises é o processo de acumulação do capital com conseqüente possibilidade de melhorias sociais o grande propulsor dos fluxos migratórios. Por outro lado, pelo panorama subjetivo, as circunstâncias deflagradoras do movimento não estão circunscritas às motivações econômicas – há motivos outros que dizem respeito à trajetória

pessoal e o modo de articulação do migrante com o movimento do mundo e dos lugares (BECKER, 1997; FERREIRA, 2007). Na perspectiva subjetiva, o imigrante não é tão somente uma “mão-de-obra” barata. É um indivíduo em “suspensão” cuja identidade e identificação estão postas em dualidade com a identidade e identificação próprias do grupo onde se encontra, embora não esteja, necessariamente, inserido no grupo. (BARBOSA, 2010, p. 19).

Barbosa chama a atenção para o grande desafio do imigrante, estrangeiro ou refugiado em relação à “[...] superação das diferenças culturais encontradas no país de acolhimento” (2010, p. 19). Apoiada em Mamman e Richards (1996), a autora defende que “[...] as experiências interculturais nestes casos, começam no encontro com o ‘outro’ e evoluem para o encontro com o ‘eu’.” (BARBOSA, 2010, p. 19). Buscando considerar a subjetividade do imigrante, a pesquisadora cita Castells (2002), onde este afirma que “[...] estudos referentes ao ajustamento e inserção de imigrantes em outras comunidades tendem a focalizar os aspectos culturais desses sujeitos e a construção/reconstrução de sua nova identidade – processo imprescindível à socialização” (CASTELLS apud BARBOSA, 2010, p. 19).

Consideramos esses dois aspectos, o objetivo e o subjetivo, para entendermos a presença dos haitianos em Joinville, a fim de compreendermos esse novo processo de imigração em uma cidade tradicionalmente construída por imigrantes e migrantes. Diante dessa conjuntura, surgiram, inevitavelmente, algumas perguntas: de que maneira é realizada a recepção? Como o novo sujeito é inserido no grupo? Quais são os espaços possíveis de inserção social do imigrante no trabalho, na educação e, até mesmo, na cultura? De que modo esse imigrante se vê nesse novo grupo e como lida com a questão da identidade? Estes questionamentos são tangenciais, mas que, de um modo ou de outro, perpassam por todo o trabalho.

Na condição de imigrante, é necessária uma adaptação à nova cultura, onde é construída, ao longo do processo, outra forma de ver o mundo, a partir de uma gama de novos conhecimentos adquiridos durante o convívio com o outro, com o diferente. Assim, o emigrante, quando decide sair do seu país, passa a ser um imigrante no novo local aonde chega. Para ele, inicia-se um movimento pessoal e necessário de sentir-se inserido no novo grupo, em ser acolhido, para então originar-se o processo de conhecimento e acomodação à nova cultura. Isso não significa dizer que, para conhecer outras culturas e inseri-las em seu cotidiano, seja necessária a aceitação pelo grupo, mas que, se o imigrante sentir-se acolhido, essa

mesclagem entre as culturas e construção de novos conceitos será bem menos doloroso. No entanto, o que comumente acontece é que este novo sujeito se estabelece, na comunidade, como *outsider*.

O conceito de *outsider* está ancorado na análise de Becker (2008), o qual se baseou na pesquisa realizada por Elias e Scotson (2000), na cidade de Winston Parva, Alemanha, onde esses deram início a concepção relacional de estabelecidos e *outsiders*. Empregamos os aportes teóricos de Becker por este autor ter desenvolvido o conceito de maneira mais ampla e teórica. Em *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*, Becker faz a seguinte formulação:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*. (BECKER, 2008, p. 15).

Todavia, este autor chama a atenção para o fato de que, ao ser rotulada por ter uma opinião diferente das regras impostas pelo grupo, a pessoa pode chegar a pensar justamente o contrário e ver o grupo social que impõe as regras como o *outsider* da situação. Isso ocorre, segundo ele, quando o sujeito não aceita as regras impostas pelas quais está sendo julgado, podendo este considerar aqueles que o julga como incompetentes e legitimamente incapazes de avaliar a questão. Nesse contexto, temos um segundo significado para o termo: aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são *outsiders*. Quando as relações de poder se complexificam, essa é uma possibilidade de leitura com enorme potencialidade.

Nesta pesquisa, no entanto, nos aproximamos da proposta trabalhada na experiência de Elias e Scotson (2000). Embora os autores não tenham elaborado um conceito, eles delinearam, em linhas gerais, situações que contribuíram para a definição do que podemos entender como um *outsider*. Com base em Elias & Scotson, *outsider* é aquele que vive à marginalização e diz respeito a uma posição social inferior ao grupo estabelecido em uma determinada sociedade. É aquele que está à margem do grupo já existente, não participa do mesmo *status* e não compartilha os mesmos códigos sociais. Logo, ele não dita as normas que devem

reger a sociedade, independentemente de sua classe social. Mas, como a dinâmica de poder se intercala em uma sociedade, essas posições – estabelecidos e outsiders – não são estáticas.

É relevante percebermos que esse conceito ultrapassa os limites da classe social. Os costumes, a cultura, a forma de viver, a própria classe social, a etnia e a religião podem ser justificativas para a produção de um lugar que está associado ao sentimento de superioridade ou inferioridade. De modo geral, a formação de grupos estabelecidos e *outsiders* reflete a maneira como o indivíduo e alguns grupos percebem e julgam o mundo, a si mesmo e o outro que lhe é estranho.

Na revisão de literatura, nos deparamos com pesquisadores que têm se voltado para a compreensão do processo migratório dos haitianos e de outras etnias que emigraram mais recentemente. Estes pesquisadores estão reunidos em alguns grupos de pesquisa, tais como: o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPs) e o Grupo de Estudos Gênero, Mulheres e Temas Transnacionais (Gemttra), ambos da Universidade de São Paulo (USP); Observatório das Migrações ao Ministério Público do Trabalho; Observatório das Migrações de Santa Catarina vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Além dos grupos de pesquisa, é importante destacar o *Seminário Imigração Internacional Recente para São Paulo*, realizado pelo NUPPs, em 2015, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

É válido destacar, também, alguns estudos, como o de Virtuoso (2008), *Disputas de Identidades: a nacionalização do ensino em meio aos ítalo-brasileiros (1900-1930)*, onde o autor buscou perceber, por meio da Sociologia e da História Cultural, as lutas de representações que envolveram a comunidade ítalo-brasileira do extremo sul catarinense nas primeiras décadas do século XX. Em um âmbito ampliado, e sobre a imigração haitiana mais especificamente, destacamos o trabalho *Haitianos – uma nova história no Brasil e um novo recomeço em SC: elaboração de um projeto de PLE*, de Goulart (2015). E o livro organizado por Teixeira, Braga e Baeninger (2012), *Migrações: implicações passadas e presentes e futuras*, onde são apresentados artigos que tiveram como temática, por exemplo, o papel da migração no povoamento de São Paulo, questões teóricas sobre migrações além de uma reflexão sobre a contribuição da categoria do *habitus* nas migrações internacionais.

Em *Travessia: História dos imigrantes haitianos em Santa Catarina*, Takaschima (2015) investigou os hábitos, costumes e memórias dos estrangeiros nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Chapecó. *Migração haitiana em Santa Catarina: experiências de trabalhadores do Haiti na AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera*, de Figueredo (2016), identificou as escolhas da região carbonífera e os reflexos do processo de migração para a região. Damazio (2015), em *Imigração haitiana ao Brasil: especificidades e dispositivo de política migratória empregado pelo estado brasileiro*, analisou a repercussão da invasão haitiana no Brasil e a possível existência de discriminação nas medidas estatais adotadas. No trabalho *(Des)Caminhos da imigração haitiana no Rio Grande do Sul: implicações culturais e sociais nos processos de mudança de vida*, Pereira (2016) fez uma reflexão sobre o tema da imigração, considerando as diferentes implicações que estão relacionadas a esse contexto, por envolver aspectos formativos e discursivos associados à fatores sociais, culturais, históricos e singulares.

Moraes, Andrade e Mattos (2013), no artigo *A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios*, analisaram os atuais fluxos migratórios para o Brasil e, tendo como base os conceitos de refugiados e visto humanitário, investigaram o caso da hodierna imigração haitiana para o país. Castro, Bernartt e Baptista (2016), no artigo *Educação e Trabalho: algumas reflexões sobre a imigração haitiana no Brasil*, trouxeram uma reflexão sobre o contexto atual da imigração haitiana, no que tange às dificuldades encontradas por estes nos campos do trabalho e da educação. Simões et al (2015), em *Imigrantes do Haiti no Brasil: um caso de efetivação dos direitos humanos*, analisou a vinda dos haitianos para o Brasil com base nos direitos humanos e estabeleceu os institutos de refúgio e asilo como protetores da dignidade humana. Zeni e Filippim (2014), no artigo *Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas*, discutem sobre a migração haitiana em Chapecó (SC) a partir da implementação de políticas públicas para o acolhimento dos migrantes.

Numa perspectiva feminina, Mejía, Bortoli e Lappe (2015), no artigo *Relatos da experiência migratória de mulheres haitianas no sul do Brasil*, analisaram os projetos familiares implícitos no fluxo migratório a partir das trajetórias de vida de mulheres haitianas. Handerson e Joseph (2015), em *As relações de gênero, de*

classe e de raça: Mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil, abordaram as dinâmicas migratórias das mulheres haitianas na França e no Brasil, fazendo uma articulação entre três dimensões: a trajetória de vida das mulheres haitianas no Brasil, as lógicas do processo de decadência do status social e profissional dessas mulheres a partir de suas experiências migratórias nestes países e, por último, as relações de gênero, de classe, de raça e de nacionalidade no contexto migratório dessas mulheres.

Além destes trabalhos, buscamos, no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), teses e dissertações que trazem o tema sobre a imigração em seus diferentes aspectos, assim como no processo de acolhimento. Nos chamou a atenção a pouca quantidade de estudos na área da Educação, voltados para a temática da imigração haitiana, pois prevaleceram as outras áreas do saber. Destacamos, aqui, as pesquisas separadas por área de conhecimento. Na área da Educação, encontramos quatro trabalhos, a saber: as dissertações *Pelo direito ao grito: As lutas silenciadas da Universidade Pública Haitiana por reconhecimento, independência e democracia*, de Marques (2013); *Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no Oeste Catarinense*, de Bordignon (2016); *Frantz Fanon e os Movimentos Sociais: com os olhos voltados para o Haiti, mirando o processo pedagógico*, de Prospere (2011) e a tese de doutorado *O “eu” confronta o “outro”: o que (re) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais*, de Guimarães (2017). Dos trabalhos de outras áreas de conhecimento, destacamos dois: um da Sociologia, *Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015*, de Dieme (2016), e outro da área de letras, *El Massacre se pasa a pie e a reconstrução do massacre de haitianos na fronteira dominico-haitiana: história e ficção*, de Suriel (2014).

Diante destas pesquisas, percebemos que a vida em um país que não seja o seu, torna-se difícil quando não se tem a compreensão dos códigos culturais que regem a vida em sociedade. Neste sentido, a educação é uma das formas de inserção dos imigrantes ao novo grupo social. Por meio dela, os imigrantes se aproximam do acesso aos códigos desse novo grupo e a uma formação específica para o mercado de trabalho onde está inserido.

É válido ressaltarmos que educação não se desenvolve exclusivamente no âmbito formal. Ela está presente em todos os lugares. De diferentes modos, somos ensinados (e ensinamos) a viver em sociedade. Assim, se a educação pode ser uma das formas de inserção dos imigrantes na sociedade, é com ela que a sociedade aprenderá, igualmente, a conviver com o outro.

Mesmo que inconscientemente, ao sermos expostos a diferentes culturas, costumes, hábitos, etnias e religiões, aprendemos algo novo e o introduzimos no nosso cotidiano. Conseqüentemente, este cenário ocasiona, de acordo com Canclini (2011), o *hibridismo cultural*. Porém, esse é um processo que detém certo tempo para sedimentar e não ocorre de forma consciente e intencional, pois é uma construção que se dá pela prática e em um procedimento de longa duração. Não é, portanto, o que temos em Joinville com os haitianos, por ser um processo migratório recente.

Apesar de Joinville ser uma cidade marcadamente de cultura alemã, assim como outras do estado de Santa Catarina, podemos notabilizar que a abertura para a entrada de imigrantes, pouco a pouco, vem transformando a cidade, levando-a a viver uma situação de multiculturalidade. É preciso compreender, no entanto, que apesar do potencial crescimento humano que isso pode proporcionar a todos os envolvidos com essa experiência, a multiculturalidade não significa, necessariamente, um imbricamento entre as culturas. Segundo Mendes,

A situação de multiculturalidade não implica necessariamente a existência de contatos e interações significativas entre as culturas copresentes, que podem coexistir no mesmo território ou em territórios contíguos em mera posição de face-a-face. Mas tende a evoluir para interfaces ora colaborativos, ora conflituais, ora de ambas as espécies, como sabemos pela experiência histórica, à escala local, da vivência social das grandes metrópoles. (MENDES, 2010, p. 32).

A sociedade de Joinville ainda não parece compartilhar os códigos desse novo sujeito social de maneira igualitária. Ao contrário, o movimento é de inserção desse sujeito em um grupo estabelecido, incorporando os seus códigos culturais. Sem dúvida, esse processo jamais se constitui como uma via de mão única. E, nesse sentido, entendemos a questão da cultura como uma construção plural, embora não necessariamente equitativa.

Uma forma de o imigrante conseguir incluir-se na nova sociedade é demonstrar interesse em aprender com ela, ou seja, estar aberto às normas de convívio dos grupos ali estabelecidos que apresentem, por simbologia, o “poder”, como forma de destacarem-se dos grupos minoritários. Mas, esse não é um processo simples e, muito menos, rápido. Geralmente os imigrantes se organizam em grupos menores, ficando à margem da sociedade por não dominarem os códigos e não apresentarem algum tipo de capital simbólico para ter peso nas relações constituídas. Isso resulta na formação de novos grupos ou novos bairros, vilas onde os pertencentes identificam-se pela sua condição econômica, social e cultural, o que pode acarretar o aumento do seu isolamento social e cultural. Condição semelhante foi percebida por Elias e Scotson ao analisarem o grupo de habitantes da localidade de Winston Parva. De acordo com os sociólogos, “[...] o fato de os recém-chegados serem tratados pelos “aldeões” como *outsiders*, como um grupo de status inferior, dificultou-lhes ainda mais interessar-se por sua nova comunidade e romper as barreiras de seu isolamento inicial.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 110).

A discriminação e o tratamento de indivíduos como inferiores ou *outsiders* não são situações isoladas que aconteceram na localidade pesquisada por Elias e Scotson. Muitos tipos de diferenciação humana existem no Brasil. O texto *Igualdade Racial*, publicado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fortalece o pensamento do racismo que ainda ocorre no Brasil, mesmo que este país tenha sido colonizado por diferentes etnias, como os índios, africanos, portugueses, entre outros imigrantes Europeus. Ademais, o texto ressalta a ideia de ‘mestiçagem’ enquanto conteúdo essencial daquilo que compreendemos em termos de ‘nação’. Neste contexto, o racismo também é uma das questões que surgiram durante o nosso trabalho de pesquisa, visto que no Brasil a cor da pele é um dos meios para a participação do indivíduo em uma sociedade considerada “melhor” ou, como apontam Elias e Scotson (2000), “estabelecida”.

Com o objetivo de compreender essas situações colocadas como racismo e buscando apreender esse lugar ocupado pelo imigrante haitiano a partir da miscigenação de culturas, utilizamos a memória como principal fonte de pesquisa para analisar suas percepções do país, bem como o acolhimento concedido pelo grupo religioso e as influências que este teve na vida de cada um deles.

Metodologicamente, trabalhamos essas memórias, sobretudo, a partir da História Oral, com a realização de entrevistas. Respaldamo-nos em Demartini (2004) por esta fazer uso da mesma abordagem em suas pesquisas, além da proximidade da natureza da temática, indagações manifestadas, problemas investigados, assim como, pela aproximação com as fontes vivas da pesquisa, o que possibilitou dar voz a esses sujeitos.

Ao fazermos o entrecruzamento entre as fontes orais cruzadas e as demais fontes, foi possível um maior aprofundamento da pesquisa. Como em nossa pesquisa temos como foco, também, os imigrantes, justifica-se a utilização do método “[...] pela natureza da temática abordada e pelas indagações formuladas”, por isto, “[...] optamos por um certo privilegiamento às fontes orais com a incorporação das demais fontes para a explicitação e aprofundamento das questões ao longo do processo de pesquisa.” (DEMARTINI, 2000, p. 350). Além do aprofundamento teórico sobre a história da educação e imigração no Brasil, os imigrantes haitianos, por meio dos relatos orais, contribuíram com o desenvolvimento, aprofundamento e busca das respostas para os nossos questionamentos.

Segundo Alberti, a “[...] história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc.” (2005, p.18). Dessa forma, utilizamos a metodologia da história oral por ela ser ampla e fazer o elo entre diferentes áreas, que, de acordo com a mesma autora, ela pertence mais a uma ou outra área do conhecimento, visto que a mesma se move em um “terreno multidisciplinar”. Diante de tais apontamentos, entendemos por história oral:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] o método oral produz fontes de consultas (entrevistas) para outros estudos [...] trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. À luz de depoimentos de pessoas que deles participaram. (ALBERTI, 2005, p. 18).

A história oral foi registrada e analisada com base nos métodos elaborados por Alberti em *Manual de História Oral*, o qual muito contribuiu para a obtenção de

uma análise coerente dos dados obtidos e almejamos que estes sirvam como fontes para outras pesquisas. Com isso, é importante que o pesquisador tenha respeito pelo outro, por sua visão de mundo, tendo em vista que essa visão de mundo norteará os depoimentos dos sujeitos entrevistados e trará significados aos fatos ocorridos. (ALBERTI, 2005).

Corroborando com essas observações sobre a história oral, Amado e Ferreira (1998) apontam o interesse da história pela “oralidade” por esta permitir obter e desenvolver conhecimentos novos, além de fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas. Essa compreensão complementa a afirmação de Alberti, quando esta diz que a história oral é um espaço social, de contato e influências interdisciplinares, em escalas de níveis locais e regionais.

Utilizando a metodologia proposta, tivemos a oportunidade de descortinar a história dos momentos vivenciados pelos atores dessa investigação, considerando que, segundo Amado e Ferreira (1998), o âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho da pesquisa histórica.

Nosso estudo se constitui como uma história-sociológica, pois foi produzido na interface da História da Educação com a Sociologia. Consideramos a história, consoante Bloch, uma busca, “[...] portanto escolha. Seu objeto não é o passado: ‘a própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto da ciência é absurda’, seu objeto é ‘o homem’, ou melhor, ‘os homens’, e mais precisamente os ‘homens no tempo’.” (BLOCH, 2001, p. 24, grifo do autor).

A história não é e nunca será estanque, pois sempre será passado, o que permite considerarmos os acontecimentos como parte do processo histórico. Assim, a história e a memória se justificam como parte do contexto uma da outra, pois necessitam da lembrança, seja ela registrada em documentos ou resgatada das recordações de quem vivenciou o momento, as quais podem ser transformadas em registro da história. Até mesmo um instante atual poderá fazer parte da história no próximo segundo.

Consideramos que, quando um pesquisador propõe-se a iniciar um processo de um registro recente, vai muito além dos seus interesses, pois passa, também, a fazer parte da história, deixando para gerações futuras o registro dos acontecimentos atuais, o que proporcionará análises que estão por vir. Neste

sentido, ao estudarmos os acontecimentos relacionados ao homem que é, segundo Bloch, parte principal da história, contribuimos para o entendimento do passado pelas futuras gerações e para os caminhos de construção da cultura e da sociedade.

“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. O conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (BLOCH, 2001, p. 75). Concordamos com a afirmação de Bloch quando este afirma que não conseguimos modificar o que sabemos sobre o passado, pois tudo o que já passou, ou seja, todos os acontecimentos, sejam eles bons ou ruins, não serão possíveis de refazer, visto que essa situação não nos é permitida. Como seres humanos, podemos pesquisar e refletir as formas de atuação no passado e, com os resultados, poderemos repensar as atitudes do presente, como também reformular conceitos e conclusões com foco no tempo atual para, assim, contribuirmos com a ciência na compreensão dos nossos problemas sociais.

Deste modo, não é possível falarmos de história oral sem considerarmos a dimensão da memória. Conforme Le Goff, a memória é “[...] a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (1990, p. 224). Neste contexto, “[...] o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.” (LE GOFF, 1990, p. 225). Assim, por meio da memória, seja ela individual ou coletiva, como a memória social, será possível trazer o que está guardado no indivíduo ou no grupo, possibilitando, então, a visualização do que está possivelmente escondido para a sociedade.

Apesar de a abordagem metodológica inicial estar voltada para a História Oral, em contato com as próprias haitianas quando em situações de aprendizagem, percebemos que as práticas nem sempre eram condizentes com os relatos, sendo as memórias, então, selecionadas para serem relatadas. Além disso, curiosamente, nas entrevistas, as haitianas não se mostraram confortáveis. As casadas vinham acompanhadas pelos maridos nos momentos de entrevista e falavam pouco sobre experiência do processo de imigração para o Brasil. Por essa razão, e considerando

todos os riscos, optamos em tencionar as memórias com as práticas vividas utilizando a observação participante como procedimento metodológico.

A observação, conforme Ludke (1986), ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional, pois proporciona um contato pessoal e estreito com o fenômeno pesquisado. Ela pode ser utilizada tanto como principal método de investigação ou ser associada a outras técnicas de coleta. De acordo com a autora, a observação direta permite uma aproximação entre o pesquisador e as “perspectivas dos sujeitos”, sendo um importante alvo nas abordagens qualitativas.

Na observação participante, o pesquisador desenvolve a função de “participante como observador”. Segundo Junker (1971), este tipo de observação é um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo e o observador participa das atividades do mesmo modo que os membros do grupo observado (JUNKER, apud LUDKE, 1986). Em nossa pesquisa, o conteúdo das observações foi delimitado como a “reconstrução dos diálogos”, onde foram registradas as palavras, os gestos, os depoimentos e as intervenções.

Conceitualmente, o principal referencial teórico deste trabalho está assentado em Elias e Scotson (2000), os quais delinearam os primeiros passos para a formulação do conceito de *outsiders*. Estes autores perceberam a diferença criada pela comunidade entre os grupos, designadamente chamados, por eles, de os “estabelecidos” e os “*outsiders*”. Durante a pesquisa, os sociólogos perceberam, de forma clara, a diferença existente entre os que já residiam na comunidade e os grupos menores que chegavam, os quais viviam à margem da sociedade. Corroborando com as pesquisas de Elias e Scotson (2000), Becker (2008), por sua vez, considerou o *outsider* como aquele que não adere às regras estabelecidas ou que se distancia delas por alguma razão, passando a ser visto e julgado como um “desviante” do grupo. Assim, compreendemos que as regras de um grupo têm validade ou nulidade conforme a compreensão de quem as vivencia e o sentimento de pertencimento no grupo.

Logo, o que acontece aos novos grupos que chegam a determinadas comunidades é, em princípio, um choque como consequência dos diferentes costumes, culturas e educação do povo, até mesmo da língua. Isso contribui para

formar um sentimento de não pertença por eles reconhecerem-se como diferentes ou inferiores e, por serem minoria, acabam excluindo-se do grupo já assentado. Este movimento é duplo, pois as diferenças criadas entre os recém-chegados também se dão por parte daqueles que se sentem “donos” da comunidade. Por acharem que são superiores, eles ora se distanciam desses novos sujeitos, ora se aproximam, no sentido de trazê-los para a sua realidade cultural. Em comunidades pequenas, como é o caso de Joinville, as famílias mais antigas tornam-se “donas” das atividades que envolvem o movimento social daquele lugar, constituindo-se como as responsáveis por regras de convivência e exclusão de indivíduos e grupos. Assim como Elias e Scotson relatam, percebemos que:

Naquela pequena comunidade, a superioridade de forças do grupo estabelecido desde longa data era desse tipo, em grande medida. Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para antigos residentes como também entre si. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

Esse processo de marginalização dos imigrantes que se deslocam, sobretudo, por motivações socioeconômicas, tem se reproduzido em diferentes contextos, conforme descreve Mendes:

[...] nos países de destino, as zonas empregadoras de mão-de-obra migrantes, sobretudo as suas principais áreas metropolitanas e respectivas periferias, tornaram-se zonas de interface étnico, racial, linguístico, religioso, cultural. O que sucedia com a “zona árabe” de Marselha ou com o “Londonistão” estendeu-se a novas cidades, novas periferias. A fixação de populações migrantes em territórios urbanos tradicionais gerou historicamente fenômenos como as Chinatowns e Little-Italies nos EUA, fomentadas por políticas de recepção “comunitaristas”, que favoreceram a perpetuação de bairros étnicos. Em França, sucessivas campanhas de realojamento de migrantes — a passagem do bidonville ao HLM — deram origem (em Paris e noutras cidades) a “ghettos” urbanos periféricos, que, a partir da segunda geração (a geração dos filhos, já nascida ali) se tornam bairros problemáticos. (MENDES, 2010, p. 31-32).

Considerando esse quadro mais amplo e atentando para o lugar dessa pesquisa – a cidade de Joinville – as mulheres ganharam relevo ao observarmos a questão do acolhimento dos imigrantes. Alinhadas a trabalhos voluntários e comumente ligadas às Igrejas locais, elas fazem a mediação cultural necessária ao processo de inserção social. O trabalho desenvolvido pelas mulheres ganhou

relevância, nessa pesquisa, por duas razões: primeiro, porque essa é uma das formas de como a sociedade civil se organiza na recepção dos imigrantes; segundo, por isso estar relacionado aos caminhos pelos quais as mulheres vão conquistando um espaço social que lhe é próprio e, por meio dele, acabam por intervir, de forma direta, na organização da sociedade. Com isso, podemos dizer, de acordo com Perrot (2007), que elas foram atuantes como agentes sociais de sua própria história.

De acordo com o Portal Brasil, “desde o final do Século XIX as mulheres mobilizaram-se no Brasil e no mundo na luta pelos direitos civis, políticos e sociais.” O movimento feminista passou por três grandes momentos: o primeiro foi motivado pelas reivindicações por direitos democráticos, como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX; o segundo momento aconteceu no fim da década de 1960, sendo marcado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos); o terceiro momento ocorreu no fim dos anos 70, com a luta de caráter sindical. (PORTAL BRASIL, 2017).

A presença feminina como protagonista, em nosso estudo, nos leva a compreender as mulheres em sua historicidade própria. Segundo Galvão e Lopes (2010), o movimento feminista no Brasil tomou forma nos anos 60 e 70, o que já acontecia em outros países. Tinha como objetivo fundamental a conquista da igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida (trabalho, família, religião, educação etc.). As mulheres foram às ruas para protestar contra os tipos de opressão existentes na época como, por exemplo, certas profissões que eram destinadas somente aos homens. A partir dessa época, pouco a pouco, o que lhes era proibido por lei passou a ser seu, como o direito ao próprio corpo e destino.

A repercussão do movimento passou para as pesquisas acadêmicas, como destacam Galvão e Lopes:

Esse movimento social repercutiu nas pesquisas acadêmicas, sobretudo no campo das ciências sociais e humanas. A história não ficou à parte: o sexismo, imperante na historiografia de até meados do século XX, foi aos poucos sendo substituído pela exigência de fazer história levando em conta homens e mulheres. A história da educação aceitou essa constatação e esse desafio. (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 52).

Para a história da educação, Galvão e Lopes (2010) ressaltam que não foi uma tarefa tão fácil, pois era muito mais do que realizar a integração da história como um campo do saber sexuado. Era necessária, assim, a conscientização de todos os profissionais da educação e, também, psicólogos, sociólogos, filósofos, para que se percebesse que o mundo pertence e é habitado tanto por homens, quanto por mulheres. Essa mudança de paradigma com relação à história das mulheres nos remete perceber, no processo de imigração, a importância do papel da mulher na acolhida dos imigrantes. Hoje, ela atua através dos conhecimentos e costumes adquiridos em sua formação para atender as necessidades da comunidade. Desse modo, seu protagonismo é ainda maior no que tange à reprodução da cultura nos moldes socialmente estabelecidos.

Buscamos as respostas, para esta dissertação, utilizando como fonte de pesquisa o trabalho voluntário da figura feminina, que é realizado por uma mulher da comunidade que traz na sua identidade traços de uma educação religiosa aprendida mediante participação das atividades realizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) da Paróquia a qual pertencia. Investigamos as ações desenvolvidas por ela com o objetivo de analisar a participação feminina no processo de acolhimento e na educação/formação dos imigrantes haitianos. Com relação às mulheres haitianas, consideramos o papel dessas na educação e na conservação de sua identidade cultural, com atenção para as permanências e rupturas das tradições do povo haitiano, seus hábitos, comportamentos, valores e crenças.

Deste modo, o trabalho está organizado em três capítulos, mais a introdução e as considerações finais. No primeiro, intitulado *Das ondas migratórias no Brasil à migração haitiana para Joinville*, abordamos as ondas migratórias que ocorreram no Brasil, quando da colonização do país pelos Europeus. O Brasil, como destino para os haitianos, destacamos a imigração no estado de Santa Catarina. Essa observação possibilitou uma compreensão dos processos de imigração e acomodação ocorridos no estado, com ênfase na cidade de Joinville.

No segundo capítulo, intitulado *Os haitianos em Joinville*, delineamos o processo de imigração que acontece em Joinville, cidade conhecida por ter sido formada por imigrantes alemães, italianos e russos. Tomando-a como uma cidade de “possibilidades”, a colonização a tornou ponto de referência de trabalho, fazendo,

assim, com que o município seja visto como um lugar para prosperar e construir sonhos. Portanto, apresentamos, neste capítulo, o protagonismo da mulher em diferentes espaços, como sendo a acolhedora de imigrantes e atuando na educação e na comunidade. Consideramos a cultura e a religião como parte do processo de acolhimento dos imigrantes haitianos, vistos como caminhos de acomodação cultural e interação social. Ao utilizarmos como fonte o depoimento da acolhedora e a experiência de um curso na educação formal, buscamos compreender a educação em um espaço formal de ensino, onde os discentes têm etnia, língua e culturas diferentes. As aulas como fonte nos auxiliaram na compreensão dos conflitos existentes através das negociações culturais. Conforme Burke, os historiadores dedicam-se “[...] às diferenças, aos debates e conflitos, mas também aos interesses e contradições compartilhados.” (2005, p. 7). Essa compreensão deu-se através do olhar feminino quando instigamos as mulheres haitianas para participarem da pesquisa, assim como as alunas brasileiras que fazem parte do curso de Formação inicial e continuada do *Programa Mulheres Sim*, mais especificamente, do curso *Educação e Gênero*, realizado no âmbito deste programa.

Em *Vestígios de vidas, esboços de sonhos: as haitianas e suas histórias*, terceiro capítulo desta dissertação, as histórias das mulheres haitianas foram a base para contar parte da história no processo de imigração. Buscamos dar voz as imigrantes haitianas que fazem parte do processo de imigração e tornam-se sujeitos de suas histórias. Com entrevistas semiestruturadas, procuramos verificar a educação, a cultura, costumes, as trajetórias dessas mulheres e o processo de acomodação a fim de delinear o perfil dos imigrantes em Joinville.

A pesquisa empírica foi realizada em um bairro da zona leste de Joinville, onde identificamos uma mulher da comunidade que realiza o acolhimento dos imigrantes haitianos, essa que não tem ligação com algum tipo de instituição formal. Ela realiza o trabalho de forma voluntária, resultado da formação que teve em outros momentos da vida quando da participação ativa como membro da Igreja Católica. Para garantir o anonimato, não utilizaremos o seu nome verdadeiro, sendo ela identificada, no decorrer da dissertação, como “acolhedora”. Nesta mesma perspectiva, os padres da comunidade, quando citados por ela, serão nomeados como “Padre 1” e “Padre 2”.

As outras personagens entrevistadas nesta dissertação foram as imigrantes haitianas que moram em bairros diferentes de Joinville. Uma na Zona Leste e a outra na Zona Norte¹. Algumas participaram do projeto *Mulheres Sim*, no curso *Educação e Gênero*. Às haitianas daremos nomes fictícios de “Lia”, “Lise” e “Lande”. Identificaremos as professoras que atuaram no curso como “educadora 1” e “educadora 2”.

Este estudo abrange as áreas do conhecimento da História da Educação e Sociologia e faz parte do Projeto *Gênero, Educação e Cristianismo: circulação, representação, formação e práticas femininas em cenário religioso e educativo*, coordenado pela professora Dra. Evelyn de Almeida Orlando. Ao abordarmos o processo de imigração percebemos o sentido histórico que permeia este trabalho, apesar de, no caso dos haitianos, estarmos lidando com um fenômeno recente. Nesse sentido, a Sociologia contribuiu não apenas no referencial teórico, mas também do ponto de vista metodológico, pois pudemos recorrer a procedimentos que não são usuais na História, como, por exemplo, a observação. Esse entrecruzamento de diferentes áreas do conhecimento foi primordial para entender o processo de imigração que ocorre, atualmente, em Joinville, como este imigrante é visto ou se vê na comunidade onde vive e como a educação e a religião acabam por se tornar pilares nessa nova realidade cultural.

¹ Nota do autor: na Zona Leste e Zona Norte de Joinville, estão localizados os bairros periféricos.

1 DAS ONDAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL À MIGRAÇÃO HAITIANA PARA JOINVILLE

Este capítulo não tem a pretensão de abordar, de forma aprofundada, todos os movimentos e experiências de imigração no Brasil. Todavia, a imigração faz parte do processo de construção da sociedade brasileira e podemos perceber algumas ondas migratórias como movimentos importantes de abertura para sujeitos de nacionalidades diferentes que trazem na bagagem um repertório cultural próprio.

A multiculturalidade que configurou a nação brasileira deve ser entendida em seus pontos de tensões, conflitos e acomodações, mas também pela abertura de um trânsito entre os países envolvidos que se intensifica e, posteriormente, produz um ciclo de migração de ambas as partes, como pode ser percebida nas relações estabelecidas com Portugal, Itália, Alemanha, Japão, dentre outros países, que vieram para o Brasil, nesses movimentos que estamos chamando de ondas migratórias.

Podemos dizer que, a partir do século XV, com a colonização portuguesa², se iniciou uma grande onda.

Se o Brasil não é um “grande Portugal”, como diversos intelectuais brasileiros sempre fizeram questão de alertar, ele fala português e, para muitos desses mesmos intelectuais, seu “coração” bate no ritmo dessa língua, ainda que muitas outras línguas tenham sido faladas no país e muitas outras culturas nele deixassem suas profundas e indeléveis contribuições, a começar pelas vindas da África. (MOURÃO; GOMES, 2011, p. 5).

Mesmo achando que não somos um grande Portugal, trazemos em nossas raízes muito da cultura, dos hábitos e a língua deste país que, pela colonização, forjou a cultura no Brasil. As marcas portuguesas são encontradas em diversas cidades do Brasil, nas ruas, na arquitetura das casas, na culinária, na tradição católica, na arte barroca, dentre outros elementos. A cultura portuguesa faz parte da cultura brasileira, que foi sendo construída em uma relação plural e, algumas vezes, híbridas, como outras culturas. Um exemplo de colonização visível está na arquitetura que traz traços culturais dos portugueses, como encontramos na cidade

² Reconhecemos a existência de fluxo migratório entre os povos indígenas, possibilitando trocas culturais, materiais e econômicas entre as civilizações pré-colombianas e tribos indígenas. Todavia, por não termos conhecimento do início e das causas dessas ondas imigratórias, optamos pelo recorte a partir do início da colonização.

de Pelotas, no Rio Grande do Sul (RS), assim como a língua/dialeto utilizado na região, que traz resquícios do português de Portugal³.

A presença portuguesa em terras brasileiras começou com a colonização e se estendeu até hoje. Ao longo dos séculos, os portugueses se espalharam em diferentes regiões do Brasil. Demartini (2000), em seu artigo *Famílias de imigrantes portugueses na metrópole de São Paulo: Trajetórias e vivências*, apresenta a visualização do processo migratório, as trajetórias das famílias, questões de identidade e as vivências das gerações. Além disso, destaca a imigração portuguesa como uma contribuição invisível por introduzir-se na população já existente, isso no século XX.

Ao relatar sobre a imigração portuguesa, a autora faz uma contextualização do período de 1910 a 1929, indicando que a situação econômica de Portugal, na época, foi um dos motivos que levaram os portugueses emigrarem para o Brasil. Estes imigrantes que se direcionaram para o Brasil podiam atuar na área de formação e o crescimento econômico que o país teve, nesse período, por conta do café, também contribuiu para a vinda desses profissionais.

Demartini descreve como foi o processo de crescimento econômico e social das famílias portuguesas, da formação dos novos guetos e da adaptação a nova vida. Em sua pesquisa ela identificou que, no Brasil, eles frequentaram escolas particulares de origem religiosa e escolas públicas do Estado de São Paulo. Também foi verificado que alguns portugueses já possuíam Educação Superior em seu país de origem e trabalhavam em escolas particulares na função de diretores ou professores, sendo que estas escolas eram procuradas por portugueses ou famílias de outras nacionalidades, residentes do Brasil. Ao final do artigo, a autora destaca que existia uma preocupação em melhorar a educação em Portugal.

No âmbito econômico, os portugueses contribuíram para a formação de novas comunidades e se concentraram na mesma região, consolidando-se mediante seus pequenos comércios que, aos poucos, foram crescendo e formando novos profissionais, como os padeiros. Os portugueses, que vinham com algum capital, ao

³ Nota da autora que morou em Pelotas/RS e no processo de acolhimento, acomodação e convivência com os estabelecidos da cidade e ao conhecer a arquitetura e os pontos históricos aprendeu sobre a colonização da cidade por meio da convivência com outras pessoas.

chegarem ao Brasil, abriam um pequeno comércio no ramo alimentício, como padarias ou verdureiras.

Em *Além mar: entre o lar e os balcões. Portugueses em São Paulo*, Matos (2010), relata que com a chegada dos imigrantes portugueses também chegaram os novos hábitos alimentares, fazendo com que os produtos alimentícios fossem diversificados, além de surgir novas fontes de trabalho, sejam elas no âmbito familiar ou acolhendo outros imigrantes que chegavam e trocavam a moradia pelo trabalho de domingo a domingo nos comércios dos portugueses. Os portugueses destacaram-se por serem os comerciantes que abasteciam as necessidades domésticas. Ao se tornarem ambulantes com suas carroças, sobreviviam da venda de verduras, frutas, pães e outros mantimentos. Cultivavam esses produtos no quintal ou fabricavam em seus estabelecimentos comerciais, os quais surgiam na frente das suas casas.

Geralmente, um dos quartos era usado como um ambiente comercial para atender os fregueses para, assim, conseguirem se manter no Brasil. Essa prática de comércio associado à residência pode ser vista até hoje em diferentes cidades desse país. A imigração portuguesa pode ser compreendida em uma extensa onda que começou no século XVI e ainda não cessou, levando o imigrante português de colonizador a um comerciante expressivo, no ramo do varejo, do atacado e das exportações.

Outra onda migratória aconteceu de forma quase paralela com a portuguesa. Em todo período de colonização do território brasileiro, foram realizadas imigrações forçadas de negros oriundos de várias partes do Continente Africano, destinados ao trabalho forçado, sobretudo, nas lavouras de cana-de-açúcar. Apesar dessa condição, que se estendeu por cerca de três séculos, a presença dos negros no território brasileiro deixou marcas profundas e se constitui como uma das principais bases da nossa cultura. Conforme Campos, a “[...] tradição dos colonizadores portugueses, pode-se dizer, era pouco ‘hospitaleira’: entre 1550 e 1850 cerca de 4 milhões de africanos foram escravizados no Brasil.” (2015, p. 11, grifo do autor). Podemos dizer, seguramente, que os impactos dessa tradição deixaram suas marcas até os dias atuais. Por estarmos tratando de imigrantes negros e

identificarmos vários casos de preconceito, sobretudo em relação à cor da sua pele, pode ser considerado como uma dessas marcas.

O fato é que o fim do regime escravista, em 1888, impulsionou uma nova onda migratória por duas principais razões. A primeira está relacionada a uma forte demanda do setor da produção agrícola brasileira, pois havia desinteresse em manter os negros, agora livres, como trabalhadores no setor. O encerramento do trabalho escravo tornou possível o desenvolvimento da imigração em regime de trabalho livre. Ou seja, o crescimento das correntes imigratórias acentuou-se a partir do momento em que desaparecera o mais forte fator de repulsão ao imigrante, que era o trabalho servil (CAVARZERE, 2001).

A segunda razão está diretamente ligada à emergência da ideia da elite brasileira de então em “branquear” a população.

[...] o fato do Brasil ser um país notavelmente mestiço fez com que ele fosse visto pela Europa no final do século XIX e início do século XX, como uma nação atrasada e doente, pois se disseminava naquele continente a ideia da inferioridade dos mestiços em relação às raças puras e dos negros em relação aos brancos. Parte da intelectualidade brasileira absorveu tais ideias e para resolver a questão que tanto obstaculizava o progresso e a harmonia social, a solução devia ser imediata. Desenvolveu-se então a “teoria do branqueamento” da população. (SILVA, 2015, p. 34, grifo do autor).

Com o intuito de que habitassem as regiões menos populosas no território nacional e promovessem o desenvolvimento interno a partir do estímulo à produção rural, o governo brasileiro da época instituiu diferentes políticas em relação ao recebimento desses estrangeiros brancos. “A política nacional da imigração a partir de 1888, e mais intensamente no começo do século XX, era, portanto, pouco restritiva à entrada de quaisquer estrangeiros no País, havendo inclusive políticas públicas de estímulo à imigração.” (SILVA, 2015, p. 35).

Nesse influxo, duas etnias se destacaram: os alemães e os italianos, embora tenha havido outros grupos que emigraram na mesma época como os Sírio-libaneses, os judeus. Os alemães, no entanto, têm uma característica peculiar. A onda migratória desse grupo começa a partir de uma solicitação da Imperatriz Leopoldina que manda recrutar soldados na Áustria para defender o território do Sul, em tempos de consolidação da Independência. Uma vez que os recrutamentos estavam suspensos na Europa pós-napoleônica, o major responsável pela missão

viagrou para algumas cidades da Alemanha e encontrou respaldo em autoridades locais que se animaram com a possibilidade de deportar “[...] marginais, vagabundos e criminosos – práticas de higiene social na emergente Alemanha. Os governantes exigiam provas legais de que os emigrantes não retornariam para reivindicar seus direitos de proteção social da antiga pátria”. Assim, acompanhado de outros colonos, em 1824, chegam os primeiros alemães que fundaram a colônia de São Leopoldo (BIEHL, 1999, p. 151).

A heterogeneidade cultural dos grupos de alemães que vieram para o Brasil foi significativa. Eles procediam de regiões diferentes e foram distribuídos pelos agentes de emigração conforme suas habilidades e interesses geopolíticos e econômicos. A imigração alemã continuou acontecendo com a finalidade de povoar as regiões Sudeste e Sul do Brasil, sendo criadas as colônias de São Leopoldo/RS (1824), Santa Isabel/SC (1847), Santa Cruz/RS (1849), Blumenau/SC (1850), Joinville/SC (1851), dentre outras. Também colonizaram outros estados do Brasil como Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia (IBGE, 2016).

Conforme Renk (2004), a política imigratória no Brasil foi criada devido à necessidade de ocupação das áreas demográficas do Sul do país, principalmente nos estados que faziam divisa com outros países. Para atrair imigrantes, o Brasil modificou a legislação, como o Ato Constitucional de 1938, o qual possibilitava aos imigrantes que cultivassem a sua cultura através da religião, ou seja, podiam cultuar outros credos além da religião católica, desde que isso ocorresse em suas casas. Também concedia a naturalização dos estrangeiros, independente da sua profissão e fé. Com essas modificações, os imigrantes alemães luteranos sentiram-se motivados para morar no Brasil, pois poderiam manter a sua fé (RENK, 2004). De acordo com o IBGE:

A emigração alemã, como toda a emigração europeia, se explica pelas grandes transformações sociopolítico-econômicas por que passou a Europa no século XIX.[...] Acrescente-se a isto o fato de que no Brasil do século XIX abriram-se excepcionais condições favorecendo a imigração europeia. De fato, na segunda metade daquele século, chegaram os imigrantes europeus com a finalidade de prover mão-de-obra para as lavouras do café e fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados pelo governo brasileiro. (IBGE, 2016).

Segundo dados do IBGE (2016), a região sul do Brasil foi destinada para que os colonos imigrantes a ocupassem, sendo que eles deveriam residir nas áreas próximas aos vales dos rios. Desta maneira, a colonização foi um dos atrativos utilizados pelo governo para incentivar a imigração para as áreas demograficamente ainda não colonizadas. O incentivo para a imigração e as razões foram diferentes daquelas que motivaram povoamento da região de São Paulo, na qual era necessário aumentar o número de mão-de-obra para que tivessem como atender as necessidades das fazendas de café.

Assim, os imigrantes alemães, motivados por poderem ter seus lotes de terras, emigraram para a região sul do país. Das cidades que ocuparam, destacamos São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde formaram a colônia nas margens do Rio dos Sinos, no vale dos Sinos. Esta colônia foi a primeira experiência de povoamento do Sul, tornando-se um bom resultado para o governo imperial. A imigração alemã em São Leopoldo é marcante até os dias de hoje, mesmo a cidade tendo outras etnias que vieram para a cidade em busca de trabalho nas empresas da área metalmeccânica, pois o Vale do Rio dos Sinos foi um polo de fábricas de calçados e outros artefatos. No “São Leopoldo Fest”, a cultura alemã é revivida durante uma semana na cidade, onde nela é montada uma feira que traz produtos alemães, festas e outras atividades que lembram a cultura, proporcionando aos mais velhos lembranças e, aos jovens, conhecimentos sobre uma cultura⁴.

Além da cidade de São Leopoldo, alemães multiplicaram-se por todo o Brasil. Eles trouxeram contribuições para a cultura brasileira com a diversificação da agricultura, industrialização e urbanização. Nas cidades colonizadas, foi marcante a arquitetura alemã na construção das casas, além da religião protestante, a qual foi trazida por eles. Segundo Renk, os imigrantes “[...] não foram o grupo majoritário, embora tenha se destacado em termos de expressão cultural, pois a sua presença foi significativa, concentrando-se em poucas regiões, e em alguns casos, formando colônias etnicamente homogêneas.” (2004, p. 26).

Mesmo não sendo um grupo expressivo de imigrantes, a colonização alemã, por onde passou, deixou marcas da sua cultura. Hoje, podemos relembrar a história através da cultura, dos traços germânicos nas cidades colonizadas por eles. É uma

⁴ Nota da autora que morou em São Leopoldo e teve a oportunidade de presenciar a ‘São Leopoldo Fest’.

cultura que nos encanta com a beleza das casas de arquitetura germânica e com os alimentos exóticos e ela nos deixou traços, também, nas casas que não têm a mesma origem étnica. Ainda existem cidades que a grande parte da população é de origem alemã como, por exemplo, a cidade *Feliz* (RS). Dados do município indicam que a população, quanto à origem étnica, é constituída por 70% alemã, 15% italiana e 15% de outras origens (como polonesa, portuguesa, suíça e austríaca). Destacam que essa predominância é percebida por meio da culinária, arquitetura, festas de *Kerbs*, grupos de dança, corais e pela língua que ainda é predominante entre os habitantes.

Renk (2004) ressalta que, além da língua, a religião constituiu-se num traço cultural marcante para o grupo que ela pesquisou na cidade de Curitiba (PR). Assim, com base no trabalho desta autora, continuaremos com a história de imigração dos alemães no Brasil. A colonização de Curitiba, pelos imigrantes alemães, aconteceu no período de 1860 e 1870 e foi incentivada pelo governo do Paraná. Os alemães preocupavam-se em manter a cultura e, por intermédio da escola, conseguiram marcar a história ao fundarem escolas alemãs comunitárias para os seus filhos, visto que não havia escolas públicas que ensinassem a cultura germânica.

A permanência da língua nas escolas germânicas é resultado da preocupação dos primeiros imigrantes com a educação dos filhos, pois buscavam manter e cultivar as raízes étnicas. A língua é um elemento cultural de identificação e foi nela que os alemães conseguiram marcar o espaço que ocupavam no Brasil. Renk (2004) afirma que o currículo nas escolas alemãs, diferente das escolas públicas brasileiras, foi um elemento cultural que contribuiu com a manutenção da identidade étnica do grupo.

Já os italianos, segundo IBGE (2016), deixavam o país por motivos econômicos e socioculturais. Para que a migração deles fosse efetivada para o Brasil, as passagens e alojamentos eram financiados e eles pagavam com trabalho realizado no campo e na lavoura. A região que mais enviou emigrantes foi Veneto, no período de 1870-1920. Os italianos vinham com a família e esta geralmente era numerosa, por isso, a vinda da família era estimulada pela emigração subvencionada.

Os imigrantes que chegaram a partir da imigração subvencionada tiveram como destino algumas fazendas de café de São Paulo e os núcleos de colonização que estavam situados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Os imigrantes italianos que foram para o RS obtiveram sucesso em algumas colônias, como as que formaram as cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias, estas que compõem a região que hoje é conhecida como o vale dos vinhedos. Isto porque, a imigração italiana deixou marcas na arquitetura, na cultura local, no cultivo de uvas e nas vinícolas que são, além de produtoras de vinho, pontos turísticos que levam os visitantes a uma viagem no tempo. Já em SC, os colonos dirigiram-se para as colônias formadas pelos alemães, onde não tiveram tanto sucesso e foram, sim, explorados pelos alemães como também discriminados. (IBGE, 2016).

No Paraná, os imigrantes que ficaram estabelecidos próximos a Curitiba, foram bem-sucedidos. A região possibilitava o escoamento da produção de alimentos e eles puderam trabalhar na construção das ferrovias de Paranaguá – Curitiba – e Curitiba – Ponta Grossa. Em Minas Gerais e Espírito Santo, os imigrantes italianos também conseguiram prosperar. O sucesso dos italianos foi mais além. Eles lutaram por uma identidade italiana, o que não foi fácil. A língua serviu como um dos instrumentos que conseguiu fazer com que os demais percebessem a união dos italianos. Em relação à educação, muitos não frequentavam a escola, pois como trabalhavam na lavoura, todos os membros da família estavam ocupados e não tinham tempo para outras atividades.

Ao abrir as fronteiras para os imigrantes no final do século XIX, o Brasil teve, entre outras razões, o objetivo de modernizar a economia, branquear a população e garantir fronteiras. Pretendia-se formar uma população brasileira nos padrões europeus, onde os imigrantes eram considerados superiores à população brasileira em aspectos como o físico, o intelectual e o cultural (KREUTZ apud VIRTUOSO, 2008, p. 30).

Para angariar novos imigrantes, o Brasil teve como base a superioridade do ser humano com outras etnias. Diante disso, podemos repensar nossos valores quando nosso país se colocou em uma situação de inferioridade para conseguir mão

de obra mais barata ou, simplesmente, uma mão de obra para as lavouras de café para ter um povo que colonizasse as terras devolutas.

Sabemos que a imigração, mesmo vindo de uma forma a qual hoje podemos questionar ou, em alguns aspectos, não concordar, foi de grande valia para a colonização do país e, em específico, para Santa Catarina. A educação foi uma das áreas que recebeu investimentos dos países de origem como, por exemplo, quando da colonização pelos italianos em SC.

A precariedade a que estava relegada à educação no Estado favoreceu as iniciativas comunitárias em vários setores da sociedade, inclusive no que se refere à escola. A instituição das escolas étnicas por imigrantes orientados e custeados pelos países de origem, constitui-se uma das especificidades da história da educação no Brasil. Essa permanece desde o Brasil colônia até o governo monárquico apresentado a mesma lacuna: o total descaso das autoridades governamentais para com a educação. (VIRTUOSO, 2008, p. 41).

Até o início da Primeira Guerra Mundial, a imigração no Brasil tinha um caráter claramente utilitário: povoar as áreas ociosas do país e promover o desenvolvimento interno a partir do estímulo à produção rural. A partir da Primeira Guerra Mundial, o fluxo migratório no Brasil começou a declinar e a mudar o foco. Os imigrantes passaram a destinar-se não mais para as lavouras, mas para os centros urbanos, visto o surto industrial da época, consequência das necessidades da guerra (SILVA, 2015). Nesse novo contexto, uma nova onda migratória, dessa vez impulsionada pelos efeitos da Guerra, fez com que os japoneses emigrassem para o Brasil.

No artigo *Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo*, Demartini (2004) conta a história da imigração nipo-brasileira. Segundo a autora, a primeira etapa de imigração teve início no ano de 1909 até 1941. Era o período da Segunda Guerra Mundial e o doloroso pós-guerra em São Paulo. Após a primeira leva de imigrantes japoneses até o ano de 1941, eles foram se estabelecendo em São Paulo, construindo novas relações sociais. No ano de 1952, segundo Demartini, iniciou-se a chegada, anualmente, de famílias japonesas que estavam fugindo dos efeitos do pós-guerra no Japão. Nos anos de 1980, o processo de imigração inverteu e os brasileiros começaram a emigrar para o Japão.

A utilização de fontes orais é um método marcante nos trabalhos realizados por Demartini. Quando discute sobre a imigração japonesa, a autora utiliza os rela-

tos orais dos japoneses que vivenciaram o período da Segunda Guerra Mundial e do Pós-Guerra em São Paulo. Pela temporalidade de dez anos, conseguiu realizar entrevistas com diferentes gerações de japoneses.

A autora notou que, ao falarem do período da Segunda Guerra Mundial, os japoneses lembravam as dores sentidas e todos os sofrimentos que passaram. Com o receio de trazerem essas dores, ou seja, situações já guardadas para não serem lembradas que mexiam com o psicológico deles, ocorreu uma resistência para conceder as entrevistas. Situação esta que foi percebida pela pesquisadora, pois os japoneses não se manifestaram em falar dos momentos tumultuosos que lhes traziam angústias para o presente.

Nesse sentido, percebemos, com base na pesquisa de Demartini (2004), a necessidade de o pesquisador conseguir ter a confiança do entrevistado para que seja possível alcançar os objetivos propostos. A sensibilidade e o conhecimento do “relato oculto”, aquilo que está por trás do que não é dito, pode ser percebido por meio dos gestos, dos sentimentos de alegria ou tristeza, ou seja, nota-se, no período da pesquisa, o que não é captado por uma entrevista oral. Ademais, o entrevistador necessita ter a percepção do quanto o passado pode interferir no momento da entrevista, na qual o imigrante remete toda a sua história, lembranças da família, dos momentos de felicidade ou de dor que ficaram em outro lugar.

O grupo japonês nunca foi um grupo bem-visto pela sociedade brasileira, especialmente pelos eugenistas e políticos preocupados com o branqueamento da população: não era desejável acrescentar ao povo já “tão misturado” pela presença de negros e índios, também a raça amarela. O japonês só entrou como imigrante porque era considerado um povo agrícola muito trabalhador e, as fazendas naquele período, ainda demandavam mão-de-obra “competente”. (DEMARTINI, 2004, p. 152, grifo do autor).

A questão do racismo no Brasil sempre foi muito forte. O projeto de embranquecimento da nação é uma evidência disso. O preconceito é manifestado de muitos modos. O cerceamento da cultura e da língua são exemplos de segregação racial e social. Esta situação afetou, além dos imigrantes japoneses, os que viveram no período do Estado Novo e que tiveram que se render ao projeto de nacionalização de Vargas.

[...] em 1941 a Intendência da Segurança Pública de São Paulo baixou um edital para regulamentar as atividades dos estrangeiros naturais dos países do “eixo” que interferia diretamente na vida cotidiana das famílias japonesas, pois determinava modificações não só no plano político, mas em seu estilo de vida, na medida em que ficavam proibidos de falar e escrever na língua de origem, de se reunirem, de trocarem ideias sobre a situação internacional sem autorização, entre outras proibições. Eram medidas que procuravam atingir duramente as práticas culturais do grupo japonês. (DEMARTINI, 2004, p. 154, grifo do autor).

A imigração japonesa, no Brasil, foi marcada por situações que aconteceram no pós-guerra, quando o grupo de japoneses ficou dividido entre os que acreditavam em um Japão vitorioso na guerra e os que aceitavam a ideia de que o país de origem tinha perdido, tendo eles que fazer novos planejamentos, os quais não mais incluíam o retorno para o Japão e sim a permanência definitiva da família no Brasil. A educação precisou ser revisada por eles, incluindo a possibilidade de níveis mais elevados do ensino superior. A divisão dos japoneses resultou na diminuição dos seus próprios compatriotas, chocando os brasileiros da época. Conforme Demartini:

O período do pós-guerra significou para muitas famílias japonesas entrevistadas, mesmo as que residiam em São Paulo, uma profunda revisão em seus projetos de vida e na educação pensada para os filhos, especialmente entre os que almejavam anteriormente regressar ao Japão. Houve uma intensificação dos interesses voltados para a educação nacional, visando os níveis mais elevados do ensino. (DEMARTINI, 2004, p. 158).

Os imigrantes japoneses, além de pensarem em melhorar a educação dos filhos, também criaram, mesmo que escondido, escolas nipo-brasileiras. A primeira surgiu no ano de 1938 e era mantida pela comunidade, pois era particular. Como não era permitido oferecer os quatro anos primários por ser particular, a solução foi transformá-la em pública, tornando-se possível com a autorização que conseguiram do inspetor estadual e com a aceitação de todos os moradores. Os japoneses, segundo Demartini (2004), buscaram dar continuidade a cultura de origem. Por meio da língua e da educação, mostraram-se preocupados com a instrução dos seus filhos. Com perspicácia, eles conseguiram ensinar aos filhos a língua de origem, escrita e falada, em um país distante e o qual havia sido proibido que se mantivesse a língua materna entre eles.

Neste contexto, os imigrantes japoneses criaram condições para adaptar-se e sobreviver no Brasil. Acharam maneiras de conseguirem mostrar seus interesses e conviver com seus pares e com os brasileiros e, aos poucos, foram imprimindo suas marcas na cultura brasileira, que hoje podem ser vistas na arte, na alimentação, na religião, nos esportes, dentre outros elementos culturais que nos identifica.

1.1 BRASIL COMO DESTINO PARA OS HAITIANOS

Os conflitos mundiais mais recentes e as catástrofes naturais que assolaram alguns países, como o Haiti, vêm intensificando uma nova onda migratória. Nos casos mais recentes, como dos Sírios, os conflitos violentos têm provocado um movimento de repulsão das pessoas em busca de sobrevivência. Do mesmo modo, entende-se que o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, foi um forte motivo para a repulsão da população local que, sem as condições básicas necessárias para viver em seu país, emigram em busca de melhores condições de vida.

O Haiti é um país que passou por situações de violência extrema, de pobreza, situações pós-traumáticas com os fenômenos naturais. Como alternativa de novas oportunidades, os haitianos seguiram a rota de imigração para o Brasil iniciada em 2010. (EM DISCUSSÃO, 2012). No Brasil, temos a lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, a qual tem como objetivo a definição e a implementação do Estatuto dos refugiados de 1951, como também traz as diretrizes dos procedimentos de legalização dos refugiados e sobre como se dão as obrigações dos mesmos e suas sanções. No artigo primeiro, ela esclarece o conceito da situação de refugiado e decreta:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

Conforme a lei, é necessário que o estrangeiro esteja em uma das situações citadas para que o mesmo seja reconhecido como tal em nosso país. Portanto, todo

estrangeiro que chegar ao Brasil e estiver na ilegalidade, deve solicitar o refúgio quando estiver em uma das circunstâncias descritas no art. 1º. No Brasil, existe um Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), criado no art. 11 desta mesma legislação. Este é o órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça, que verifica as condições dos imigrantes. Com a chegada dos haitianos, a Polícia Federal percebeu que a imigração tornou-se uma fonte de renda para facilitadores (coiotes), estes que exploram a imigração ilegal para outro país. Devido a grande demanda de imigrantes de um mesmo país pedindo refúgio, o comitê passou a analisar as solicitações e constatou que as justificativas não caracterizavam situações de refúgio e, sim, tratava-se de imigrantes que tinham como objetivo buscar melhores oportunidades de trabalho e uma nova vida no Brasil.

Quando o CONARE identificou que não estavam lidando com refugiados e, sim, com imigrantes, encaminhou a demanda para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)⁵, a fim de que este analisasse e tomasse as providências cabíveis. O conselho criou a Resolução Normativa 97/12, que estabelece o visto por razões humanitárias para os imigrantes haitianos. A validade do visto é de cinco anos e, para ser concedido, é necessário apresentar o passaporte e negativa de antecedentes criminais. O objetivo é de realizar a regularização da entrada dos haitianos e tirá-los do controle dos “coiotes”, segundo o Subsecretário Geral das comunidades Brasileiras do Exterior do Itamaraty (EM DISCUSSÃO, 2012).

Na região sul, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, os haitianos chegaram em 2011, no município de Joinville (JUNGES, 2015), segundo entrevista com o Padre Saint Luc, haitiano, atualmente morador de Joinville, que trabalha na paróquia do Itaum. Ele auxilia os imigrantes de diferentes formas, como, por exemplo, sendo intérprete dos mesmos quando necessário. Na época do terremoto, o padre Saint Luc, não estava morando no Haiti.

Conforme relatório do MTE (2014), no âmbito federal, estadual e municipal, nas cidades que foram mais afetadas com a chegada dos imigrantes, cada governo teve uma resposta diferente para as demandas. O Acre foi um estado que engajou-

⁵ O Conselho Nacional de Imigração segue orientações do Decreto Nº 840, de 22 de Junho de 1993, o qual trata de organização do Conselho e também do seu funcionamento. É um órgão de deliberação coletiva, integrante do Ministério do Trabalho. O conselho está nos termos da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, compete: I – formular a política de imigração, entre outras ações necessárias para o acolhimento do imigrante.

se em receber os imigrantes, realizando a montagem de estruturas para que estes fossem acolhidos. O modo de agir isoladamente de cada governo resultou na falta de percepção do problema e do compromisso com os direitos humanos. Na tentativa de melhorar a situação de chegada, o Consulado do Haiti e o governo brasileiro, por intermédio da Resolução Normativa (RN) nº 12, em abril de 2013, retirou a limitação do número de vistos aos haitianos que não mais ficariam em 1.200. Com essa nova orientação, passou a permitir que consulados brasileiros localizados em outros países também realizassem a concessão. A RN nº 97 foi alterada novamente em 2013, com previsão de vigência para encerrar em 2014, sendo prorrogada por mais um ano. Conforme dados do Relatório do MTE, os resultados das medidas que foram tomadas pelo governo federal não conseguiram alcançar os objetivos propostos. (BRASIL, 2014, p.15).

Após a chegada ao Acre, os imigrantes seguiam em rotas organizadas pelo governo para outras regiões do país, como o Vale do Itapocú, situado em Santa Catarina, região onde estão localizadas grandes empresas da área têxtil e metalomecânica. Assim, é possível inferirmos que alguns desses haitianos se direcionaram para esta região em busca de novas oportunidades de trabalho e um reinício de uma vida digna. Outros foram para Joinville, dentre outras cidades do mesmo estado que oferecem oportunidade de trabalho em diversas áreas, sendo algumas delas as de metalomecânica e têxtil, como também em áreas do comércio e prestação de serviços.

Um exemplo dessa opção pela região norte de Santa Catarina é o que constatamos na cidade de Jaraguá do Sul, em uma história de dois amigos que se encontram com outro haitiano, que já tinha vindo para o Vale do Itapocú⁶, em 2012. Na época, uma empresa da região estava empregando cerca de 30 haitianos e a notícia foi veiculada na imprensa local. (ZANGHELINI, 2013).

Há cerca de três semanas, quatro haitianos começaram uma nova vida em Jaraguá do Sul. Eles são parentes e amigos de um grupo que saiu do Haiti e trabalha na cidade há cerca de um ano, a convite do empresário Luiz José

⁶ Localizado no Norte do Estado de Santa Catarina o Vale do Itapocú, abrange os municípios que ficam as margens do Rio Itapocú. Que é formado pelos municípios de Guaramirim, Massaranduba, Schroeder, Corupá, Barra Velha, São João do Itaperiú. Jaraguá do Sul é polo na área Metalmeccânica, Eletroeletrônicas e Fabris com produtos do vestuário, desde o beneficiamento têxtil até a fabricação de roupas. Também tem empresas na área alimentícia e sua economia é baseada na Indústria. Disponível em: <<http://www.jourdan.org.br/wp-content/uploads/2014/12/NT-0001-PIB-Vale-do-Itapocu.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2015.

Stinghen. Todos vieram na esperança de fugir da miséria que assola o país, onde mais de 60% da população vive abaixo da linha de pobreza e que ainda sofre com a devastação causada por um terremoto, em 2010. (ZANGHELINI, 2013).

Identificamos que o imigrante haitiano não veio ao Brasil com a mesma finalidade dos imigrantes italianos, alemães, entre outros. Em que pese a busca por trabalho como fator comum, no caso dos haitianos, a questão de sobrevivência os diferencia sensivelmente. A urgência em conseguir um trabalho para, então, se manter e possibilitar as necessidades básicas para a família que ficou no Haiti, torna a realidade deste grupo bem diferente nas relações de trabalho.

Por meio dos noticiários, eventos, seminários sobre a imigração, realizamos uma pesquisa dos acontecimentos mais atuais sobre o processo de integração. Segundo a Organização Internacional para as Migrações, a integração é o:

Processo através do qual o imigrante é aceito na sociedade, quer na sua qualidade de indivíduo quer de membro de um grupo. As exigências específicas de aceitação por uma sociedade de acolhimento variam bastante de país para país; e a responsabilidade pela integração não é de um grupo em particular, mas de vários actores: do próprio imigrante, do Governo de acolhimento, das instituições e da comunidade. (DIREITO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO, 2009, p. 34).

No entanto, este não nos parece ser um processo muito pacífico em algumas áreas, principalmente com relação à valorização humana no trabalho.

Em 2015 ocorreu o *I Seminário Migrações Contemporâneas e Direitos Fundamentais de Trabalhadores e Trabalhadoras em Santa Catarina*, no qual os haitianos, os senegaleses e os brasileiros discutiram questões relacionadas ao trabalho dos imigrantes no Brasil. Foram destacadas jornadas de trabalho excessivo impostas aos imigrantes que trabalham em frigoríficos do oeste de SC. Uma das situações foi contada por Fils Nine, que faz parte da Associação de Haitianos de Nova Erechim. Ele diz trabalhar 11 horas por dia sem receber hora extra. Conforme o mesmo relata: “É uma escravidão, além disso, já vi muito fígado de frango estragado ser colocado em bandejas para ser vendido.” (KONS, 2015). Também foi debatido sobre a situação de trabalho incompatível com a formação dos imigrantes, pois alguns têm formação superior e exercem atividades do nível fundamental.

Além destes, os imigrantes mencionaram outros obstáculos, como os contratos de trabalhos que são em português e eles não têm domínio da língua, o esclarecimento dos direitos dos imigrantes no Brasil com relação ao trabalho e declaram dificuldades no acesso à saúde, situações de mau atendimento e até negação. Outros fatores são: o racismo, também relatado no seminário onde eles comentaram que foram chamados de “cachorros pretos” ou tratados com excessiva desconfiança; e os casamentos entre haitianos, a qual Bélenque Dieudonné contou que, na cidade de Itajaí, os cartórios se recusam a realizar os casamentos, alegando que só é permitido o matrimônio com brasileiros. (KONS, 2015).

A realização de seminários como esse é importante no que tange ao compartilhamento, a partir das suas próprias vozes, de situações vivenciadas pelos imigrantes. O conhecimento dessas situações é necessário para que possam ser efetivadas as fiscalizações necessárias e atualizações nas leis trabalhistas. Com isso, o novo sujeito social poderá ser incorporado no mercado de trabalho sem distinção e sem preconceito social ou racial. Nesse sentido, também fica evidenciado que os projetos que visam à erradicação do racismo precisam ser intensificados, uma vez que questões como essas que foram apontadas, ganham relevo em função do preconceito racial, ainda muito presente no Brasil.

Mesmo que não abordemos o racismo como um dos objetivos de pesquisa, percebemos que é necessário destacar o que acontece, ainda que ‘invisivelmente’, no cotidiano do processo da imigração. Em 2016, um haitiano voltou para seu país de origem depois de perceber as dificuldades e viver situações de racismo. Encontramos mais casos em algumas reportagens divulgadas no canal virtual de notícias da Rede Globo (G1). Conforme uma reportagem em Navegantes, situada no litoral norte de SC, a cidade chegou a ter setecentos haitianos. No ano de 2016, de acordo com os dados da associação que os representa, tinham somente 150. O desemprego e o preconceito foram as principais causas da diminuição do número de imigrantes na cidade. Outro exemplo é o haitiano *Archange Junior Joseph*, que chegou ao Estado há cerca de 4 anos, tendo como objetivo encontrar uma colocação profissional. Conseguiu função na construção Naval em Itajaí e no setor portuário. Porém, mesmo com emprego e um salário, nunca conseguiu ajudar a família. Em julho de 2016, pediu demissão do trabalho e decidiu voltar para o Haiti.

Segundo ele relata: “Aqui tem muito preconceito e as pessoas me tratam muito, muito mal aqui no Brasil. E não tem muito trabalho.” (PORTAL GLOBO SANTA CATARINA, 2016).

A turismóloga Francys Garib, em entrevista ao G1, aponta: “A falta de oportunidade, a falta de emprego, o preconceito muito grande, em alguns casos, até ameaça de morte... É isso que tá fazendo os haitianos saírem do Estado” (PORTAL GLOBO SANTA CATARINA, 2016). Podemos ver mais detalhes sobre essa mesma temática, em matéria divulgada na Revista Exame:

“O indicativo que se tem é que em 2013, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, os haitianos tornaram-se o grupo de trabalhadores imigrantes em SC, de maior presença no mercado formal”, explica a professora Gláucia Assis, coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina, ligado à UDESC. [...] a professora Gláucia, aponta que a falta de políticas públicas de acolhimento e os estranhamentos com a cultura, o modo de vida e o idioma são, muitas vezes, fatores que decepcionam os haitianos que chegam aqui. [...] Situações como essas demonstram para os imigrantes que o País que construía a imagem de acolhedor ao estrangeiro, não é tão acolhedor assim – especialmente quando o imigrante vem de um país mais pobre e é negro. Os haitianos conhecem o racismo em várias situações cotidianas, ao circularem em ônibus, no acesso ao mercado de trabalho, ao acessarem serviços públicos [...] (BAZZO, 2016).

Diante disso, é perceptível que as notícias nas mídias por intermédio de jornais, televisão e noticiários, têm nos mostrado o lado obscuro do processo de imigração do século XXI, falando de uma realidade vista em SC. Essa obscuridade encontrada como uma lacuna, na imigração haitiana, fortalece a compreensão de que os haitianos não emigraram para o Brasil com o intuito de estabelecer-se. Eles buscavam trabalho para que pudessem enviar valores mensalmente, a fim de manter os integrantes das famílias que permaneceram no Haiti.

O Brasil será um destino enquanto o cenário estiver se mostrando favorável para os seus objetivos iniciais. Caso contrário, o imigrante haitiano revela uma disposição muito forte para migrar ou para outro lugar que apresente uma possibilidade mais profícua de sucesso. Este fato foi percebido durante o contato realizado com os imigrantes em Joinville. Se não conseguem trabalho, recomeçam uma nova rota em busca de oportunidades, não se apegando às cidades ou as pessoas. O único objetivo é trabalhar para sustentar a família e, quando possível, trazê-los para cá.

Por outro lado, o jornal *Diário Catarinense* divulgou uma matéria que ganhou destaque com a seguinte chamada: *Haitianos chegam a Santa Catarina em busca de oportunidades de trabalho*. Nesta reportagem, é relatada a história da imigração de um Haitiano chamado Frantz, que foi o primeiro Haitiano a chegar ao município de Gaspar/SC e, estabelecer-se na cidade, conseguiu trabalho em uma das fábricas locais. Segundo ele, o estado de SC tem sido uma das melhores opções de migração para os haitianos. Frantz também conta que, no Haiti, era agricultor e professor de literatura francesa e de línguas. Destacamos aqui uma parte da entrevista que traz informações sobre a instituição escolar em seu país:

No Haiti, a gente não tinha uma coisa específica para fazer. Não tinha um emprego. Só na escola eu tinha uma oportunidade, porque dá para fazer uma escolinha em qualquer lugar, por exemplo debaixo de uma árvore. Eu ensinava literatura, espanhol, francês e inglês no nível básico. (CAVALLI, 2014).

A Figura 1 ilustra o espaço que os haitianos vêm ocupando nas fábricas locais de Santa Catarina.

Figura 1 - Haitianos em empresa de Gaspar



Fonte: Diário Catarinense. Foto por Jessé Giotti /Agência RBS, 2014.

Segundo a matéria, os haitianos que chegaram à SC, em 2014, foram suprimindo uma lacuna por mão-de-obra. Ressaltamos que essa era uma mão-de-obra

barata, destinada, em larga medida, para as indústrias. O próprio Frantz não conseguiu emprego em suas áreas de atuação como agricultor ou professor. Ainda assim, por ter trabalho, permanece.

O processo de imigração, com as facilidades do governo brasileiro em permitir que o país receba imigrantes, aumentou cada vez mais o número de estrangeiros no país que vieram legalmente como refugiados ou imigrantes, ou estão na ilegalidade por realizarem a trajetória através de coites. Esse aumento da população imigrante, somado à crise econômica que o país vivencia, atualmente resulta em menos oportunidades de trabalho. Assim, começa a demanda de imigrantes para outras regiões do país, estados, regresso ao Haiti ou imigração para outros países.

As legislações desatualizadas mostram que o país não é assim tão acolhedor como parece. Conforme Prado e Coelho:

A legislação desatualizada, elaborada com o foco na segurança nacional e com uma pré-compreensão das migrações como ameaça ao país. Considerando que a proteção dos Direitos Humanos dos migrantes, para que seja uma garantia eficaz, precisa contar com mecanismos que assegurem sua efetividade através de leis e políticas nacionais, segundo a OIM "um dos maiores desafios jurídicos deste século XXI é a regularização dos fluxos migratórios, que constituem uma realidade inevitável no mundo de nossos dias", pois "Direitos Humanos não se relacionam a cidadania, mas à comum humanidade". (PRADO; COELHO, 2015, p. 58, grifo dos autores).

Contudo, o Brasil não está preparado para receber os imigrantes atualmente. Mesmo com a possibilidade de entrada dos imigrantes haitianos com visto humanitário, isso ainda é pouco para que a situação destes seja realmente considerada humanitária nesse país. Não basta atualizar as leis. Torna-se necessária, também, a criação de políticas públicas que possam atender a todos os imigrantes que, atualmente, buscam novas oportunidades no Brasil, independente da nacionalidade ou situação de risco em que se encontram ao chegarem.

Em agosto de 2016, a realidade da imigração era de falta de oportunidades. O jornal O Sol Diário publicou um texto com a seguinte nota: "A promessa do eldorado brasileiro, que atraiu milhares de haitianos, ganeses e senegaleses para Santa Catarina, nos últimos anos, foi ceifada pela alta do dólar e pelo desemprego." Com as perspectivas de melhora de vida frustrada, eles seguem viagem para outros

destinos. Não existe uma estatística oficial do número de imigrantes que deixaram Santa Catarina, porém, o principal destino para eles é o Chile e Estados Unidos. (O SOL DIÁRIO, 2016).

O Brasil apresenta uma retórica que, segundo Prado e Coelho, é “[...] marcada por um eufemismo que nega as muitas formas de discriminação, desigualdades e conflitos relacionados com as diferenças culturais no país.” Ou seja, é “[...] um discurso que nega e tenta esconder a presença de xenofobia e desigualdades sociais, que têm raízes históricas na discriminação racial.” (2015, p. 60). Esta é uma realidade encontrada nos depoimentos dos imigrantes haitianos que são discriminados pela questão da escolaridade, ora pela falta desta, ora por sua escolaridade não ser reconhecida no Brasil. Alguns haitianos são humilhados e trabalham em condições inferiores a sua formação, onde os patrões não consideram a mão de obra qualificada e os contratam apenas como uma mão de obra mais barata, sendo esta utilizada sem reconhecimento e em condições de trabalhos inadequadas. Neste contexto, as diferenças culturais não são consideradas e os conflitos existentes passam distantes da fiscalização das autoridades.

Essa cultura de negar que o Brasil não é um país acolhedor e “vender” uma imagem de um lugar de boas oportunidades, como apontaram Prado e Coelho, pode estar realmente mascarando a existência da xenofobia e das desigualdades sociais que têm raízes firmes na história de colonização do Brasil.

Políticas públicas mais recentes, como a lei de cotas, podem ser vistas como uma tentativa de minimizar os efeitos de um passado segregador. O que não contempla, necessariamente, toda a brecha existente no Brasil, quando olharmos mais atentamente para as questões raciais. Culturalmente, é algo que ficou intrínseco na formação do brasileiro. Não obstante, também é notável que existe uma parte da população que tenta fugir dessa lógica discriminatória e racista e que, por meio de ações pontuais, busca empreender ações de mobilização voltadas para contribuir com a melhoria das condições de vida e escolaridade para os menos favorecidos.

Em relação ao trabalho, no caso dos imigrantes haitianos, quando chegam ao Brasil, esses imigrantes são vistos como aqueles que surgiram para tirar o emprego dos brasileiros. No entanto, a eles são destinados os piores postos de

trabalhos, colocando-os em uma situação de inferioridade, com trabalhos braçais que exigem muito mais da forma física do homem e com salários muito baixos. Poderíamos pensar na possibilidade de essa ser uma estratégia para “desprezar” aquele “outsider” que chegou com o sonho de uma vida melhor e digna. Podermos questionar, também, se a destinação e o tratamento seriam os mesmos se o imigrante fosse branco, de origem europeia ou norte-americana.

Para Jordão, a aversão às pessoas é explicada pelo seguinte fato:

A xenofobia, muitas vezes vinculada a esta dinâmica racista, reaparece frequentemente no noticiário e nas redes sociais, com evidências surgindo em meio aos relatos da imprensa sobre a chegada em maior número de haitianos no Brasil, a partir de 2010, ou a partir da cobertura do surto do vírus ebola e suas possíveis consequências no território brasileiro, entre outros casos notáveis. A longa trajetória do racismo tem um vínculo direto com as políticas migratórias, que se atualmente são tidas como uma espécie de subárea dentro dos tópicos “trabalho” e “direitos humanos”, desde o Brasil Império, e mesmo no período joanino (após a abertura dos portos às nações amigas), perpassava distintas questões brasileiras. (JORDÃO 2014, apud Campos, 2015, p. 38).

As situações de falta de oportunidades, trabalhos em áreas não compatíveis com as de formação do imigrante e o racismo que acontece não só com os haitianos, nos chamam a atenção, apesar de não ser a tônica desta pesquisa, para o fato de a questão racial estar presente no cotidiano do povo brasileiro e que, no caso dos haitianos, possivelmente os insere em um grupo de trabalhadores que são excluídos pela sua situação social ou de cor.

Mas, outro fator também aparece e deve ser ressaltado. O imigrante passa a ser considerado como um intruso no novo grupo, pois, além da cor, existe a dificuldade em se comunicar com o idioma local, o que, para muitas empresas, é considerado um motivo para a não contratação. Ou seja, por não falarem a mesma língua, algumas companhias justificam que os riscos com o processo de produção, acidentes pessoais, entre outros, podem prejudicar a empresa e o trabalhador. Por outro lado, esta preocupação poderia ser positiva se as empresas pensassem em oferecer uma capacitação básica a estes novos trabalhadores para que pudessem atuar com segurança, o que, geralmente, não ocorre.

Considerando as oportunidades de trabalho, algumas regiões ganham destaque regional ou nacional como lugares onde existem possibilidades de

melhorar de vida. Temos como exemplo Joinville, que passou a ser vista como uma cidade 'paradouro', onde alguns chegam para ficar e outros, por não se adaptarem, partem em busca de novas oportunidades em lugar diferente. O perfil do imigrante haitiano que tem chegado ao Brasil é um tanto "nômade". Eles permanecem em determinado lugar enquanto este lhe oferece oportunidades de sobrevivência e de manter os familiares que ficaram no Haiti, caso contrário, migram para outras regiões do país ou, então, para outros países.

Conforme resultados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em pesquisa realizada com 513 mil Joinvilenses, estes se declararam 85% brancos, 11% pardos e 2% negros. Ou seja, é uma cidade com uma população negra declarada muito pequena e o motivo pode estar associado a uma cultura tradicionalmente construída com uma referência racista, seja vista com desconfiança. Esta situação torna-se um fator social que interfere no cotidiano das pessoas, criando estigmas já consolidados nos quais as pessoas são discriminadas pelo local onde vivem, com quem convivem, pela escolaridade ou pela cor "preta" da pele.

2 OS HAITIANOS EM JOINVILLE

É nesse quadro de uma história marcada por processos de imigração que a vinda dos haitianos para o Brasil deve ser compreendida, ainda que pesem as especificidades de cada caso, grupo e etnia.

Conforme dados no Diário Catarinense, de 14 de dezembro de 2016, do ponto de vista econômico, Joinville é a cidade de SC que está em primeiro lugar no maior Produto Interno Bruto (PIB), liderando como a maior formadora de riqueza do estado. Mesmo assim, as mulheres haitianas entrevistadas continuam desempregadas e esse problema é geralmente associado ao fato de que os imigrantes haitianos possuem baixa escolaridade. Alguns concluíram o ensino médio no país, porém, não trouxeram documentação e, aqueles que os apresenta, não conseguem realizar a tradução juramentada junto a Secretaria de Educação do Estado, como também não possuem condições financeiras para realizar o pagamento do trabalho de tradução.

A falta de escolaridade não é o único motivo pelo qual as mulheres não conseguem função no mercado de trabalho. Dados informais, obtidos na convivência com brasileiros e haitianos, nos permitiram perceber um “pré-conceito” em relação à cor da pele e à dificuldade de comunicação na língua oficial. Isso não ocorre somente com os imigrantes haitianos. É preciso ressaltar que a falta de escolaridade já era um dos motivos para que os empregadores retirassem das listagens de seleção de funcionários aqueles que não possuíssem as competências ou formação adequada necessária para atuar nas empresas.

Os imigrantes que chegam à Joinville, independente do local de origem, estão estimulados pela notícia de a cidade estar em primeiro lugar na formação de riqueza, ser a que tem o melhor produto interno bruto e, com isso, deduz-se que existe também a facilidade de conseguir se colocar no mercado de trabalho, o que muitas vezes não acontece.

Cidades onde o trabalho ganha destaque acima de outras atividades sociais para os seus municípios, tornam-se um lugar onde as pessoas passam a viver quase que isoladas, ou seja, convivem mais com os arranjos familiares do que com a comunidade em geral. Essa situação revela o outro lado da imigração: o lado que apresenta a ausência de emprego, os pré-conceitos, a carência de convivência, da

falta de disseminação da cultura para as famílias que moram nos arredores da cidade.

Mas, em todos os lugares existem pessoas que se destacam na comunidade por perceberem os acontecimentos diferentes além da sua casa. Desse modo, além das iniciativas do Estado, a sociedade civil também vem se mobilizando e organizando, de alguma forma, o acolhimento desses imigrantes.

Então, ao pensar que quando os imigrantes chegam ao novo país, o mesmo já tem suas culturas, costumes/*habitus* e educação definidos por leis, tanto para o imigrante, quanto para quem já está estabelecido na comunidade. É necessária, portanto, a integração desses sujeitos à cultura e aos costumes locais.

Conforme aponta Elias: “É mais fácil, em princípio, reconhecer os elementos compartilhados do *habitus* nacional no caso de outros povos do que no daquele a que se pertence.” (1997, p. 15). Os grupos se afirmam por intermédio dos seus conhecimentos e culturas. Essa integração é delicada porque, além de ter que assimilar outra cultura, muitas vezes tão diferente da sua, especificamente os haitianos, eles ainda possuem a fragilidade de estarem em outro país por questões humanitárias, muitos em condição de vulnerabilidade social.

O que ocorre com os imigrantes é uma adequação da vida nos grupos já formados, nas cidades colonizadas por imigrantes de outras etnias (alemã, italiana), mas que mesmo após muitos anos, em Joinville, ainda mantém marcas da cultura natal, mesmo sendo um grupo menor naquela sociedade.

Joinville, que foi colonizada por imigrantes, até os dias atuais recebe migrantes de diversas regiões do país que vêm com o intuito de conseguir trabalho e com as expectativas de uma melhor condição de vida. Ao mesmo tempo em que eles se adaptam, é inegável que também introduzem suas marcas, a sua cultura em tudo o que faz e no modo de viver, embora esteja nesse lugar de *outsider*. Ao adequar, por exemplo, o seu modo de alimentar-se, inserindo outros tipos de alimentos disponíveis e comercializados no país, acaba por produzir um novo hábito, alargando a própria cultura.

De algum modo, esse processo de adaptação fará com que todos os envolvidos sejam, de alguma forma, afetados. Assim, pode-se arriscar em utilizar o termo “*outsiders*” que, traduzido, significa “os não membros da boa sociedade”, ou

seja, “os que estão fora dela.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7), para designar o lugar dos haitianos nesse contexto. Por outro lado, podemos entender a cultura dominante como aquela “estabelecida” pelos grupos representantes do poder na cidade. A diferenciação entre as classes acontece por ela mesma. “A cultura dominante contribui para integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes).” (BOURDIEU, 1989, p. 10). Mas, como toda cultura, ela não é hermética e, portanto, seus códigos são compartilhados e reinventados cotidianamente.

Como o nosso objeto de estudo é o imigrante haitiano morador de Joinville, é significativo relatar, brevemente, a história deste município, o qual foi fundado no dia 9 de março de 1851, colonizado por imigrantes alemães e franceses.

Inicialmente, o novo lugar recebeu o nome de Colônia Dona Francisca, devido ao nome da filha de D. Pedro I, a qual herdou 25 léguas de terra. A princesa chamava-se Francisca Carolina e as terras herdadas faziam parte do dote de seu casamento com o príncipe *François Ferdinand Philipe Louis Marie*⁷, de Joinville, uma cidade situada na França. Ao realizar uma das viagens, o príncipe, que era marinheiro, quando chegou ao Brasil conheceu a princesa e, posteriormente, casou-se com ela, herdando os lotes de terra em Santa Catarina.

Em 1849, o príncipe cedeu à sociedade Colonizadora Hamburguesa, propriedade do senador Christian Mathias Schoroeder, a quantidade de oito léguas de terras, possibilitando, dessa forma, a vinda de novos imigrantes. Dois anos depois da doação, os primeiros colonizadores chegaram juntando-se com os índios e os portugueses que já estavam estabelecidos na região (IBGE, 2010).

A Barca Colon foi a responsável por transportar a primeira leva de imigrantes noruegueses, destinando-os para a ‘Terra da Promissão’, ou seja, para a Serra Dona Francisca (ficou conhecida assim por ter sido do dote da princesa). De acordo com Ficker (1965), a Barca Colon trouxe um grupo de imigrantes devido a um contrato de imigração entre o príncipe e o Senador Schoroeder, sendo que o conjunto deveria chegar até o final do ano de 1851.

⁷ Príncipe de Joinville foi o terceiro filho do “Roy Citoyen” Louis Phillippe, Duque de Orleans e Rei da França (1830-1848), e da Princesa Marie-Amélie de Bourbon. Nasceu no dia 14 de agosto de 1818 no Castelo neuilly, uma residência majestosa com terraços e frontaria jonios, voltados para a corrente do Sena, bordada de juncos e salgueiros (FICKER, 1965, p. 21).

A viagem demorava cerca de 90 dias e as famílias eram acomodadas no navio improvisadamente entre caixas e mobílias que estavam nos porões do navio. Em 1852, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo firmou contratos com aldeias inteiras da Suíça, estas emigraram para a Colônia Dona Francisca até o ano de 1856. (FICKER, 1965, p. 71-73).

No navio Colon, estavam algumas famílias Norueguesas como: Schneider, Knorring, Moerikofer, Loder, Gilgen, Weber, Bauer, Mueller e muitas outras que iniciaram a colonização. Atualmente, no Bairro Vila Nova, em Joinville, existe a estrada dos Suíços que, conforme a história do bairro, foi onde começou a colonização nas terras que eram próximas a Serra Dona Francisca. Os imigrantes, nos primeiros meses de acomodação, recebiam ajuda de custo que devia ser destinada a alimentação. Segundo Ficker (1965), devido à diferença de nacionalidade, os imigrantes formaram três locais com diferenças linguísticas, ficando da maneira:

Os suíços da direção Oeste, seguindo o traço da picada Jurapé (Schweizer Pikade ou Rua do Meio) hoje Rua XV de Novembro, a partir da Rua Dr. João Colin. Os Noruegueses na direção Norte (Nordstrasse), hoje Rua Dr. João Colin. Os alemães na direção Sul-Oeste, acompanhando no início o percurso do Ribeirão Matias (Deutsche Pikade ou Matthias-Strasse), hoje Rua Visconde de Taunay. Esse estado de coisas levou os colonos a uma espécie de regime coletivista. Todos por um e um por todos, trabalhavam o chão que ainda não era seu. (FICKER, 1965, p. 82).

De acordo com a Joinville em Dados⁸, o município foi povoado por imigrantes europeus, com predomínio de alemães durante o seu primeiro ciclo de história e por trabalhadores de todo o país nos últimos 40 anos. Joinville apresenta uma diversidade étnica e cultural como sendo uma de suas principais características.

A cidade atualmente conta com uma população estimada de 569.645 habitantes, conforme Censo de 2010. Ela acolhe indústrias do segmento metalomecânico, estas que são de suma importância em SC, ocupando o primeiro lugar no PIB per capita no estado.

⁸ JOINVILLE EM DADOS. Disponível em: <http://www.rhbrasil.com.br/joinville_dados/joinville.pdf> Acesso em: 30 mar. 2017.

Além da indústria, outro destaque é área do turismo e prestação de serviços. A primeira está voltada, principalmente, para a colonização germânica, como a gastronomia e as danças típicas que marcam a cultura local trazida por esses imigrantes, a qual é explorada como potencial turístico da região. Outras atividades notórias são: a arquitetura de traços germânicos e as festas típicas, como a festa das flores (por isso o adjetivo de cidade das flores, dos príncipes e das bicicletas⁹) e o festival de dança de Joinville.

A movimentação com a chegada dos imigrantes haitianos ganhou destaque nos jornais locais, como também fez parte de uma reportagem da RBS TV. A matéria informou que os haitianos somavam, já em 2015, o maior número de estrangeiros trabalhando nas empresas de Joinville. Na época, a Polícia Federal estimou que houvesse cerca de 800 imigrantes haitianos aguardando resposta do pedido de visto de permanência e que 300 já estavam com a documentação em dia para continuarem no país. Destes imigrantes, a maioria veio para o SC depois do terremoto de 2010. Mesmo com os números apresentados, tanto a prefeitura quanto o governo do estado não sabem o número exato de imigrantes. (PORTAL GLOBO SANTA CATARINA, 2015).

Na mesma reportagem, encontramos dados de que o Ministério do Trabalho e Emprego tinha concedido milhares de autorizações para concessão de visto com caráter humanitário aos haitianos. Santa Catarina foi um dos estados que mais recebeu imigrantes haitianos. Eles atuam em diversas áreas de trabalho em Joinville, pois para estes cidadãos, o que importa é ter uma ocupação, um trabalho que possibilite manter-se e enviar quantias aos familiares. Um deles é Pierre Jean Wildor, assador de pizza que, em pouco tempo, conseguiu se estabelecer em Joinville. Segundo o mesmo relata: “Foi rápido. Fiquei em casa por cinco dias e depois comecei a trabalhar em uma pizzaria e estou até hoje.” (PORTAL GLOBO SANTA CATARINA, 2015).

Alguns imigrantes haitianos, quando chegaram, obtiveram sucesso na procura de uma colocação no mercado de trabalho. Mas, na mesma época em que relatamos as entrevistas publicadas pelo Portal Globo Santa Catarina sobre o êxito

⁹ Joinville, conhecida também como a cidade das bicicletas, possui um número elevado de ciclistas e, conseqüentemente, de bicicletas. É comum encontrar bicicletas de época entre os seus moradores, como relíquias que, quem sabe, marcam fases da história. Disponível em: <www.hprincipe.com.br/pt/historia-de-joinville> Acesso em: 20 out. 2016. .

no mercado de trabalho, existiam imigrantes com dificuldades para conseguirem uma ocupação profissional nas empresas de Joinville. Isso também ocorreu em outras cidades de Santa Catarina e de alguns estados. Um dos entrevistados da matéria relatou:

Eu tenho um amigo que falou comigo por telefone para perguntar se a situação do Brasil tinha melhorado. Melhorou. Mas eu digo que a crise ainda está aqui. É necessário deixar o momento passar. Eu faço oração para trazer bênçãos sobre o Brasil. (PORTAL GLOBO SANTA CATARINA, 2015).

Em uma matéria diferente, outro haitiano comentou a situação antes e depois de vir ao Brasil:

Lá não estava muito ruim para mim. Eu ganhava bem, tanto que paguei minha passagem. Uma grande parte dos haitianos vem para procurar trabalho, mas eu tinha uma vida boa lá. O que me motivou a vir foi a boa oferta, eu esperava oportunidades melhores aqui, principalmente em avançar nos estudos. (BAZZO, 2016).

Percebemos que o motivo da vinda dos haitianos ao Brasil é por este ser considerado país de oportunidades. Ao chegarem neste país, eles começam a reservar parte de sua renda e estimulam a vinda de outros para o Brasil. Na fala de Micius, vimos um haitiano mais cauteloso com a situação do país, o qual notou, depois de ficar um tempo, que nem tudo é tão extraordinário como é veiculado. Viver longe da família, do grupo social a que estão acostumados, longe da sua cultura e próxima a uma que, inevitavelmente, pode gerar conflitos nos seus sentimentos e valores, é uma realidade encontrada no Brasil e nas cidades em que eles se estabeleceram, fazendo-os repensar a permanência nesse país. Entre os imigrantes que não conseguem uma colocação de trabalho, encontramos as mulheres, estas que, longe dos filhos e de toda a família, pensam em ao menos obter o valor da passagem de volta, caso não seja possível um emprego para permanecer e buscar os que ficaram.

Quando observamos os processos imigratórios que ocorreram no Brasil, principalmente em Joinville, encontramos, na história, um hábito formulado pelos imigrantes alemães para protegerem-se. Eles se uniam com o propósito de 'todos por um e um por todos'. Isso leva-nos a refletir sobre o momento atual dos

imigrantes haitianos, onde percebemos a união e as redes de solidariedade do grupo. Essa união se desdobra em novos arranjos familiares com o intuito de dividirem as despesas de aluguel e alimentação. Nesse contexto, é comum mais de uma família morar na mesma casa. São imóveis em boas condições de moradia. Em alguns casos, quase que a totalidade de um prédio de quatro andares é ocupada por famílias imigrantes. Essa situação nos mostra uma nova formação familiar, na qual existem os casais e os amigos que compartilham do mesmo espaço e dividem as despesas.

Esses novos arranjos familiares chamaram a atenção das educadoras que, quando visitaram as casas, perceberam, por exemplo, que em um apartamento de dois quartos moravam um casal e mais três imigrantes haitianos. O casal tinha uma filha de uma semana. As educadoras foram até o local e levaram doações para o bebê, aproveitando para verificar se estava tudo bem com eles. Na visita, tiveram o entendimento de que, o único cômodo do apartamento pertencente somente ao casal, era o quarto. No interior do ambiente, as roupas estavam em prateleiras, em sacos, tudo no pequeno espaço existente. Próximo à cama tinha um pote com água e outros pertences da mãe e do bebê. As demais dependências eram de uso comunitário. Mesmo sendo amigos, e na maioria homens, pareciam uma família que dividia, além do espaço, os alimentos.

No mesmo prédio as educadoras visitaram uma aluna que, muito contente, as convidou para conhecer o apartamento onde morava. Ela não era casada e dividia a casa com outros amigos haitianos, sendo a única mulher desse grupo. Percebemos que, para eles, morar naquelas condições não tinha problema e também não se incomodavam de supostos comentários sobre a conduta. Tanto as educadoras como a acolhedora, entenderam o fato de dividirem o lugar que moram como uma situação normal do cotidiano e uma estratégia de sobrevivência.

Seguindo a lógica da autoproteção e do lema “um por todos”, uma situação semelhante ao costume criado pelos imigrantes alemães quando da colonização de Joinville foi relatada em uma conversa com a mulher a qual chamaremos, neste trabalho, de *acolhedora*. Ela nos disse que conheceu alguns imigrantes haitianos que trabalhavam na mesma empresa, considerada de grande porte na cidade. Em uma determinada situação, um dos imigrantes haitianos não foi tratado com a

dignidade que qualquer trabalhador deve ter. Um grupo de haitianos que era próximo do outro, considerando injusto o tratamento, solicitou a demissão da empresa. Esta união fortalece os laços entre eles e os movimentos que buscam por maior igualdade social. Percebemos, neste incidente, que os imigrantes querem ser reconhecidos como os nativos, como pessoas com seus direitos e deveres. Não pensaram nas consequências do que poderia vir caso todos ficassem sem suas atividades laborais. Em contrapartida, demonstraram um forte laço de solidariedade entre eles.

Em Joinville não encontramos um projeto de acolhimento para os imigrantes responsabilizado pelo Estado, embora haja iniciativas nessa direção. O que existe são situações isoladas de pessoas da comunidade e algumas paróquias que atuam nos bairros onde o número de haitianos é maior. Em maio de 2016, na Câmara de Vereadores de Joinville, na 39ª Sessão Ordinária, um dos representantes, o Vereador Adilson Mariano – PSOL, apresentou a moção sob Nº 3/2016, como podemos ver a seguir:

A Câmara de Vereadores de Joinville, acatando solicitação do Vereador Adilson Mariano (PSOL) apela ao executivo municipal, Prefeito Udo Döhler e ao Departamento de Estrangeiros (DEEST) da Secretaria Nacional da Justiça, para que implante imediatamente políticas públicas que garantam dignidade a todos os imigrantes, em especial os haitianos, que são em grande número na cidade. Para tanto, solicitamos a abertura imediata de uma casa ou setor de atendimento ao imigrante em local central que se torne um serviço de referência aos imigrantes, garantindo-lhes o direito a educação, a saúde, ao trabalho, a moradia, a cultura, ao esporte, ao lazer e a todas as medidas necessárias para acolher e garantir a dignidade humana a estes imigrantes que vem ajudar a construir uma cidade melhor. (JOINVILLE, 2016).

Os projetos de acolhimento ainda permanecem nos documentos da cidade de Joinville, como a ata da reunião na Câmara de Vereadores *Projetos de responsabilidade dos Governantes do município*. Porém, algumas pessoas tomam a iniciativa e atuam nos arredores do lugar onde moram para acolher os imigrantes, não aguardando pela legalidade da implantação de um projeto social. Por conta disso, encontramos mulheres da comunidade que atuam como acolhedoras, além de igrejas e instituições que realizam projetos de extensão e contemplam os imigrantes.

Depois de algum tempo da chegada dos imigrantes, a Igreja Católica criou a 'Pastoral do Imigrante'¹⁰.

2.1 TRABALHO COMUNITÁRIO E RELIGIOSO COMO CAMINHO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

A pesquisa nos mostrou um protagonismo feminino que merece espaço próprio para ser discutido. Essa condição de protagonista não é novidade na História das Mulheres que vem avançando para desvelar os muitos modos pelos quais as mulheres marcaram presença em diferentes tempos e espaços. Segundo Perrot,

[...] a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua "cultura" e a existência de seus poderes. Foi o que poderia chamar de matriarcado, triunfante numa certa época da antropologia feminista americana, o tempo das Amazonas de *Françoise d'Eaubonne*, das *Guerrières et Gaillardes* (Guerreiras e Levianas) de Pierre Samuel, simpática e ardente demonstração da força física das mulheres. (PERROT, 1988, p. 169-170).

Em Joinville, nos deparamos com algumas mulheres que se destacaram na sociedade mediante intervenções em atividades socioculturais, econômicas e em trabalhos voluntários com as pessoas da comunidade, as quais contribuíram para a construção da história da cidade¹¹.

¹⁰ Nota do autor: projetos de instituições serão abordados com mais detalhes em outro momento da dissertação.

¹¹ Destacamos brevemente algumas dessas mulheres e seu escopo de atuação, a fim de trazer à memória, suas ações e sua contribuição para o desenvolvimento sociocultural e econômico do município. Helene Dorothea Trinks-Lepper. Migrou para o Brasil, nesta cidade, com sua família, em maio de 1849, logo após o seu nascimento. A migração deu-se pela crise que a Europa passava na época, como as revoluções e levantes populares (COLIN, 2002, p. 16). Contribuição dessa mulher para o município foi a criação de um jardim de infância, decisão dela e de outras mulheres da comunidade. A escola pode ser criada depois da doação de uma casa pela empresa Lepper. Ela também doou local para que o Hospital Dona Helena fosse construído, o nome é em homenagem a ela. Em toda a sua vida dedicou-se ao lar, a família, netos e a comunidade. Anna Maria Harger, também é filha de imigrantes alemães. Nasceu em Florianópolis/ SC. Recebeu seu diploma de normalista no ano de 1913, foi nomeada pelo governador da época mesmo sem ter concluído seus estudos, com o objetivo de exercer suas funções de professora no Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau. (COLIN, 2002, p. 36). Em março de 1926, Anna se estabelece na cidade de Joinville, onde abre na rua do Príncipe, a escola Remington Oficial, fundando um ano mais tarde o Instituto Bom Jesus Ela nunca se casou. Sua vida foi dedicada a educação, em Joinville os seus dirigentes aprenderam com a professora Anna. Para homenageá-la a cidade conta com uma rua que traz o seu nome e uma escola municipal. Elly Herkenhoff sempre deixou fluir os seus sentimentos de respeito e estima ao próximo, à comunidade, aos costumes e, principalmente, à cultura. Elly fez isto resgatando, ensinando e divulgando o legado histórico da cidade. (COLIN, 2002, p. 69). Conforme Colin, (2002) a família Kohlbach – Herkenhoff teve enorme participação no desenvolvimento cultural de Joinville. Ela era uma mulher independente que mesmo antes da libertação da mulher, ela já demonstrava independência no

A participação da mulher na sociedade por meio de suas ideias, intervenções e mediações socioculturais, tem se destacado e recebido uma visibilidade muito maior do que tinha alguns anos atrás. Se pensarmos no empoderamento da mulher, podemos dizer que suas ações, ao longo dos anos, fortaleceram-se revelando o que antes era ocultado pela sociedade.

As mulheres, ao realizarem a mediação no processo de imigração, atuam na resolução dos conflitos existentes, buscando modos de fazer a integração do imigrante nas comunidades locais. Essas mediações vão além da cultura, pois elas entram no espaço comunitário e envolve outras pessoas e instituições para, juntos, conseguirem resolver as diversas situações existentes, resultado das diferenças culturais. No caso dos haitianos, elas se organizam como sociedade civil, em um projeto de acolhimento que abrange os vários âmbitos de sua vida. Seja do ponto de vista informal ou formal, as mulheres tomam a frente do processo de integração dos haitianos à comunidade local.

A questão da língua é um dos problemas encontrados. Alguns imigrantes são políglotas, mas outros falam somente a língua nativa do Haiti. A língua nativa é uma mistura de francês com um dialeto local, o *kreyol*. Ao fazermos a observação, percebemos que eles andam em grupos. Talvez seja para se “protegerem”, conseguirem uma comunicação ou manter o sentimento de grupo, o que incide na formação de novos guetos.

No caso do imigrante, há uma necessidade premente de se enquadrar nos novos padrões sociais e culturais, pois, conforme Elias destacou no contexto da imigração alemã, “[...] adquirir consciência das peculiaridades do *habitus* da nossa própria nação requer um esforço específico de auto-distanciamento.” (1997, p.15). Neste sentido, é necessário reconhecer que alguns hábitos não terão espaço na nova sociedade, enquanto outros podem ser reconfigurados, adaptados à cultura local. Esse movimento é fundamental para a integração e adequação à nova sociedade.

trabalho e na sua vida privada, tinha uma característica de ser dominadora. É uma mulher que revolucionou em épocas quando era preciso cumprir deveres para sobreviver.(COLIN, 2002, p. 79). A artista Leselott Trinks contribuiu com a cultura de Joinville, através da sua arte. A dança e a música. Teve uma vida rica em experiências e vivências. (COLIN, 2002, p. 100). Dona Carola Keller atua nos trabalhos voluntários com o grupo da igreja formado por mulheres que dedicam-se a ajudar a comunidade. Para Colin (2002), ela é o tipo de pessoa se sente forte pelo simples fato de poder praticar o amor ao próximo.

Percebemos isso em relação à religião. De acordo com Burke, ao tratar da cultura, a história da memória passa também pela religião como lembranças e marcas de um povo ou nação.

Cultura impregnada pelas escrituras onde as casas são marcadas, as memórias da perseguição da comunidade protestante pelos católicos foram contaminadas ou mesmo moldadas por histórias bíblicas de perseguição ao povo escolhido, chegando mesmo às marcas feitas nas portas das casas cujos habitantes deveriam ser massacrados¹². (BURKE, 2005, p. 89).

As instituições religiosas têm um espaço importante na educação. Como sabemos, em outras situações, as igrejas assumiram a missão de civilizar os povos. Com os imigrantes, elas acabaram por adotar a responsabilidade de introduzi-los à realidade brasileira. Baseando-se em Elias e Scotson, Veiga (2008) afirma que um dos passos da modernidade foi a construção social de padrões de comportamentos distintos entre homens e mulheres, adultos e crianças, pobres e ricos. No estado atual, as mulheres vêm se destacando em trabalhos voluntários, que além de suprir as necessidades básicas, atuam também nessa construção social de padrões de comportamentos ao qual Elias e Scotson se referem.

A religião perpassa, em dado momento, pelos ambientes educacionais formais ou não formais, como no ambiente familiar, na convivência com a comunidade e nos trabalhos voluntários realizados por integrantes desta comunidade para o acolhimento dos imigrantes. Diante disso, ressaltamos que a religião faz parte da formação educacional do ser humano, independente da crença. Embora na idade adulta nos tornemos pessoas que não acreditam em Deus ou que até digam ser ateus, quando crianças, na maioria das famílias, os pais ensinam sobre a possibilidade de uma divindade superior ao ser humano.

A formação religiosa, quando praticada de forma eficaz, tem efeitos de longa duração. Em vista disso, citamos a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como um espaço formativo da religião católica, cujos efeitos alcançam os haitianos hoje, em Joinville. Conforme Barbosa (2007), essas comunidades foram parte de uma experiência pastoral nas décadas de 1970 e 1980, que iniciou a possibilidade de participação, aberta aos leigos, dentro da estrutura rígida da Igreja.

¹² Pretendemos, com o exemplo do texto de Burke, afirmar que mesmo nos dias atuais ainda existem gravados na memória marcas de uma cultura religiosa que produz uma identidade, mesmo quando nos referimos a um país como o Brasil, onde temos uma pluralidade de religiões, seitas e crenças.

Barbosa esclarece que as CEBs, inicialmente, foram formadas como grupos de fiéis, que se reuniam para fazer estudos bíblicos e orações. Prática possível e realizada somente após autorização concedida pelas diretrizes do Concílio Vaticano II. Essas comunidades foram o início da descentralização da estrutura da Igreja.

Para Betto (1985), elas são pequenos grupos que se organizam em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), sendo formados por iniciativa de leigos, padres ou bispos. São comunidades porque reúnem pessoas que compartilham a fé e a igreja que residem em um mesmo local. As pessoas que participam do grupo partilham os seus problemas de sobrevivência e moradia, lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras.

De acordo com Betto (1985), elas são eclesiais porque estão congregadas na Igreja como núcleos básicos de comunidade de fé. E são de base, porque integra pessoas que trabalham com a mesma classe popular de formação, tais como: donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, assalariados agrícolas, posseiros, entre outros.

Qual a relação entre as CEBs e esta dissertação? Quando analisamos como tem ocorrido o processo de imigração dos haitianos em Joinville, especialmente em relação à cultura e a educação, nos deparamos com uma experiência de acolhimento dos haitianos aparentemente livres de qualquer instituição. Todavia, ao realizarmos o contato com a acolhedora, nos foi revelado que, na época em que morava no Sul do país, a mesma fazia parte de uma comunidade eclesial de base.

Essa informação nos chamou a atenção para os diferentes modos pelos quais a Igreja se faz presente em nossa sociedade. A iniciativa da acolhedora não era uma ação formalizada, nem estava relacionada de forma direta à Igreja. Mas experiência por ela vivida nas CEBs, introjetou um hábito voltado para o cuidado e suporte, assim como o trabalho com o outro em condição menos favorável. Esses valores forjados na experiência religiosa extrapolam os muros da Igreja e a se fazem presentes nas ações cotidianas de cada uma dessas mulheres leigas que atuam em nome da fé cristã.

Buscamos, com isso, vestígios da cultura que está por detrás desta formação da acolhedora. Por ter uma formação católica, sendo também praticante da fé que professa, as atividades realizadas para acolher os imigrantes podem ser

entendidas como resultados dessa formação e fazem parte do seu cotidiano. Ou seja, a Igreja tem nos seus fiéis a sua extensão e, por meio destes, atua onde o aparelho eclesial muitas vezes não chega.

Assim, as mulheres, por terem características de assumirem com muita dedicação as atividades que lhe são propostas, passam a ser a voz da igreja na comunidade, fazendo com que esta esteja viva e presente no cotidiano das pessoas. Aquelas que possuem uma formação mais aprofundada na doutrina católica tornam-se, não raramente, atuantes, ao longo da vida, nessa mediação “entre o clero e o povo”¹³, consolidando, desta forma, o trabalho da Igreja junto à sociedade.

Mesmo que algumas situações não façam parte do compromisso assumido com a Igreja em determinada pastoral, essas mulheres assumem compromissos pessoais com projetos sociais da comunidade, colocando em prática toda a formação humanitária e cristã que tiveram, por exemplo, nas CEBs, e muitas vezes isso está tão incorporado em seu subconsciente que não percebem claramente que o trabalho que fazem é resultado da formação que receberam para serem a representação ativa da Igreja na comunidade.

Encontramos um exemplo dessas mulheres leigas da Igreja nas atividades da acolhedora. Nosso primeiro contato foi em uma visita onde, em companhia de colegas da instituição em que trabalho, decidimos ir até a casa da mesma para conhecer um pouco das atividades que ela estava desenvolvendo com os haitianos e para organizar as estratégias para obter um número considerável de candidatas imigrantes para o *Curso de Formação Inicial e Continuada Educação e Gênero*, do *Programa Mulheres Sim*¹⁴. A primeira impressão que tivemos foi a de uma mulher que demonstrava amor pelo que estava fazendo, pois expressou certa empolgação, vontade em ajudar para, futuramente, poder vivenciar o fruto de sua dedicação.

No piso superior da sua loja, onde é proprietária junto a seu esposo, destinou um cômodo, não muito grande, no qual tem os materiais adquiridos por ela que permite, ao grupo de mulheres, aprender a costurar, fazer artesanatos e a interagir com as outras mulheres da sua etnia.

Pelos vídeos gravados e por ela, nos apresentado no dia em que a visitamos, percebemos que eram momentos muito gratificantes para aquelas

¹³ Expressão que tomamos de empréstimo de Zanlochi (2001).

¹⁴ Essa experiência será objeto do próximo capítulo.

mulheres que criavam pequenos artesanatos com sobras de retalhos de tecidos e outros tipos de materiais. Nestas ocasiões, elas também cantavam, dançavam e tinham a possibilidade de relembrar seus costumes e a cultura.

Sendo um momento de aprendizagem não formal e de socialização, as conversas que tinham durante as aulas que elas mesmas organizavam, fluíam livremente em Crioulo e Francês. Também conseguiam aprender novas palavras do Português, uma língua desconhecida para todas e, as poucas tinham conhecimento do idioma, tinham a oportunidade de aprender um pouco da cultura brasileira. Percebemos que o fato de acolher os imigrantes na casa onde mora e pensando na capacitação das mulheres para que possam ter uma renda que contribua para a manutenção da família, a acolhedora e as imigrantes fazem uma troca de culturas.

Entendemos que o curso oferecido pela Instituição de Ensino contribuiria, um pouco mais, para a inserção social das mulheres imigrantes no convívio com as outras alunas brasileiras. A inscrição de imigrantes no curso *Educação e Gênero* foi o resultado de um trabalho conjunto com a comunidade aqui representada pela acolhedora, visto que o maior número de alunas imigrantes que conseguimos para o curso morava no mesmo bairro.

Passados alguns meses, voltamos a nos encontrar com a acolhedora, agora com vistas a realizar a entrevista individual para conhecermos um pouco daquela mulher que, além dos compromissos com a sua família, tem espaço em sua vida para direcionar seu olhar ao outro. Uma mulher que construiu, ao longo dos anos, uma marca em sua personalidade: a de alguém que olha além da sua casa e não fica inerte frente a diferentes situações que lhe são apresentadas e que são comumente despercebidas aos olhos dos outros da comunidade.

A entrevista, combinada para acontecer na casa da acolhedora, nos fez ser recebidos com um semblante de satisfação e alegria em poder colaborar com a pesquisa. A escolha em realizar a entrevista na casa da acolhedora se deu por considerarmos que o entrevistado deve estar em um ambiente que se sinta seguro, onde possa ser proporcionado o acolhimento para ambos.

O diálogo começou como uma conversa informal, porém, ao percebermos que os dados poderiam colaborar para os objetivos da nossa pesquisa, iniciamos a gravação. A preocupação da acolhedora com os indivíduos que aparecem no bairro

onde mora não é colocada como uma preocupação que possa levar a pensar em discriminação, ao contrário, remete ao acolhimento, à solidariedade, ao demonstrar preocupação com a situação deles e o que ela pode fazer.

No momento da entrevista, ela relatou uma situação que a está deixando preocupada: o fato de um imigrante haitiano viver na rua, isso nos arredores do bairro onde reside. Este haitiano, segundo ela, parece apresentar uma confusão mental, observação de outro haitiano que, seguindo orientações da acolhedora, conversou com ele e verificou o que estava acontecendo. Segundo o imigrante que falou com o morador de rua, este acredita que está morando nos Estados Unidos.

Daí eu fui levar esta questão do haitiano, que ta na rua e daí o Padre¹ falou que tem a pastoral do imigrante que poderia ficar responsável no caso ele fosse internado no regional. Lá pedem um responsável, que ia falar com o padre 2 (outro padre da paróquia) que ele ficou responsável pela pastoral do imigrante, que aí teria uma ação efetiva da pastoral. Ficou de me dar a resposta hoje. Na verdade, este menino precisa de um tratamento, de ser internado e alguém precisa ficar responsável. (ACOLHEDORA, 2016).

A Igreja, neste momento, designou um responsável pela recém-criada pastoral do imigrante¹⁵. O padre 1, que trabalha nas redondezas e atende haitianos nas terças-feiras na paróquia, ao ser consultado sobre o que fazer, ficou de falar com o outro padre que é o responsável pela pastoral do imigrante. Até o momento da entrevista, não se tinha uma resposta definitiva de como ficaria a situação. Todavia, a preocupação com o morador haitiano nos remete para uma reflexão sobre a situação. Ou seja, quando existe um morador de rua, incomoda os moradores de Joinville. Por quais motivos? Seria pelo fato de a pessoa estar em uma situação difícil, onde não tem como manter-se dignamente? Ou a situação não é uma preocupação com o outro e, sim, com o que pode acontecer se mais moradores surgirem, aumentando, consideravelmente, o número de pessoas que moram na rua? Isso gera um receia em o Estado não intervir, por meio de políticas públicas, ocasionando uma visão de descaso com o ser humano que está em situação de vulnerabilidade pessoal.

Por outro lado, arriscamos outra visão. Quando as pessoas migram das suas casas para morar na rua, elas podem estar em uma situação bem complicada de vida, sem condições de manter-se adequadamente, ou estão em um estado de

¹⁵ Abordaremos sobre a Pastoral em outro momento da dissertação.

distúrbios psicológicos, estes que podem ser resultados de fortes traumas, doenças mentais ou utilização de entorpecentes. Neste último caso, o que pode ferir os olhos da comunidade que está bem acomodada em suas casas é morador de rua, seja ele imigrante ou não, vir a envolver-se com outros perigos existentes, como o envolvimento com grupos rivais que existem no comando do tráfico.

O natural das pessoas é escolherem lugares que sejam bem-vistos, seguros e que aos olhos sejam agradáveis, onde a criminalidade não seja frequente, mesmo nos dias atuais, em que não existe segurança em todos os lugares, é do ser humano buscar um ambiente seguro para residir. Com isso, as ações para reverter casos em que denigrem a imagem dos locais onde moram, como o aumento ou surgimento de moradores de rua em um bairro onde isso não é comum, podem levar as pessoas a se mobilizarem para resolver a situação e não deixar que isso seja naturalizado, passando uma impressão de abandono, de um local onde a insegurança possa existir ou venha contribuir, também, com o aumento da violência na comunidade. Diante disso, pode ser considerado prudente, para os moradores, intervir e buscar ajuda para os que precisam.

Os cuidados da acolhedora não estão baseados em uma educação formal. Sua formação foi construída pelos ambientes, pelas ações, vivências e situações-problemas às quais esteve exposta e por sua experiência partilhada nas CEBs. As suas atividades, mesmo sendo realizadas por ela voluntariamente, não podem ser compreendidas de forma a desconsiderar sua formação religiosa e política, a qual tende a resolver os conflitos da sociedade a partir da comunidade onde vive.

A falta de profissionais qualificados para lidar com esses novos sujeitos que chegam a uma comunidade, no entanto, não é exclusividade de Joinville. Elias e Scotson, quando realizaram a pesquisa na comunidade de Winston Parva, perceberam um fato semelhante:

Não havia ninguém – agentes comunitários, clérigos, médicos ou quaisquer outros profissionais – que por formação ou bom senso, compreendesse os problemas sociológicos apresentados por aquela comunidade, tivesse autoridade suficiente e inspirasse suficiente confiança para ajudar a derrubar os muros de isolamento e suspeita entre pessoas que, embora vizinhas, eram estranhas entre si. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 109).

Portanto, a diferença entre grupo pesquisado por Elias e Scotson e o grupo que é objeto de nosso trabalho, é que contamos com pessoas da comunidade que conseguem passar confiança para os imigrantes e estão interessadas em ajudar, mesmo sem ter a formação necessária. E, atualmente, existem pessoas sem uma formação acadêmica, como outras com formações diversas, como professores, dentistas e padres que auxiliam em ações no sentido de aproximar esses novos indivíduos da sociedade de Joinville. Na situação relatada por aqueles, os problemas sociológicos destacaram uma convivência que não existia entre os grupos da localidade pesquisada, tornando-os invisíveis uns para os outros.

A falta de convivência com outras pessoas da comunidade é um indício dos problemas que podem acontecer no processo de imigração, assim como os conflitos culturais existentes e os que possam vir a surgir. Essa ausência de integração é justificada pelo fato de o imigrante que chega não saber falar a língua local. Por ser um primeiro obstáculo na comunicação, contribui para que alguns imigrantes haitianos sintam-se isolados da comunidade ou, então, para que a sua inserção demande mais tempo aqueles que falam o português ou tenham maior facilidade na aprendizagem da língua.

Diante de um fluxo imigratório, é esperado que haja problemas de várias ordens, porque esse é um processo delicado e que demanda uma atenção especial. A acolhedora sinaliza para o fato de o padre mencionar que isso já era esperado.

Então, o Padre 1 falou para mim que ele já previa essa situação dos migrantes, que eles saíram do Haiti com certeza que iam chegar no Brasil e arrumar trabalho, que ia dar tudo certo, só que chegam aqui, a realidade é outra então, ele já previu que alguém ia ficar doente emocionalmente né? E até esse menino, que até já evoluiu para uma crise depressão, surtando né? Ele tá surtando. (ACOLHEDORA, 2016).

Os Padres 1 e 2 que nos referimos aqui na pesquisa são haitianos, porém, vieram para o Brasil por motivos diferentes dos imigrantes. Estes atuam junto às comunidades católicas que ficam próximas ou, às vezes, mesmo bairro. Percebemos, na fala da acolhedora, que os sonhos de muitos haitianos foram frustrados ao chegar no Brasil. A situação do haitiano que se encontrava na rua era previsível, inclusive com outros haitianos. Muitos ao chegarem não encontram o país dos sonhos, nem um trabalho digno, tão fácil como parecia. As promessas

divulgadas pela mídia ou de forma popular e, talvez, por brasileiros que trabalharam em ações humanitárias no Haiti, não correspondem, muitas vezes, à realidade. Então, quando o padre aponta que situações como a do Haitiano poderiam acontecer, não é algo para nos deixar tão surpreendidos. Isto é inevitável para alguns imigrantes. O psicológico desses sujeitos vem abalado pela situação que passaram no Haiti, independente se foi por perseguição política, pela fome, miséria, por estresse pós-traumático após o terremoto e outros fenômenos naturais que afetaram o país ou, ainda, se pela violência que ocorre no país. Ao chegar ao Brasil, se eles não forem acolhidos ou não encontrarem uma oportunidade, prosseguir sem adoecer é quase inevitável.

Neste ponto, surge um problema sociológico entre tantos outros existentes no Brasil: os imigrantes passam por situações de extrema vulnerabilidade social, de desilusões com os sonhos, de preconceito com a formação, da falta de oportunidade e de acesso à educação formal.

Esse conjunto de elementos pode provocar novos problemas sociológicos para o Brasil? Problemas que, mesmo com alguns programas sociais, não existe a possibilidade de extinção, pois, a cada dia, cresce a mobilidade social, seja ela dentro da mesma cidade, do mesmo bairro, país ou na migração de outros países.

A situação do haitiano, quem sabe moribundo, abandonado nas ruas da cidade de Joinville, poderia ter sido resolvida pelos poderes públicos, com políticas de assistência ao imigrante. Mas, na ausência destas, foram pessoas da comunidade que fizeram algo por ele. Em Joinville, é notório que existem poucos moradores de rua. Esse fato contribuiu certamente para causar preocupação, entretanto, não podemos desconsiderar que essa nova situação gerou um incômodo. Para o atendimento a moradores de rua, Joinville conta com uma Secretaria da prefeitura municipal que realiza esse trabalho de acolhimento. No entanto, estes indivíduos necessitam realizar um cadastramento para que sejam atendidos. Em seguida, eles podem ter acesso a locais para dormir (com maior disponibilidade de local em dias frios). Além desse espaço para acomodações noturnas, os moradores de rua são encaminhados para cursos de qualificação profissional, estes que são parcerias realizadas com outras instituições públicas. Eles também têm acesso às consultas para atendê-los em casos de saúde, como

curativos, vacinas, controle de algumas doenças (não especificadas) e exames rápidos. (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2017).

Contudo, no caso da acolhedora, o que a move em direção a esse sujeito? Qual a sua história? Conforme a mesma relata:

[Risos antes de falar] Na verdade eu cheguei aqui em Joinville eu tinha 19 anos né. 20 anos e assim, não foi diferente como muitos que vieram pra cá, a gente veio p trabalhar, que lá no sul estava muito difícil pra trabalhar, muito difícil de trabalho, eu tinha magistério de 2º grau. (ACOLHEDORA, 2016).

No momento em que temos a oportunidade de contarmos a nossa história, percebemos o quanto os nossos caminhos se cruzam. Ela não é nascida em Joinville, também passou pela experiência de migração, só que dentro do país, na mesma região, com um choque cultural muito menor.

Ao relatar sobre a sua própria história, a acolhedora inicia com uma breve risada baixa, talvez por encontrar alguma semelhança com o contexto de imigração atual na cidade. Seu objetivo ao ter vindo para a cidade era trabalhar, pois onde residia, estava com dificuldades em encontrar um emprego (ênfatisa a dificuldade de encontrar trabalho no seu local de origem), mesmo ela tendo a formação do magistério.

A acolhedora relembra que o motivo que a fez migrar, não foi diferente daqueles que chegaram depois: a busca por trabalho e melhores condições de vida. Ela continua:

Meu marido tinha 02 técnicos, formados né? E não conseguimos trabalho lá, nossa era difícil. Vim pra cá pra trabalhar e logo que chegamos aqui ele foi trabalhar na tupi, já fez escola técnica também e eu procurei os trabalhos comunitários, assim sabe [risos] fiquei grávida também, só cheguei já aqui muito novinha grávida (ACOLHEDORA, 2016).

Uma relação, em alguns aspectos, semelhante aos dos imigrantes haitianos, ter vindo para Joinville com o objetivo de encontrar um trabalho, o que naquela ocasião não era possível onde morava, então parte com os sonhos de uma vida nova. O que percebemos é que, diferente do imigrante haitiano que temos hoje, a migrante chegou com objetivo de encontrar emprego, mas também trouxe a perspectiva de construir uma nova vida. Ela conseguiu acomodar-se no local,

construir uma família sem a preocupação em ter que manter familiares que permaneceram em outra cidade. Sua história acaba por se confundir com a história do bairro onde vive, o qual ajudou a construir, aumentando o sentimento de pertencimento aquele lugar. E esta contribuição permanece até os dias atuais.

Uma breve observação ao relato acima: o marido da acolhedora, que tinha dois cursos técnicos, não havia conseguido trabalho onde moravam, então, foram à Joinville e ele conseguiu uma colocação em uma das grandes empresas da cidade. Nesta, fez outro curso na escola técnica. Ela buscou, então, trabalhos comunitários devido a sua gravidez ao chegar e a sua falta de experiência. Com a mesma descreve:

E assim a gente se envolveu na comunidade e foi muito bom para a gente também. A gente já trazia um histórico de vida comunitária lá e foi dando continuidade aqui. Naquele tempo foi muito difícil aqui, muito desemprego, muita miséria, muita pobreza e a igreja naquela época era igreja eclesial de base, é um se importava muito com a vida do povo, do trabalhador e tudo isso assim foi muito bom foi um amadurecimento que eu trago até hoje assim, no meu coração né isso tudo assim. A gente... E agora com a chegada dos imigrantes a gente está sempre atuando nesse lado. (ACOLHEDORA, 2016).

Os costumes são marcantes nesse ponto da entrevista. O fato de terem se envolvido na comunidade foi resultado de algo que já faziam no sul. Traziam traços da cultura de origem, costumes, hábitos que aprenderam com a família, com a própria comunidade em que viviam. Envolver-se com trabalhos comunitários é o resultado de participação ativa onde viviam, resultando na continuidade do que faziam em outro ambiente, na história de vida que construíram em Joinville. Além de possuírem uma formação comunitária, eles tiveram a oportunidade de complementar essa formação com o que faziam, como foi destacado por ela: “tudo isso foi muito bom, foi um amadurecimento que trago até hoje assim...no meu coração, né?”. (ACOLHEDORA, 2016). Diante disso, é evidente a formação informal que acontece na família, nos ambientes onde vivemos, especialmente nas Igrejas. Com os imigrantes, mais uma vez, ela e seu esposo têm a oportunidade de atuar nos trabalhos comunitários.

Neste ponto destacamos a formação nas comunidades eclesiais de base que a entrevistada nos relatou ter vivenciado. Para ela, passa despercebido que o trabalho que desenvolve atualmente vem da sua formação que iniciou com a sua

família, a qual passou-lhe os hábitos, costumes, crenças religiosas e a participação em atividades de âmbito religioso e cultural na comunidade em que vivia. Segundo Betto (1985, p. 10), “[...] as comunidades eclesiais de base se orientam pelo método ver-julgar-agir”. Este método

[...] não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em sequências estanques que provocariam, na sucessão de reuniões, uma espécie de eterno retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais. A avaliação de agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais (teológicas, bíblicas e políticas no sentido amplo). (BETTO, 1985, p. 10).

Entendemos como um método, que leva os participantes de formação a envolverem-se ativamente nos problemas sociais, onde eles, após os atos religiosos que são realizados durante o encontro, têm o espaço para colocar os problemas e as dificuldades, as quais são analisadas e, juntos com os demais, fazem um planejamento para resolver a situação. Parece simples uma formação pelo ver-julgar-agir, porém, acreditamos que essa formação possibilitou que a acolhedora não ficasse inerte desde os primeiros contatos com os imigrantes haitianos.

Assim, o contato com os haitianos não foi devido a gente agora estar na comunidade... digo, trabalho de igreja. No momento, na igreja, a gente está fazendo o trabalho de pastoral antialcoólica, que é um trabalho que recupera alcoólatras e drogados. É uma pastoral de ação social. Então a gente tem comércio aqui e a gente começou a vê assim haitianos chegando né? A verdureira aqui na frente e eu comecei a sair e ia ali na verdureira e encontrava eles, aí eu fiquei muito feliz de vê eles, comecei a perguntar: que tal? Vocês estão gostando do Brasil? Tá bom aqui? (ACOLHEDORA, 2016).

Com a experiência adquirida em outros momentos da vida, nos trabalhos comunitários e por meio das CEBs, a acolhedora tem desenvoltura em iniciar um diálogo com os recém-chegados à cidade. Outra situação relatada foi em relação a outros migrantes que se direcionaram para o bairro como ela (a exemplo dos paranaenses) em busca de uma oportunidade em estabelecer-se e construir ou dar continuidade na história de vida através do trabalho e da convivência com a comunidade.

E aí, foi se dando essa comunicação entre a gente, daí eles foram pegando amizade da gente e começaram a se abrir, que não, não tem trabalho. E como faz para fazer documento começaram a perguntar e a gente foi falando que existia ali o CRAS, que eles podiam né? Ir até ali que ali também ajudam, e assim a gente foi passando as informações, que eram necessárias, para eles, né? A questão de emprego, a gente começou a pesquisar sobre emprego também, que tinha mais, a gente tem mais condições de ter acesso à internet... para ajudar... pensa um pouco... E tudo né? Daí a gente foi descobrindo que eles não tinham as coisas de dentro de casa para dormir, que muitos estavam dormindo no chão, naquele tempo era inverno, estava muito difícil. E foi se juntando com a gente pessoas que tinham vontade de ajudar, tipo a dona X que tem a loja que mora aqui perto, a amiga da gente a doutora Y, que daí gente ficou sabendo, que também ajudava a dona Z do retalho, também daí a gente se uniu e começamos a fazer reunião entre a gente, brasileiros, para também ajudá-los melhor. Isso aí fomos no centro de direitos humanos, né? O primeiro passo eu e o meu marido, foi procurar o centro de direitos humanos, para ver, o que se podia fazer na questão de documentação, que a gente sabe que lá tem a Dra. Cíntia que podia dar um suporte, podia orientar. Ela atua nos direitos humanos voluntária Dra., é ela atua no [não finaliza]. (ACOLHEDORA, 2016).

Ao se interessar por aqueles novos integrantes do bairro, inferimos que ela não os vê como *outsiders* ou pessoas inferiores, mas, sim, como um grupo que chegou para contribuir com o crescimento socioeconômico do município. Porém, percebemos que para a inserção social e econômica dos imigrantes acontecerem de fato, é necessário que estes tenham oportunidades e, para isso, sejam criadas políticas públicas de acolhimento e integração e a sociedade os veja como a acolhedora, que se preocupa com o seu bem-estar e sua integração e não permita que sejam marginalizados.

Quando os haitianos viram o interesse daquela senhora pela situação em que se encontravam e que poderia ajudá-los de alguma forma, perceberam a possibilidade de terem uma referência na comunidade, para poder dirigir-se quando surgissem dúvidas, com relação aos procedimentos para a legalidade no Brasil e para os atendimentos necessários, como em situações de doença ou de atendimento da assistência social.

A Constituição Brasileira determina, em seu art. 5º que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Direitos garantidos na lei maior do país,

porém, na prática, para assegurar esses direitos, é necessária intervenção da sociedade civil para suprir as lacunas deixadas pelo poder público.

As necessidades das pessoas são muitas e diferentes. O art. 5º assegura que seja proporcionado tudo o que necessitarem para que todos tenham uma vida digna, além de que a eles sejam oferecidas as condições apropriadas para as necessidades individuais, dando oportunidades iguais a cada um. No mesmo artigo, são detalhadas todas as áreas que devem ser observadas para ser garantido o mesmo tratamento, como nos direitos e deveres independente de ser homem ou mulher. É um dever que todos tenham a liberdade de demonstração de pensamento, direito de resposta, assistência religiosa e livre exercício de cultos religiosos, entre outras situações as quais as pessoas possam estar expostas e que merecem ser respeitadas para que tenham dignidade.

Quando questionamos sobre a presença da Igreja nesse processo de acolhimento de maneira mais formal, a acolhedora nos deu a seguinte resposta:

Olha, até agora, assim, a parte da igreja está bem difícil, assim, eles estão tentando se organizar. Criaram a pastoral do imigrante, fazem as reuniões, mas isso foi bem depois, quase um ano e meio, que a gente estava atendendo os haitianos, é que daí surgiu essa pastoral dos imigrantes. (ACOLHEDORA, 2016).

A igreja tem sido protagonista nos trabalhos sociais, nas questões políticas e educacionais. Quando buscamos dados sobre os trabalhos desta instituição em relação aos imigrantes, encontramos, em diversas cidades do Brasil, ações nas quais os locais da igreja têm servido de abrigo para os haitianos. (GONZAGA, 2015).

A Paróquia de São Paulo, por exemplo, é referência no acolhimento de imigrantes haitianos:

A Paróquia Nossa Senhora da Paz faz parte do projeto 'Missão Paz', obra dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos, que possuem vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados. A Missão Paz, que fica na Rua do Glicério na capital, abriu seu salão para que cerca de 200 haitianos à espera de regularizar sua documentação possam passar as noites. Normalmente quem fica no abrigo não tem amigos ou parentes no Brasil. (Polyana Gonzaga, Portal A12 Notícias, 2015).

Podemos ver na Figura 2, a entrada da paróquia com alguns haitianos sentados nas escadas.

Figura 2 -Abrigo da “missão de paz” da Paróquia Nossa Senhora da Paz



Fonte: A12 Notícias, Foto de: Heloisa Ballarin, 2015.

Na imigração portuguesa, a Igreja também teve participação por meio de rituais que, até os dias atuais, permanecem, tais como o batizado dos filhos dos imigrantes, onde os pais escolhiam os padrinhos para, segundo a igreja, orientar, cuidar e serem os substitutos responsáveis na ausência dos pais. Com base nesse ritual, os portugueses passaram a deixar seus filhos sobre os cuidados dos padrinhos, como relatam Matos, Souza e Hecker:

Nas Cartas de Chamada apenas aos Processos de Passaporte de menores, como no caso que estudamos, que mais se evidencia a importância das relações de compadrio que se estabeleciam na Igreja no momento em que um indivíduo, pertencente ou não à família por laços de sangue, passava a integrá-la como padrinho de um ou mais filhos do casal. Este parentesco espiritual, definido pelo Direito Canônico, criava uma solidariedade parental necessária e eficaz. O padrinho assumia perante as leis de Deus e dos homens a função de um segundo pai da criança que supriria as suas necessidades na falta ou ausência do pai biológico e assumia uma importância tanto maior quanto mais precária era a situação paterna. (MATOS, SOUZA, HECKER, 2008, p. 100).

Assim, contribuía para o fortalecimento dos laços familiares e sociais dos imigrantes portugueses que, ao tornarem-se compadrios, assumiam um compromisso maior com a outra família, especificamente em relação aos afilhados, pois, na ausência dos pais, ficavam sobre a responsabilidade do padrinho. Quanto à Igreja Católica, a nossa entrevistada nos alerta sobre a demora do envolvimento da instituição na acolhida aos imigrantes, nos perguntamos: qual seria o motivo para

tardar em iniciar essa atividade de acolhimento? Por que esperar passar um ano e seis meses para, assim, instituir uma ação acolhedora, sendo um trabalho que a Igreja já desenvolveu em outros movimentos migratórios? O que temos como resposta para esses questionamentos é que o longo período ocorreu devido à necessidade em formalizar uma ação acolhedora e formar um grupo de apoio, neste caso, a pastoral do imigrante, mas justifica-se que ela sempre esteve presente. A Igreja atua por intermédios dos seus fiéis e são eles que fazem o trabalho informal, com ações que buscam solucionar os conflitos sociais existentes.

Na continuação da fala da entrevistada, adentramos nos aspectos percebidos pela acolhedora no que diz respeito à cultura, costumes dos imigrantes haitianos, aos quais ela destaca uma situação que chamou a sua atenção:

Na minha percepção, existe, [risos] principalmente as mulheres elas são bem preservadas, elas preservam assim não que nós as brasileiras trabalhando direto e elas as mulheres assim principalmente são bem preservadas pelos maridos e elas cuidam mais. (ACOLHEDORA, 2016).

A acolhedora sinaliza para o fato das haitianas cuidarem da apresentação pessoal, de estarem preocupadas com a aparência, cuidando-se, demonstrando uma autoestima elevada. Quando compara com algumas mulheres brasileiras, lembra que estas trabalham demasiadamente, faltando tempo para cuidarem de si, para estarem de bem consigo mesmas e apresentarem-se bem “preservadas” para a sociedade.

Entretanto, cada pessoa tem sua história, a própria construção da personalidade, cada uma das mulheres vê o mundo conforme a sua visão cultural, seus conhecimentos adquiridos, sobre a sua perspectiva de vida e é importante considerar a questão cultural na formação da identidade, conforme salienta Gomes:

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. (2005, p. 43).

As mulheres imigrantes haitianas já trazem em sua formação a Identidade Negra, que construíram nas relações estabelecidas no Haiti. E as características que são destacadas pela acolhedora em relação à forma de se vestirem, é uma resposta à conservação da cultura negra a qual estavam familiarizadas. Essa identidade é construída além do âmbito familiar, sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros em diferentes espaços. Ela também pode ser construída no espaço escolar desses sujeitos, devendo a escola contribuir para que essa identidade seja reconhecida e respeitada, assim como todas as outras identidades étnicas. (GOMES, 2005). A autora ainda destaca que construir, em nosso país, “[...] uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).” (GOMES, 2005, p. 43).

A observação da acolhedora é resultado da cultura do Brasil em relação às identidades culturais, especialmente a negra. Logo, para as imigrantes haitianas, essa diferença cultural quanto ao modo como usam suas roupas e adereços, chama mais a atenção. O olhar do outro sobre a cultura desperta a curiosidade, não só de forma negativa, mas, também, de forma positiva, quando estamos dispostos a aprender com o outro e a respeitá-lo nas suas diferenças e atitudes. Essa diferença cultural é ainda mais marcante no sul do país, onde a maioria do povo é de origem europeia. À vista disso, no Brasil, a cultura da inferioridade, ou do *outsider*, associada ao negro pode também ser questionada.

A que regras estabelecidas estamos nos referindo? Aquelas que são impostas por uma cultura marcadamente racista, em um país que tem uma dívida não só no contexto econômico, mas também no social, de inclusão para com os imigrantes que foram alvos de escravidão, quando forçados a trabalhar para o crescimento de seus Senhores. Entendemos, claramente, que a cultura escravista ainda é muito forte para com os negros no Brasil que, por sua vez, tal como afirma Gomes (2005), é ensinada a negar-se para ser aceita. É uma cultura que necessita ser modificada no contexto sociocultural do Brasil. Nesta conjuntura, a afirmação de uma cultura e de uma identidade negra, no caso dos haitianos em Joinville, pode ser lida como uma forma de resistência, de demarcar um lugar próprio em uma

sociedade estabelecida predominantemente com características europeias e de pele branca.

Concluimos que, no Brasil, as mulheres têm se mostrado livres, ou seja, muitas conseguiram conquistar o seu espaço na vida social e econômica. Moramos em um país em que as mulheres fazem parte da política, dos postos de comando militares, em grandes empresas e, também, são as provedoras dos lares. Com toda a conquista do respeito, do espaço social e econômico, as mulheres ainda passam por situações de opressão, seja dentro dos lares, na sociedade ou no local de trabalho. Muitas sofrem caladas por medo de uma violência maior contra a sua vida ou das pessoas que amam. Diante deste contexto em que a mulher brasileira vive, perguntamos à acolhedora se ela tinha notado se as mulheres haitianas eram submissas aos maridos ou se sofriam algum tipo de opressão.

Na percepção da acolhedora, as mulheres haitianas sempre andam acompanhadas por um homem que a auxilia na comunicação. Ela pensou e se questionou, em alguns momentos, que poderia ser o marido, porém, constatou que era um amigo. Não podemos assegurar que, o fato de as mulheres estarem sempre acompanhadas por um homem quando procuram comunicar-se com outras pessoas que não sejam imigrantes haitianos, constitua um costume que procura proteger as mulheres haitianas ou mesmo fiscalizá-las naquilo que fazem no dia a dia. Diante da situação de muitas não falarem português, entendemos que o acompanhamento se dá para que estas consigam comunicar-se adequadamente, como também para não correrem o risco de perderem-se por não conhecerem as redondezas e o município onde estão vivendo. De acordo com a acolhedora:

Sim, tem uma questão de que é o homem é que fala, tipo assim, tinham muitas que vinham aqui sempre acompanhadas de um homem que pudesse falar por elas. Às vezes, eu até perguntava: é o seu marido? Não, não, não era. Só porque daí elas traziam, trazem o homem pra falar, [risos] é bem interessante. É sempre assim, bem difícil aquela que é independente. Tem algumas independentes, mas é difícil. Tipo, a Maria que veio sem marido, aquela lá [...] Isso, tem uma outra que trabalha em uma panificadora, eu vejo assim que ela é bem independente. (ACOLHEDORA, 2016).

No que se refere à independência das mulheres haitianas, notamos que algumas deixaram marido e filhos no Haiti, ou seja, vieram ao Brasil sozinhas, mesmo sem falar o português. São poucas que vêm primeiro. É mais comum chegar

primeiro o namorado ou o marido para, em seguida vir a mulher e os filhos. Questionamos a acolhedora sobre como percebia o acolhimento dos haitianos no município:

Assim, como que eu vou te falar... Tem um o povo quase não está preocupado com relação a eles estarem empregados [...] Em relação à vida social deles, eles não estão muito preocupados com isso. A preocupação deles é mais, assim, de dar uma cesta básica, de fornecer roupa. Eu, por exemplo, aqui eu recebo muita roupa de um, alimento para dar a eles, mas a questão assim de eles ter um emprego, de eles estarem estabilizados na vida social acho que nesse lado o povo não tá muito preocupado não de ajudar. Trabalho, né? Uma carteira assinada, que é o eles querem, né? O migrante quer um trabalho com carteira assinada, ter uma garantia para todo o mês, eles têm aquele salário uma quantia que possam enviar pros filhos lá fora. (ACOLHEDORA, 2016).

Para a acolhedora, os munícipes não estão preocupados com a questão social de inclusão dos imigrantes. A preocupação maior é em relação ao fato de não terem comida para suprir as necessidades básicas. Porém, ela percebe que deveriam ser realizadas ações de acolhimento, ou seja, auxiliar para conseguirem trabalho, inseri-los nas rodas sociais, contribuindo para a criação de laços de relacionamentos.

Compreendemos, com Betto (1985), sobre o olhar mais atento para as necessidades do outro. De acordo com ele, para ser uma agente pastoral, “[...] é preciso que ele passe a aprender a fé, a história, a vida, pela ótica do oprimido, o que não ocorre por mera intenção, nem através de exaustivas leituras.” (BETTO, 1985, p. 14). Portanto, para ser uma agente pastoral, é necessário que o integrante da comunidade tenha uma preocupação genuína com os demais. A acolhedora entrevistada nessa pesquisa não percebe que é uma agente pastoral em pleno exercício, mas, para o autor, para exercer esta função ou então para atuar em prol dos menos favorecidos, é necessário saber colocar-se no lugar do outro, exercitar a empatia, pois,

[...] só é possível através de uma mudança de lugar social. Passar do lugar social do opressor para o lugar social do oprimido. Vincular-se, efetivamente, à educação de base, não apenas através de visitas periódicas ou de tarefas assistencialistas, mas através de um compromisso efetivo corri a própria caminhada do povo. De Abraão a Jesus Cristo, a Bíblia nos mostra justamente isto: Deus caminhando com seu povo, sem paternalismo,

sem assistencialismo, mas numa aliança, num pacto profundamente pedagógico, firmado na promessa libertadora. (BETTO, 1985, p.14).

O assistencialismo faz parte da proposta de formação cristã, mas por uma questão religiosa, que busca ir além das necessidades básicas do indivíduo. Portanto, o que deve ser feito é acompanhar os imigrantes com base em suas necessidades, para que eles passem a sentir-se parte da comunidade em que estão vivendo. A formação da igreja propõe, nas entrelinhas, uma união com os outros, por meio de um pacto pedagógico, firmado em uma promessa libertadora. A acolhedora percebe a diferença entre uma atitude de assistencialismo e uma onde o indivíduo tem o entendimento da proposta da igreja em acolher e inseri-lo na sociedade. Quando ela nos alerta sobre a situação de algumas pessoas que, com o propósito em ajudar, deixam algumas lacunas no processo de acolhimento, porque o traveste de caridade. Ela diz que muitos ajudam com alimentos, roupas, mas os imigrantes precisam muito mais do que ter uma boa alimentação e um lugar para morar. Eles necessitam de trabalho e perspectiva de vida, objetivos que os trouxeram para o nosso país.

A caridade de forma superficial pode acontecer por um desencargo de consciência ou pela crença de que, deste modo, se cumpriu um dever social e religioso em assistir os mais necessitados. No entanto, pode acontecer pelo desejo velado em se aproximar desse outro tão estranho que, ao mesmo tempo em que repele, atrai. Destarte, o motivo de algumas pessoas de certa cultura sentirem-se atraídas por outra é, de acordo com Burke, “[...] muitas vezes, a ideia de uma prática análoga à sua própria e, assim, familiar e estranha ao mesmo tempo. Seguindo essa atração, as ideias ou práticas das duas culturas passam a se parecer mais umas as outras.” (1937, p. 56).

Neste sentido, uma cultura atrai a outra. As pessoas sentem curiosidade em conhecer os costumes de outros povos, das semelhanças e das diferenças com a sua própria cultura, ainda que seja para diferenciar-se e aumentar, cada vez mais, o nível de distinção. Portanto, mesmo que algumas pessoas sintam-se interessadas em ajudar os imigrantes, estes, no fundo, trazem consigo uma atração e curiosidade pelo modo de viver do outro. Essa maneira de viver, a cultura que é diferente para

ambos, pode ocasionar pequenos conflitos de comunicação. Podemos ver isso no relato da acolhedora:

Pelo que eu vejo o pessoal não tá nem um pouco interessado nessa parte, nem mesmo o CRAS. Eu procuro fazer de tudo para não tratá-los desse jeito. Como falou a Eliane 'o mundo é nosso país' né? Eu penso desse jeito, não olho a cor. E vejo que todos estamos aqui pra ser feliz, né? E ter dignidade, mas infelizmente é o que a gente vê, a gente espera assim uma ação mais concreta tanto da parte da igreja, da sociedade com relação a isso. Mas a gente vê o assistencialismo mesmo. As vezes eu fico indignada assim, poxa vida eles mesmos, poxa. Haitiano não precisa só comida, brasileiro come muito, eles falam, né? Porque, na verdade, eles querem o trabalho, eles querem a dignidade e a gente vê que tem possibilidade, poxa fazer um curso pra eles aprenderem o português. Tantos cursos que tem, tem pessoas que tão se disponibilizando pra dar aula para o curso, mas... e aí falei pra ti que a gente começou a se organizar, surgiu a ideia de fazer uma, uma que veio lá dos direitos humanos. Uma associação e foi formada, nossa mas aqui não sei porque motivo não foi pra frente essa associação deles. Eles se encontram e tudo, mas não sei se foi a questão religiosa. Eles não são católicos, são evangélicos. Entendi, aqui teve a luterana ajudou bastante também. Aqui tem um Sr. um haitiano lá, diz a filha dele, os filhos dele falam português melhor que a gente [risos]. A filha dele me falou que lá o pai fazia o trabalho. Eles têm uma certa dificuldade de acreditarem que a gente vai ajudá-los assim, eles tem. (ACOLHEDORA, 2016).

A educação, na fala da acolhedora, aparece como o meio que ela acredita poder ocorrer a inserção social e econômica dos imigrantes. Quando fala sobre os cursos que podem ser oferecidos para os haitianos e que existem pessoas interessadas em contribuir com a execução dos cursos, percebemos uma indignação em relação aos órgãos ou instituições que deveriam tomar a frente para iniciar o trabalho de acolhimento, garantindo necessidades básicas, além de comida e moradia, como a aprendizagem da língua como condição de integração social.

Diante de tal depoimento, nos perguntamos: como uma mulher da comunidade pode ter a iniciativa de fazer ações que contribuam para o acolhimento e acomodação dos imigrantes, sem algum incentivo do governo? O trabalho da acolhedora, feito nas sombras, passa despercebido de grande parte da sociedade e a importância dessa mulher no processo de integração dos haitianos em Joinville, muito possivelmente não será encontrado nos livros de história.

No dia-a-dia, com outras pessoas da comunidade, algumas mulheres organizaram reuniões para debaterem e delinearem ações sobre o que deveriam fazer para acolher os haitianos. Discutiram e auxiliaram na organização de uma Associação dos Imigrantes (responsável pela realização de eventos), porém, esta

não prosperou tanto quanto era esperado, no que se refere um número significativo de imigrantes participantes. A acolhedora nos conta que existem as reuniões, porém, não tem avançado. Ela lembra que, talvez, a crença religiosa possa ter interferido, visto que muitos imigrantes foram acolhidos pelas igrejas protestantes do bairro.

A congregação Luterana, conforme a entrevistada, teve envolvimento com o acolhimento dos imigrantes haitianos no bairro, antes da formalização da Igreja Católica, em criar a pastoral do imigrante. O envolvimento das igrejas, independente se católicas ou protestantes, nos mostra a implicação das religiões nas ações sociais, seja de forma direta ou por meio de uma rede de solidariedade que criam na perspectiva de atender ao próximo e atuar na evangelização dos povos.

Além disso, em algumas outras pesquisas, verificamos que as Igrejas Cristãs de Joinville desenvolvem projetos em comunidades e grupos sociais e que estas perceberam ser necessário melhor estruturar os trabalhos desempenhados. O padre Lucas, do Haiti, que trabalha como vigário em uma das comunidades católicas da zona leste, outras igrejas, instituições sociais e alguns movimentos reuniram-se para reivindicar, junto ao poder público, que esse faça a sua parte para atender os imigrantes haitianos e outros que estão na cidade (SCHMID, 2015).

Do ponto de vista da propagação da fé religiosa, o assistencialismo serve de estratégia de cooptação desses sujeitos para a Igreja. Ao mesmo tempo em que mediam o processo de socialização dos mesmos, investem em seu crescimento pelo aumento do número de fiéis, conforme podemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da população por crença religiosa em Joinville

RELIGIÃO	ANO DE REFERÊNCIA / PORCENTAGEM	
	2000	2010
Católica	73,36%	65,27%
Evangélica	22,50%	28,33%
Espírita	0,70%	1,22%
Testemunhas de Jeová	0,74%	0,96%
Outras ramificações religiosas	0,46%	0,825
Não tem	2,04%	2,90%

Múltiplas religiões/não sabe	0,11%	0,30%
Não declarado	0,09%	0,20%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Joinville em Dados 2016 - Censo Demográfico 2000 e 2010.

Como vemos, em uma cidade predominantemente católica¹⁶, com dois padres haitianos, chama a atenção para o atraso em desenvolver projetos sociais voltados para o acolhimento dos imigrantes. Por outro lado, ganha relevo que a minoria protestante e luterana venha encampando ações nessa direção.

Todavia, do ponto de vista da cultura, e entendendo aqui a religião como objeto cultural, é preciso pensar como se dá a apropriação dessa nova cultura religiosa, uma vez que nem todos professavam a fé cristã no Haiti. De acordo com Rodrigues (2008), neste país, a fé que tem mais adeptos é o Vodou, que veio junto com os primeiros contingentes de escravos em Santo Domingo, na metade do século XVII. Explica-se a formação do Vodou, no Haiti, pela presença “[...] nas senzalas de sacerdotes ou de “servidores dos deuses” que conheciam o ritual. Sem eles, os sistemas religiosos do Daomé ou da Nigéria ter-se-iam degradados em práticas incoerentes ou em simples ritos de magia negra ou branca.” (RODRIGUES, 2008, p. 143). Além do Vodou, os haitianos também professam a fé por meio de religiões Cristãs, como a católica e a protestante.

Como se dá essa mudança para a nova realidade? Os líderes religiosos, nas Igrejas Evangélicas como, por exemplo, as “Menonitas”, realizam a inserção social dos haitianos mediante a concessão do espaço para que estes possam realizar os cultos na língua materna. Nesses momentos, o pastor, que é o responsável pela congregação, participa ativamente do culto. Além da participação, ele convida e incentiva os haitianos a fazerem parte do Coral da Igreja, atentando-se para a importância da integração dos mesmos em outros momentos de evangelização realizados no local, a fim de que possam conhecer, interagir e participar de outras atividades das quais também fazem parte os fiéis brasileiros e moradores de Joinville.

¹⁶ Outras ramificações religiosas: religiosidades cristãs, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Candomblé, Umbanda, Religiosidade Afrodescendente, Judaísmo, Budismo, novas religiões orientais, tradições esotéricas, tradições indígenas. O critério utilizado para publicação da nominata foi a representação em Joinville ser igual ou superior a 0,7%, em conformidade com o Censo Demográfico 2010.

As mulheres são acolhidas por outras mulheres da congregação com atividades destinadas especificamente para o público feminino¹⁷. Na Igreja Católica, os padres Haitianos realizam missas comemorativas, como no Natal, onde foi rezada uma missa na língua francesa, especificamente para os haitianos. Ademais, nas observações e conversas com um dos Padres e com a acolhedora, descobrimos que existem outras atividades no bairro para a inserção dos haitianos na comunidade. A Igreja Católica também cede o salão paroquial para a realização de aulas de português por voluntários da comunidade. No dia 18 de maio de 2017 foi comemorado o dia da Bandeira do Haiti, evento organizado pelo padre haitiano. Os haitianos participam dos eventos realizados pela comunidade, mesmo que, inicialmente, possam parecer receosos, aos poucos conseguem uma maior proximidade e envolvimento na comunidade.

Diante disso, vemos que os imigrantes haitianos encontram um espaço de socialização e inserção social através dessas igrejas. Nesse sentido, podemos dizer que a religião (tanto do ponto de vista institucionalizado quanto do ponto de vista do assistencialismo, este como desdobramento da formação moral) e a educação, tanto a formal (quando esta acontece nos cursos) e a informal (que se dá nesses espaços de sociabilidade e aprendizagem como os promovidos pela acolhedora) acabam por se constituir como fios condutores nesse processo de integração que os haitianos estão vivendo. Nesse cenário, as mulheres, pela via dos trabalhos comunitários e assistenciais, continuam sendo presenças marcantes na organização da sociedade.

2.2 O PROTAGONISMO DA MULHER EM DIFERENTES ESPAÇOS

O que entendemos pela palavra Educação? Podemos concluir que é o meio pelo qual os indivíduos aprendem a se comportar dentro de uma sociedade. Compreendemos que educar é muito mais do que instruir, pois vai além do desenvolvimento intelectual e abrange todas as áreas da vida do indivíduo. Forquin, (1993) afirma que:

¹⁷ Não tivemos acesso para assistir uma dessas atividades.

[...] existe, entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica. Quer se tome a palavra “educação” no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. (FORQUIN, 1993, p. 10).

Para o autor, a educação e cultura caminham no mesmo sentido e a escola é o local onde os conteúdos que formam o currículo são organizados sistematicamente para determinado curso. Esses devem abranger a formação cultural e social do indivíduo, possibilitando, assim, que o estudante consiga elaborar o mundo a sua volta e dominar os códigos necessários para a vida em sociedade.

Todavia, ensinar é um processo de autotransformação onde o indivíduo aprende e ensina de forma concomitante na experiência com o outro. Todos os que estão inseridos neste processo irão, de alguma forma, transformar-se. Cada novo aprendizado faz parte do crescimento do indivíduo na sociedade.

No Brasil, a educação formal é regida por uma lei maior, a Lei de Diretrizes e Bases ou, conforme a conhecemos, LDB 9394/96. Nesta prescrição legal encontramos o significado de educação que corrobora com o nosso entendimento sobre educação, esta que abrange, como descrito na lei em seu art. 1º, os “[...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Na referida lei, em seu parágrafo 2º do art. 1º, determina que: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Percebemos, portanto, o quanto é necessário o indivíduo construir conhecimentos que lhes permitam melhor inserção na vida social e que os mesmos sejam autores de sua própria história.

Em uma sociedade tradicionalmente machista, as mulheres, constantemente apresentam sentimentos de inferioridade e possuem baixa autoestima, perpetuando uma relação de dependência em relação à dominação masculina. Também findam, por não confrontar a realidade, a reproduzirem valores e comportamentos como construtos culturais que reforçam a desigualdade de gênero em nosso país. A

escola, nesse caso, pode ser um agente de reprodução ou de transformação desses códigos.

A atenção que alguns pesquisadores vêm direcionando os olhares para as questões de gênero e o lugar reservado à mulher na sociedade tem contribuído para compreendê-los como construtos culturais que foram produzidas historicamente. Ao mesmo tempo, essas reflexões têm provocado ações voltadas para a desconstrução desse pensamento por meio de projetos, programas, cursos, palestras e outras ações sociais. Primeiro, ganham relevo as discussões de gênero centradas, mais especificamente, nas mulheres, a fim de construir uma identidade e um lugar social, até então desconhecido por muitas. Depois, o debate avança para as questões de gênero em si, discutindo as relações entre os sexos, atentando para as diferenças sociais produzidas para um e para outro.

Na historiografia, o movimento ocorreu de forma semelhante, como explica Perrot (2007): “Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais.” (PERROT, 2007, p.16). Sendo assim, como a autora traz em um dos títulos do livro *Minha História de Mulheres*, o silêncio rompido vem acontecendo há tempos, onde as mulheres conquistam, cada dia mais, seus espaços na sociedade e, aos poucos, deixam de viver nas sombras.

Projetos como o *Programa Mulheres Sim* têm contribuído para a formação da identidade de mulheres e merecem destaque. Neste capítulo, abordamos o Programa e o Curso *Educação e Gênero* como uma experiência formal de educação feminina que reuniu mulheres – brasileiras e imigrantes – em uma mesma turma, como uma estratégia de promover maior interação entre elas e abrir espaço para a integração social e crescimento mútuo.

O curso *Educação e Gênero* faz parte do *Programa Mulheres Sim*, um programa de extensão ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina, criado após o fim do *Programa Mulheres Mil*, que fazia parte do Programa Bolsa/Formação PRONATEC, mas passou a ser financiado pelo MEC.

Essa mudança causou um impacto direto na acessibilidade do curso para algumas mulheres, com as exigências de escolaridade mínima e idade máxima

fixada em 59 anos para poderem participar do curso. As mulheres com idade superior a esta faixa etária deixaram de ser contempladas, bem como as que não eram alfabetizadas, uma vez que o Programa passou a exigir escolaridade mínima. Com a finalidade de resolver o impasse criado pelas mudanças na rubrica para custear o curso, foi percebida, pela instituição, a necessidade em elaborar um novo projeto para as mulheres, de forma a contemplar todas as faixas etárias, bem como as que não tinham escolaridade mínima (ou seja, possibilitar a inclusão das mulheres não alfabetizadas). O novo programa, agora intitulado *Mulheres Sim*, custeado com verba da própria instituição, permitiu atender a demanda institucional e dar continuidade à inclusão e formação das mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade social, independente da situação escolar ou da idade.

O *Programa Mulheres Sim* contempla três projetos: *Educação e Gênero*, *Feira de Economia Solidária* e *Acompanhamento das Egressas*. Estes três projetos visam à valorização da mulher e seu empoderamento, cidadania, acesso aos direitos e possibilidades de geração de renda. No que se refere ao curso *Educação e Gênero*, ele também aborda a transversalidade de gênero nas políticas sociais públicas, no sentido de promover a inclusão educacional, econômica, autonomia política, assistência social, cultural e pessoal das mulheres¹⁸.

No Quadro 1, segue a estrutura do *Programa Mulheres Sim*, no qual o curso *Educação e Gênero* está inserido.

Quadro 1 – Proposta de formato do *Programa Mulheres Sim*

Projeto	TÍTULO	DETALHAMENTO	CARGA HORÁRIA
01	FIC Educação e Gênero (até 30 vagas)	Três meses de aulas conforme Resolução CEPE 11/2014 de 14 de abril de 2014	96h
02	Ciclo de palestras e oficinas (pelo menos 30 vagas)	Pelo menos três eventos de extensão, podendo ser palestras ou oficinas, preferencialmente com as seguintes temáticas: orientação profissional; violência doméstica; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Informática; Direitos trabalhistas e previdenciários. O câmpus ofertante tem liberdade para definir as atividades deste projeto.	12h (ou mais)
03	Feira de Economia Solidária (livre ao movimento ECOSOL, com presença obrigatória das alunas matriculadas no FIC)	Uma atividade de extensão organizada em articulação com o Fórum regional de Economia Solidária. Oportunidade para as alunas e o IFSC divulgarem seu trabalho. Os produtos da feira normalmente vêm das atividades do Programa e podem ser: artesanatos; alimentos; mobiliário	8h (ou mais)

¹⁸ PROGRAMA MULHERES SIM. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/menu-mulheres-sim-o-programa>> Acesso em 09 abr. 2017.

		com produtos reciclados; utensílios domésticos; souvenir; bijuterias, dentre outras possibilidades.	
04	Acompanhamento de egressas (obrigatório das alunas matriculadas no FIC)	Três etapas obrigatórias: (a) dinâmica e entrevistas de acolhida; (b) aplicação de questionário para levantar o perfil das egressas; (c) encaminhamentos a partir da interpretação das informações das etapas anteriores.	--

Fonte: Edital IFSC PROEX, nº 06/2016.

O curso é uma pequena parte de um projeto maior do Instituto Federal de Santa Catarina que, desde 2012, vem construindo projetos para a inserção e valorização das mulheres. O curso de Joinville, como outros já ofertados em diferentes campi, visou proporcionar a interação com mulheres de outras nacionalidades, promovendo o conhecimento da cultura local e regional, bem como a troca de culturas entre as integrantes do grupo.

As atividades relacionadas ao ciclo de palestras e oficinas foram pensadas para complementarem a formação no curso. A Feira Solidária visou à oportunidade de divulgação do programa, das ações desenvolvidas e dos trabalhos realizados pelas alunas. No entanto, essa feira não ocorreu, sendo substituída por outras atividades da Instituição. Com isso, as alunas tiveram a oportunidade de participar da feira realizada por algumas alunas de um projeto paralelo que acontecia no campus. O *Acompanhamento de Egressa* teve como objetivo coletar informações por parte do campus e por servidores responsáveis por esta etapa do projeto. Através desse acompanhamento, tornou-se possível elaborar dados estatísticos sobre a avaliação do programa, monitoramento e acompanhamento das egressas no mundo do trabalho.

O curso *Educação e Gênero* foi realizado em uma escola pública e contemplou visitas a espaços culturais, como o Museu dos Imigrantes e a Biblioteca pública. Nestes lugares, as participantes aprenderam sobre o processo de imigração através de inúmeros registros relacionados à construção das casas, objetos de uso pessoal dos imigrantes, dentre outros. Com as visitas como complementação das atividades escolares, tanto as imigrantes haitianas como as brasileiras conheceram um pouco sobre povos com etnias diferentes das suas e de outras culturas. Para as brasileiras, a cultura dos primeiros imigrantes faz parte dos costumes dos moradores de Joinville e, de certo modo, se constituem como sua herança. Segundo Forquin: “Educar, ensinar, é colocar alguém em presença de certos elementos de cultura a

fim de que ele deles se nutra, que ele os incorpore a sua substância, que ele construa a sua identidade intelectual e pessoal em função deles.” (FORQUIN, 1993, p. 168).

Ao analisarmos essa interação entre educação e cultura, conseguimos visualizar, em sala de aula, diversos elementos aos quais os alunos são expostos e que possibilitam a integração. Isso passa pelo conteúdo que o professor apresenta para cumprir um plano de ensino à interação entre os alunos/professores.

Quando reunimos mulheres de etnias e nacionalidades diferentes, surgiram expectativas do que aconteceria, pois, além da diferença cultural, existia a dificuldade de comunicação por não falarem o mesmo idioma. Primeiramente, manifestou-se o medo em não conseguir dar conta, pelo fato das educadoras não falarem a língua das imigrantes. Este impasse foi solucionado com a participação da professora de artes que atuou como intérprete das imigrantes haitianas através do francês. Já o crioulo foi traduzido pelas haitianas para o francês e, depois, pela professora para o português, um trabalho em grupo que possibilitou as interações nas aulas.

As aulas do curso *Educação e Gênero* iniciaram com um grande deslumbramento de todas as alunas quando a escola foi apresentada para elas, pois tiveram a oportunidade de vivenciar novas experiências, como os momentos em laboratórios. Para algumas, talvez tenha sido a primeira oportunidade de conhecer um laboratório de enfermagem, de elétrica e outros que a escola possui.

Neste contexto, reconhecemos que a escola transmite diversos tipos de conhecimentos e culturas. Assim, não existe uma educação ou uma cultura específica para ser ensinada e, sim, diversas culturas e formas de educar e ensinar para que exista, entre todos, uma nova formação de conhecimento. Forquin reconhece que a escola “[...] não ensina senão uma parte extremamente restrita de tudo o que constitui a experiência coletiva, a cultura viva de uma comunidade humana.” (1993, p. 15).

Com vistas a atender mulheres da comunidade, as educadoras envolvidas decidiram realizar o curso, o qual incluía as estrangeiras como uma forma de contribuir para a inclusão social das imigrantes no contexto local por meio da

educação. O curso *Educação e Gênero* foi aprovado pela Resolução CEPE 11/2014, de 14 de abril de 2014, e ficou estruturado da seguinte maneira:

É composto por oito unidades curriculares, com carga horária total de 96 horas. Utiliza a metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil, que busca oportunizar para mulheres tradicionalmente afastadas da escola e em situação de vulnerabilidade social, um espaço acolhedor e de educação. No curso serão trabalhados conceitos que priorizem a consolidação da cidadania feminina, o desenvolvimento sustentável, inclusão social, digital e cultural, o combate à violência contra a mulher, além de atividades para elevação e geração de renda. As atividades podem ser articuladas com demais políticas públicas de educação, assistência social, saúde, segurança, e outras se necessário¹⁹.

A base curricular buscou trabalhar conteúdos que auxiliam para que as mulheres possam passar de excluídas da sociedade para incluídas em um contexto socioeconômico, por intermédio das unidades curriculares, como as que trabalham a inserção digital. Para Gonçalves, a rede social faz parte da integração no país de acolhimento, pois,

[...] as redes sociais ajudam as mulheres imigrantes a integrar-se com sucesso no país de acolhimento, [...] há mais de um século atrás, as mulheres dominavam os movimentos populacionais de curta distância, as mulheres foram quase ignoradas no estudo da migração. Quando as mulheres foram consideradas, eram então vistas como dependentes e seguidoras passivas do homem migrante inicial; digamos que as mulheres representavam o pólo do *tradicional contínuo* e os homens o polo da *modernidade*. Hoje parece que não são só as mulheres as primeiras a emigrar mas também ultrapassam por vezes o gênero masculino em algumas correntes migratórias internacionais. (GONÇALVES, 2009, p. 38, grifo do autor).

As mulheres, nos dias de hoje, demonstram um interesse em adaptar-se no país de migração para que possam, o mais breve possível, contribuir com os seus parceiros nas despesas cotidianas, assim como manter os familiares que permaneceram no país de origem ou, então, ter condições de trazê-los para que possam viver todos juntos, unindo as famílias também no espaço físico.

Um exemplo de que as mulheres imigrantes atualmente tomam a frente nos processos migratórios, partindo muitas vezes sozinhas ou então sendo as pioneiras

¹⁹ Ver: Programa Mulheres Sim – Promoção De Inclusão Educacional, Econômica, Social e Cultural de Mulheres Em Vulnerabilidade Disponível em: < http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/Edital%20PROEX%2006-2016_Mulheres%20Sim_publicar-se.pdf> Acesso em: 09 abril. 2017.

nas imigrações, é o caso da haitiana Lia. Ela nos relatou que não conseguiu trabalho mesmo tendo residido no Brasil por três anos. Fomos então informados, um tempo após a entrevista, que ela havia partido do Brasil para o Chile, sozinha, em busca de uma nova oportunidade de trabalho.

Considerando essa característica e esse protagonismo assumido, porém ignorado, das mulheres nos processos migratórios, o projeto se propunha a “[...] possibilitar a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social no mundo de trabalho formal e informal, com vistas à valorização pessoal e profissional.” Foi decidido que os objetivos específicos do projeto seriam:

Conhecer a comunidade estrangeira e local, para que possamos atender com outras demandas de cursos de extensão; proporcionar momentos de interação nos quais elas possam sentir-se empoderadas, valorizadas e estimuladas a serem empreendedoras; valorizar a família, entendendo as dificuldades enfrentadas no dia a dia; instruir para que conheçam as leis trabalhistas, os direitos humanos e as leis de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha; promover o intercâmbio cultural, com valorização das diferenças étnicas; ensinar a fazer artesanatos locais e também dar a oportunidade de mostrar o artesanato do país de origem; acompanhar as mulheres após o curso, para identificar os pontos fracos e fortes do projeto, visando à retroalimentação e correção de possíveis falhas²⁰.

O curso *Educação e Gênero* realizou-se no período de agosto a novembro de 2016, o qual dispôs de uma turma mista formada por 15 brasileiras e 16 haitianas, em um projeto que buscou a inserção da mulher na sociedade, mediante uma carga horária de 92 horas, constituído por módulos referentes à formação geral e palestras sobre saúde, direitos humanos e cidadania. As aulas consistiram em trabalhos manuais e uma base para o entendimento de que é possível, para as alunas, atuarem no mercado de trabalho como empreendedoras. Com isso, o curso buscou o empoderamento da mulher.

Ao observarmos as aulas do *Programa Mulheres Sim*, percebemos que, conforme Elias e Scotson (2000), existe uma divisão entre as estabelecidas (consideramos as alunas brasileiras) e as *outsiders* (as mulheres imigrantes haitianas), onde

²⁰ PROGRAMA MULHERES SIM. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/menu-mulheres-sim-o-programa>> Acesso em: 09 abr. 2017.

[...] a supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual – quando pende mais acentuadamente a favor do grupo estabelecido. Quanto menos isso acontece, mais claramente reconhecíveis se tornam outros aspectos não econômicos das tensões e conflitos. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 33).

Ilustrando a circunstância mencionada, somado a experiência vivenciada no Programa, destacamos uma situação aparentemente corriqueira, na qual as alunas brasileiras e os professores deveriam formar grupos e organizar o lanche para as aulas para que, a cada aula, tivesse o intervalo com lanche para todos. Neste momento, percebemos uma falta de compreensão entre as *estabelecidas* em relação a parar a aula para que todas fizessem um lanche. Para algumas, isso foi visto como algo incômodo, já que as haitianas passavam mais tempo para finalizar o lanche e separavam o que sobrava para levarem para casa. Por este motivo, algumas alunas brasileiras reclamaram e criaram uma resistência em relação às haitianas. Esse distanciamento, que designa os estabelecidos e *outsiders* em um grupo, se materializou pelo fato das haitianas passarem um tempo mais longo durante o lanche, atrapalhando o andamento das aulas e por estarem levando os alimentos para os familiares. A separação produziu, claramente, uma divisão no grupo, pelo menos naquele momento.

Nesta ocasião, a professora fez uma intervenção sutil, discutindo como tema de aula a questão da solidariedade e ampliando os olhares para que as alunas percebessem que tal comportamento vai além da caridade, que não diz respeito somente ao suprimento de um objeto, alimento ou uma roupa. A atitude de solidariedade extrapola esses limites e pode ser percebida através de uma palavra, de um momento para ouvir o outro, de um abraço, de várias coisas que não necessitam de dinheiro para pôr em prática e, sim, de um olhar mais apurado de compreensão.

Ao mesmo tempo em que tentavam estabelecer valores e atitudes solidárias no grupo, alguns questionamentos surgiram entre os educadores: estavam agindo de maneira correta ao auxiliar na organização do lanche para as alunas? Era uma atitude solidária ou estavam reforçando um preconceito em relação às imigrantes, contribuindo para a produção de um estigma e para a diferenciação do grupo? Algumas brasileiras se encontravam em uma situação de vulnerabilidade similar à

das haitianas, porém, passaram despercebidas em um primeiro momento. No final, ficou decidido que o lanche seria comprado com verbas do próprio projeto de extensão, buscando atender a todas.

A questão que relatamos descortina os conflitos existentes entre pessoas de culturas díspares, resultado de choques e tensões entre pessoas com identidades diferenciadas pelo seu eu interior e o que o ambiente externo contribui na formação das suas percepções e da forma como vê o outro e o mundo. Para Hall, “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” (2005, p. 38). Sendo a identidade algo em permanente construção, ela recebe intervenções de outras culturas, que vão dando forma às representações do indivíduo na sociedade.

Neste contexto de identidade inacabada, o peso do social é muito forte. “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.” (HALL, 2005, p. 39).

Produzimos representações revestidas de sentidos que constituem um lugar de pertença e uma identidade que incidem diretamente na maneira de ver e se relacionar com o outro e com a sociedade. Nesse quadro mais ampliado, é compreensível a produção de representações que posicionam “estabelecidos e *outsiders*” dentro de um determinado grupo. É a produção do lugar ocupado por determinados sujeitos naquele cenário, sua posição social. Esses lugares não são estáticos, pois, em diferentes contextos, eles podem ser alterados. Tanto um grupo quanto o outro pode estar em uma situação de *outsiders*. Isso não está relacionado, necessariamente, à baixa escolaridade ou inexistência dela, à etnia, raça, costumes ou situação socioeconômica, mas à partilha, ou não, dos códigos culturais estabelecidos naquele grupo.

Na circunstância citada anteriormente, considerando as alunas brasileiras como as nativas do lugar onde os imigrantes estão estabelecendo-se, são compreensíveis os olhares de dúvidas, de estranhamento e, por vezes, de rejeição, como expressão de um sentimento de invasão, mas também de afirmação de poder.

Por outro lado, para as imigrantes, a situação era igualmente difícil, pois o fato de ser novo em um grupo, do não pertencimento a ele, das escolhas que são necessárias fazer para pertencer ou não ao novo grupo, resulta em conflitos internos que proporcionam ao indivíduo o sentimento de solidão e inferioridade. Elias e Scotson compreendem que:

Quando os grupos *outsiders* têm que viver no nível de subsistência, o montante de sua receita prepondera sobre todas as suas outras necessidades. Quanto mais eles se colocam acima do nível de subsistência, mais a sua própria renda-seus recursos econômicos – serve de meio para atender a outras aspirações humanas que não a satisfação das necessidades animais ou materiais mais elementares, e mais agudamente os grupos nesta situação tendem a sentir a inferioridade social – a inferioridade de poder e de status que sofrem. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 33).

O exemplo do lanche ganhou importância exatamente pelo momento e contexto em que aconteceu. Ou seja, no âmbito de um curso em que todas as alunas eram mulheres – e, nessa condição, partilham da experiência das desigualdades sociais – e no encontro de culturas. O choque produzido pelas diferenças se tornou o grande desencadeador não de uma maior aproximação, mas de uma afirmação sobre o outro, o diferente, o que está em posição de maior fragilidade e em situação de desequilíbrio nas relações de poder constituídas, ainda que estas pareçam invisíveis na maior parte do tempo. E é nesta conjuntura “[...] que a luta entre estabelecidos e os *outsiders* deixa de ser, por parte destes últimos, uma simples luta para aplacar a fome, para obter os meios de subsistência física, e se transforma numa luta para satisfazer também as aspirações humanas.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 33).

A reflexão sobre o fato ocorrido e o modo comportamental das alunas em relação às necessidades elementares de sobrevivência do ser humano, não deve passar despercebido, porque configura um modo de produção das relações de poder. A produção de um outro necessitado, fraco, carente e desajustado produz uma condição de fragilidade que o coloca em um lugar, sempre inferior, nas relações de poder. Tal configuração, no entanto, não assegura a passividade desse outro nessas relações. Segundo Elias e Scotson:

As tensões e conflitos de grupo inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sob a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos *outsiders*). (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 32).

Nessa perspectiva, não entendemos essa diferenciação apenas pela classe social e, sim, pelo contexto das culturas imaginadas, como destaca Hall: “No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural.” (2005, p. 47). A construção da identidade passa, portanto, pelas experiências sociais e culturais vividas que vão criando a ideia e o sentimento de pertença a um determinado lugar e grupo. Conforme este autor, “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, sendo formadas e transformadas no interior das representações.” (HALL, 2005, p. 48). Assim, segundo ele, o indivíduo passa a sentir-se parte quando uma representação social começa a ter significado para si.

E esta formação multicultural pode ser vista no Brasil, que é marcado pela cultura de diferentes etnias. Nesse sentido, o país possui uma forte representação negra, oriunda do processo de imigração, inicialmente forçada, dos africanos. A forte presença da cultura negra tem produzido, no imaginário social, uma associação – sobretudo, pela cor da pele – entre afrodescendentes brasileiros e os imigrantes haitianos. Estes são, em um primeiro momento, vistos como parte de um grupo ou do outro: afrodescendentes ou imigrantes. Para ilustrar o que estamos colocando, trazemos uma situação ocorrida em sala de aula no Curso *Educação e Gênero*, originada a partir da própria professora. Esta solicitou o auxílio de uma aluna afrodescendente para realizar a tradução do português para o francês, possibilitando a comunicação com as outras participantes. Diante da solicitação, a aluna não se ofendeu, mas brincou: “só por que sou preta, acham que sou haitiana.” Neste caso, a cor da pele e a origem africana ocasionou a inclusão desta no grupo imigrante. Apesar de possuir características semelhantes, não havia, da parte da aluna, vinculação desta com os haitianos. Por outro lado, as representações produzidas em sua formação cultural fazem-na sentir-se brasileira, não lhe permitindo essa identificação. Tais semelhanças não são suficientes para estabelecer uma relação entre esses grupos. Para Elias e Scotson:

[...] mesmo quando existem nesses casos as diferenças de aparência física e outros aspectos biológicos a que nos referimos de “raciais”, a sócio dinâmica de relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos e *outsiders* é determinada por uma forma de vinculação e não por qualquer característica, que os grupos tenham independentemente dela. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 32).

Assim, as relações são construídas por outras formas de vinculação, mas que começam a partir da quebra de resistência em relação ao outro, ao diferente. A proposta pedagógica aplicada no curso utilizava as histórias e experiências das próprias alunas e estimulava a partilha de conhecimentos específicos. Isso permitiu a valorização das haitianas ao ensinarem, para as colegas, o crioulo. Percebemos a satisfação das haitianas a cada palavra que ensinavam e era pronunciada por uma brasileira. Uma alegria na qual verificamos uma troca de cultura, onde as alunas estabelecidas aprendiam com aquelas que se tinham colocado na posição de *outsider*.

Burke aponta que o “[...] termo cultura costumava se referir as artes e as ciências. Depois foi empregado para escrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular [...]” (2005, p. 43). Para este autor, a cultura passou a se referir a uma ampla gama de práticas e artefatos e, com isso, abrangeu hábitos, valores e ideias. Os artefatos seriam imagens, ferramentas, casas e outros. Já as práticas estão relacionadas às atividades do cotidiano, como conversar, ler e jogar, igualmente entendidas por ele como produtos culturais. Diante disso, a cultura é vista cotidianamente através dos costumes, valores e modos de vida de um determinado grupo (LYONS apud BURKE, 2005, p. 47-48). Esse conceito que, anteriormente, era usado pelos historiadores para referir-se a alta cultura, agora indica a cultura cotidiana.

Perceber a cultura em situações simples do cotidiano e nas próprias diferenciações linguísticas é um movimento necessário, muitas vezes, para atenuar conflitos. Um exemplo ocorreu nas leituras das palavras em *Kryoulo*²¹ traduzidas para o português. Durante esta etapa, descobrimos que o “papá” que a criança pronuncia para chamar o papai ou, mesmo nas suas primeiras palavras, pode ser o pedido de alimento. Para as haitianas, “papá” significa “mamão papaia”. Nesse

²¹ “Língua utilizada pelos haitianos em conversações informais do cotidiano. A origem segundo O crioulo haitiano (Kreyòl Ayisyen) faz parte do grupo de crioulos de base francesa, porque uma parte importante de seu léxico deriva ou vem diretamente do francês.” (RODRIGUES, 2008, p. 89).

contexto, a importância em mostrar a diferença na linguagem tem um sentido prático. Uma palavra pode ter muitos significados em diferentes línguas. O que em um caso se refere a algo trivial, em outro, pode ser ofensiva, podendo causar um inconveniente durante a comunicação.

O que nos preocupou, nos primeiros dias de aula, principalmente na visão pedagógica, era que a sala não tinha um tamanho adequado para 30 mulheres de 16 a 70 anos. Percebemos que as alunas estavam sentadas em fileiras tradicionais, com as cadeiras uma atrás da outra, com a formação de grupos por características parecidas ou, então, por vínculos de amizades, ficando distantes das demais, além de quase não conseguirem se mover em sala. As haitianas, por exemplo, sentaram no centro da sala, por vezes quietas ou conversando em seu idioma. Quando participavam das aulas, eram auxiliadas por uma haitiana que falava o português fluentemente, pois veio ao Brasil no primeiro barco dos coiotes. Por ajudar nas aulas, ela tomou a atenção tanto das brasileiras, quanto das haitianas. Quando tiveram a oportunidade de se aproximarem mediante a formação de grupos de trabalho para as atividades das aulas, conseguiram comunicar-se por meio de gestos e palavras, mesmo que fosse em outra língua. Estes grupos geralmente eram constituídos por duas haitianas e duas brasileiras.

Ao assistirem vídeos sobre o Haiti, as brasileiras ficaram entusiasmadas por conhecerem o país, enquanto as haitianas demonstraram ter orgulho de suas origens, ficando deslumbrantes ao escutarem uma música de seu país e com vontade de dançar, além de falarem mais alto entre si. Nesse momento, sentimentos como as lembranças e a saudade da família e dos filhos que ficaram mexeram com elas, as quais se expressaram com movimentos e falas.

Quando a professora abordou sobre a cultura, explicou que é tudo o que faz parte da vida e que caracteriza os diferentes grupos. Deste modo, por estarem associadas a sua cultura, alguns aspectos que a caracterizam como membro de um grupo ganham mais importância para uma pessoa do que para a outra. Então, foi perguntado as haitianas o que elas tinham trazido do Haiti, podendo ser um objeto, uma memória ou algo que fizesse parte delas e que tinha um valor significativo naquele momento. Percebemos que algumas ficaram tímidas, enquanto outras responderam que trouxeram uma Bíblia, que ganharam de um pastor logo após o

terremoto, considerada por elas como um livro bom para ler. Naquele momento, as imigrantes relataram as atividades culturais do Haiti, como a dança, os cantos, a forma de viver e ver o mundo, que fazem parte da cultura nacional.

O curso *Educação e Gênero* também proporcionou atividades realizadas em interação com a comunidade escolar mediante a participação de eventos, jogos, semana nacional de ciência e tecnologia, passeios, como uma possibilidade de vivenciar atividades relacionadas à cultura escolar. Diante disto, consideramos que a escola adotou a turma, ou, quem sabe, a turma adotou a escola. Simultaneamente, percebemos o interesse dos outros alunos em serem solidários com as haitianas ao promoverem eventos para arrecadação de dinheiro com a finalidade de comprar alimentos para as famílias necessitadas. Neste caso, todas as famílias das mulheres haitianas precisavam. Essa situação emergiu em um desabafo de uma haitiana enquanto levávamos um grupo para as suas casas: “Minha família não tem o que comer, estamos desempregados. Eu estou dois dias sem comida”.

Enquanto falava, as lágrimas escorriam pelo rosto e, naquele momento da noite, infelizmente, não tínhamos o que fazer, a não ser ouvir e perguntar as demais se também estavam na mesma situação. Durante esta viagem, uma aluna brasileira estava presente e informou que tinha conseguido, em uma instituição, alimentos e roupas, porém, a comida demandaria alguns dias para poder ser coletada e entregue.

As atividades desenvolvidas em aula ficaram registradas em fotos e em um diário de bordo, organizado por uma aluna de outro curso da Instituição, bolsista do projeto de extensão. Estes registros foram cedidos pela Coordenadora do Curso para que pudéssemos utilizar nesta dissertação como uma das nossas fontes de pesquisa.

Além das aulas na escola, foram programadas atividades em alguns espaços culturais, como o Museu do Imigrante, onde as alunas puderam conhecer sobre a história de Joinville. Elas visitaram a casa que fica nos fundos do museu (Figura 3), a qual foi construída pelos imigrantes que trabalhavam para o príncipe na área rural. A arquitetura do imóvel apresenta o estilo enxaimel, modelo da cultura alemã. No interior da casa, as alunas puderam conhecer a história observando os utensílios e os meios de transporte utilizados na época.

Figura 3 - Casa do imigrante



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

Figura 4 – Visita ao Museu do Imigrante



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

As imigrantes, nessa visita representada na Figura 4, tiraram muitas fotos para o arquivo pessoal delas. Ao final da visita, as alunas disseram que haviam gostado de poder entrar em um museu, lugar onde tinham curiosidade de saber como era. Neste contexto, se a educação é parte do cotidiano do indivíduo e a cultura é integrante dela e vice-versa, uma complementando a outra, os educadores incluíram nos conteúdos do curso as visitas aos locais culturais de Joinville, proporcionando um momento de passeio e de conhecimento cultural. Além disso, pensou-se em complementar o que havia sido apresentado, ensinado e compartilhado em sala de aula. Esse passeio teve como objetivo que as alunas

pudessem conhecer, independente da sua nacionalidade, os antepassados registrados em lugares por eles construídos, com a presença de objetos do cotidiano que contam a história da imigração durante a formação do município. Ao visitarem o museu do imigrante, elas puderam sentir, perceber, ver e conhecer o significado de cultura através do patrimônio cultural construído e preservado, patrimônio este de “[...] de conhecimentos e competências, de instituições, de valores e símbolos, constituído ao longo de gerações e característicos de uma comunidade humana particular, definida de modo mais ou menos amplo e mais ou menos exclusivo.”(FORQUIN, 1993, p. 12).

Forquin (1993) complementa que a educação é nada fora da cultura e, sem ela, mas reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação, mediante o trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma “tradição docente” que a cultura se transmite e se perpetua. Percebemos aqui a importância do educador para a continuidade da história e da transmissão da cultura. Segundo o autor,

[...] a educação “realiza” a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária de continuidade humana. [...] neste primeiro nível muito geral e global de determinação, educação e cultura aparecem como as duas faces, rigorosamente recíprocas e complementares, de uma mesma realidade: uma não pode ser pensada sem a outra e toda reflexão sobre uma desemboca imediatamente na consideração da outra. (FORQUIN, 1993, p. 14).

As alunas também tiveram aulas de artesanato, onde aprenderam a fazer trabalhos manuais, utilizando retalhos para a confecção de panos de pratos, origamis etc. Em uma das aulas, a atividade aconteceu fora da sala, no pátio da escola, onde elas puderam expor os trabalhos que desenvolveram durante o curso. Esta aula aconteceu na semana Nacional de Ciência e Tecnologia e algumas alunas participaram de palestras que estavam ocorrendo sobre diversos temas, enquanto outras permaneceram confeccionando os artesanatos. Nas aulas também aprenderam sobre empreendedorismo e puderam estreitar o relacionamento com outras colegas. “Com a inclusão de atividades artesanais pode-se objetivar a oportunização de melhoria de renda e, ao mesmo instante, fatores relacionados ao bem-estar devido às atividades elaboradas no processo de produção. “(PERDUN; SILVA e BALDIN, 2009, p. 10051).

Figura 5 – Aula de artesanato e os trabalhos manuais das alunas



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

Figura 6 – Participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

A realização de atividades artesanais representada na Figura 5, permitiu maior interação entre as alunas, no que se refere à colaboração delas umas com as outras, buscando construir, juntas, as peças, além de proporcionar uma base para a inclusão social. Quando o grupo participou da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (Figura 6), fazendo visita nos laboratórios, assistindo as palestras e as apresentações dos projetos elaborados pelos alunos de outros cursos, elas compreenderam a importância da socialização dos conhecimentos adquiridos. Também perceberam que fazem parte de uma sociedade e podem ter uma participação mais ativa, mesmo nas diversas situações de conflitos existentes.

Em 2016 teve a inauguração do Ginásio de Esportes da escola e as alunas do *Programa Mulheres Sim* foram representadas por um time de futebol de salão, formado por haitianas e uma aluna brasileira. Este jogo fez parte da abertura do evento, momento muito comemorado por toda a comunidade escolar. A torcida foi unanimemente a favor do time do Haiti e as outras alunas, que ficaram para assistir, fizeram parte da torcida organizada. Para todas as alunas, este se tornou um dia inesquecível, pois puderam participar de um evento da instituição fazendo parte do todo. Naquele momento, a diferença cultural não as excluiu e elas participaram e interagiram, demonstrando o que sabiam fazer. Para que todas estivessem vestidas adequadamente para o jogo, as colegas colaboraram, emprestando tênis, bermudas e camisetas. Representado abaixo na Figura 7.

Figura 7 – Jogo inauguração do Ginásio de Esportes – Times Brasil e Haiti



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC 2016.

Moraes, Andrade e Mattos (2013), afirmam que a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) tornou o Brasil um país atrativo para os imigrantes haitianos. O Brasil, além de liderar a missão, aloca, no Haiti, outras Organizações Não Governamentais brasileiras (ONGs) que atuam por intermédio de projetos com o grupo de haitianos que residem no Haiti. Como exemplo, estes autores citam a *Viva Rio*, *ActionAid*, *K9 Creixell*, *Pastoral da Criança*, a *Diaconia* e o *Grupo de Apoio à Prevenção da Aids* (GAPA). O resultado da atuação dessas ONGs foi a divulgação também dos costumes brasileiros, da cultura, o crescimento

econômico do país que se tornaram atrativos que influenciaram na opção pela imigração.

Outro ponto que destacamos é o uso do esporte como um instrumento para a redução da violência no Haiti, como vemos:

O Ministério do Esporte Brasileiro, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, promove os programas: Segundo Tempo e Pintando a Cidadania. Esses, além de possibilitar a prática de esportes durante as atividades escolares, foram responsáveis pela instalação de uma fábrica de bolas, onde 200 detentos que cumprem penas alternativas exercem trabalho remunerado. (MORAES; ANDRADE MATTOS, 2013, p. 102).

Apesar de termos considerado a experiência do Programa exitosa, os objetivos do curso do *Programa Mulheres Sim, Educação e Gênero*, não foram alcançados na totalidade, conforme salientam duas educadoras que participaram do Programa.

Se pensarmos que o objetivo principal do curso era o debate sobre economia solidária e geração de renda, não foi plenamente atingido, mas foi possível atingir outros objetivos tão importantes como o citado acima, como a desconstrução de preconceitos, o olhar sobre o outro, a convivência com a diversidade, a tolerância e o respeito e o exercício da cidadania, ter uma matrícula na escola, algumas nunca tinham frequentado a escola, abrir uma conta em banco para receber a bolsa, circular pela cidade usando transporte público, apropriação da língua, visitar espaços de cultura local, como o museu da imigração e participar da semana de ciência e tecnologia da instituição expondo trabalhos que aprenderam nas aulas de artesanato. (EDUCADORA 1, 2017).

A outra educadora comunga deste posicionamento, ao afirmar que: “Ao término do curso, pudemos afirmar que os objetivos do Programa e do curso ofertado, foram atingidos em quase sua totalidade.” (EDUCADORA 2, 2017).

No decorrer das atividades realizadas em sala de aula ou em momentos de integração por meio das feiras, da participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e visita ao museu e à biblioteca, foi possível permitir que as alunas tivessem uma maior integração cultural e social, contribuindo, por intermédio da educação, para que as mulheres imigrantes pudessem perceber que é possível integrar-se com a comunidade onde vivem. Com o curso, elas também obtiveram conhecimento dos direitos da mulher, direitos trabalhistas, cidadania e a

possibilidade de ações empreendedoras – a produção de artesanato como uma das formas possíveis de geração de renda.

As atividades realizadas não foram avaliadas individualmente por meio de formulários específicos como as provas. A avaliação das alunas processou-se com o acompanhamento diário, nas atividades e no envolvimento de cada uma com o grupo. Neste processo contínuo de avaliação, as dúvidas e dificuldades encontradas durante a permanência das alunas no curso, foram resolvidas e sanadas conforme se apresentaram ao longo do processo.

O curso não teve como objetivo o aprofundamento na questão de gênero. Pretendeu-se apresentar às mulheres que, com o conhecimento, a valorização pessoal e a elevação da autoestima, torna-se possível assumir e construir, com mais propriedade, o seu lugar no mundo. Por meio de projetos de extensão como esse, é iminente a inserção de homens e mulheres imigrantes na escola e, com isso, a colaboração para que consigam uma colocação no mercado de trabalho, incluindo-se na comunidade onde vivem.

Projetos como o *Programa Mulheres Sim* vêm sendo desenvolvidos em vários lugares. Encontramos trabalhos que abordam outras experiências de projetos de extensão voltados para a integração dos haitianos, os quais antecederam o de Joinville. No Acre, por exemplo, mais especificamente na cidade de Brasília, foi desenvolvido um projeto nessa direção, estudado por Pimentel e Contiguiba (2015). Os autores, que também trabalharam com a observação participante, se viram desafiados, nesse processo, a participar de um projeto no qual a língua portuguesa era ensinada para os imigrantes haitianos. Nos momentos que estiveram participando do projeto inicial, tiveram contato com o crioulo e com outras questões relacionadas à documentação, possibilidades de trabalho, informações sobre histórias de vida e as expectativas em relação ao Brasil. Este projeto foi inicialmente institucionalizado pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e, devido ao sucesso, houve uma significativa procura, a ponto de terem que procurar um ambiente para as aulas que pudesse comportar um número maior de imigrantes.

As pessoas da comunidade que participam destes pequenos movimentos de inclusão social dos imigrantes trazem uma bagagem de aprendizado que adquiriram durante a trajetória das suas histórias, seja na academia ou na participação de

movimentos populares, como, por exemplo, por meio das instituições religiosas. Além do perfil semelhante das pessoas que participam ou participaram do projeto de extensão em Joinville ou em Brasiléia, também foi possível perceber que a inserção social se dá com a proposta do ensino da “língua-cultura”. Para compreender melhor esse movimento, Pimentel e Contiguiba esclarecem:

[...] a língua é a expressão das relações de lutas sociais; ela é constitutiva dos sujeitos e constituída por eles. O meio responsável pela constituição dela e sem essa não há relação com a realidade, ou seja, não é um elemento vazio. [...] a dimensão cultural é entendida como a ambientalização do aprendiz no processo de ensino aprendizagem de uma nova língua; não se deve e não se pode ensinar a cultura da “língua estrangeira” para aculturar o outro. (PIMENTEL; CONTIGUIBA, 2015, p. 204, grifo do autor).

Além de a língua ser compreendida como uma expressão das relações de lutas sociais, ela é essencial para o imigrante conseguir comunicar-se para que a sua inserção sociocultural tenha êxito. Para o imigrante, o fato de poder comunicar-se através da língua local proporciona maiores possibilidades, estas que podem ir além da comunidade onde está inserido, ou seja, aprender a língua nacional, ele poderá conseguir, em um espaço de tempo mais curto, uma colocação no mercado de trabalho, reduzindo as chances de exploração.

Esta exploração trabalhista do imigrante comumente é noticiada nas mídias. Lauretti, no *Jornal da Unicamp*, relatou que em Santa Catarina, as empresas aproveitaram-se da chegada dos imigrantes para que tivessem nas suas fábricas uma mão de obra mais barata, colocando estes trabalhadores em situações de perigo, sem pagar o adicional de salubridade. Os imigrantes foram explorados pelo fato de não conhecerem as leis nacionais trabalhistas do Brasil e findaram por aceitar a trabalhar além das oito horas diárias, com salários inferiores ao dos brasileiros exerciam a mesma função. Além disso, foram instalados em locais que não ofereciam condições adequadas de alojamento digno. (LAURETTI, 2017).

Devido a esse tipo de situação, reforça-se a necessidade de um investimento maior na recepção e integração dos imigrantes à sociedade, garantindo-lhes condições básicas de sobrevivência nessa nova sociedade, evitando, com isso, que se tornem “presas fáceis do capitalismo selvagem”.

O curso *Educação e Gênero*, ofertado pelo *Programa Mulheres Sim*, terminou em novembro de 2016. A formatura aconteceu em 7 de dezembro do mesmo ano, no auditório do IFSC Campus Joinville. Os educadores relataram que o curso para as educandas foi mais que aprender sobre temas relevantes ao empoderamento da mulher, a valorização de cada uma delas dentro e fora do ambiente familiar. Ele proporcionou, também, um resgate social, onde foram atendidas a mulheres de idades bem diferentes e distantes umas das outras. Neste curso, as jovens e adultas puderam compartilhar experiências e aprender entre si. Além disso, algumas idosas que fizeram parte do curso, estiveram dispostas a continuar interagindo, ensinando e aprendendo com professoras e colegas.

Figura 8 – Educadoras e alunas com as filhas



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016

Figura 9 – Recepção da Formatura com Painel de fotos das alunas tiradas durante o curso



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

O momento da formatura, para elas, com certeza teve um significado muito maior do que podíamos imaginar. Era uma conquista talvez mínima para algumas pessoas de fora, mas, para as educadoras, foi um momento mágico e único, onde estas perceberam que a caminhada valeu a pena, mesmo não conseguindo fazer tudo o que pretendia nas atividades com as alunas.

Foi possível fazer o que estava além do alcance, passando a mensagem de solidariedade, amizade, garra, amor e respeito pelos outros e pela mulher. Elas prepararam um momento aconchegante e acolhedor que puderam guardar como uma boa lembrança. As mulheres, independente da etnia ou nacionalidade, no momento da formatura, eram todas iguais para nós. Cada uma delas chegou com uma bagagem cheia de histórias de vida, dificuldades diárias e saiu do curso com uma bagagem ainda maior. Levaram os ensinamentos, as amizades e a certeza de que a qualquer momento podem e devem fazer mais por si e pelos outros.

Seguem algumas fotos que registraram os momentos vivenciados pelos participantes, como também eternizaram as memórias e as novas amizades.

Figura 10 – Coordenadora do Curso e acolhedora com alunas e familiares



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

Podemos afirmar que conseguimos tantas coisas que geram sentimentos tão profundos e nos fazem rir e chorar de felicidade. Sim, foi possível ver isso nos olhos, nas lágrimas, nos sorrisos, nos conflitos e nos momentos de aprendizagem e de interação. Neste contexto, a formatura significou, para as alunas, a finalização de

uma etapa notadamente muito especial, pois estavam acompanhadas de seus familiares e puderam compartilhar os momentos finais do curso.

Figura 11 – Atividade Cultural com grupo dança Federal



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

Figura 12 – Formandas e educadoras



Fonte: Arquivo Mulheres Sim - Jornalismo IFSC, 2016.

Na Figura 11 registramos o encerramento do curso ofertado no segundo semestre de 2016, onde o fechamento ocorreu com os momentos de apresentações finais da formatura. No entanto, as egressas continuam sendo acompanhadas. Primeiramente, foi aplicado um questionário socioeconômico, para coletar dados

para arquivo da instituição (nesta pesquisa não realizamos o levantamento desses dados). A instituição ficou com os contatos das alunas para avisar sobre a possibilidade de participação em novos cursos, acompanhar a inserção social das egressas.

Consideramos essa parte mais difícil, visto que, referentes às haitianas imigrantes em Joinville, elas trazem uma característica de não ficarem muito tempo no mesmo local. Uma permanência maior somente ocorre se forem atingidas as suas expectativas de estarem trabalhando para, assim, conseguirem enviar remessa de valores para os familiares. Do contrário, migram para outro local em busca de oportunidades.

Temos informações de que as imigrantes haitianas que tinham filhos pequenos e os viam por mídias sociais, não estão trabalhando no momento. Outras, já migraram para mais um estado. Das alunas brasileiras, algumas ingressaram em outro curso de formação inicial e continuada na área de reciclagem, ofertado pela mesma instituição, enquanto o restante faz parte de outro projeto de extensão voltado para o artesanato e continua reunindo-se nas quartas-feiras para aprender novos artesanatos.

Até o fim da escrita desta dissertação, o projeto em Joinville teve uma edição em 2017. Ainda não temos o resultado das propostas de novos projetos de extensão por meio de uma instituição de ensino. Esperamos que, em breve, possam ser oportunizadas novas turmas para que seja possível formar novas equipes de educadores com disponibilidade e que gostem de trabalhar com um público diferenciado. Enquanto isso, a comunidade civil de Joinville atua nos bairros, por intermédio do curso de ensino da língua portuguesa para os imigrantes haitianos. As aulas atualmente acontecem no salão paroquial de um dos bairros que tivemos acesso durante as entrevistas.

Ressaltamos que o curso pode ter encerrado, porém, as amigadas ficaram. As ações para a inserção social dos imigrantes haitianos continuam no município. São as pessoas da comunidade que se unem, umas as outras, e buscam soluções para os grupos de imigrantes, contribuindo para que ocorra a socialização entre eles e com os demais membros da comunidade, independente da opção religiosa, os vendo como pessoas que podem, e muito, auxiliar no crescimento socioeconômico e

cultural do nosso país. São eles, em sua maioria, que irão também coadjuvar para o aumento da população do Brasil. Em breve teremos uma nova geração de descendentes de imigrantes haitianos, não mais crianças, mas adolescentes e adultos fazendo parte dos grupos sociais com os quais tenham afinidade e possam, como nós, lutar por um país melhor.

3 VESTÍGIOS DE VIDAS, ESBOÇOS DE SONHOS: AS HAITIANAS E SUAS HISTÓRIAS

Nessa etapa da pesquisa, buscamos dar voz às haitianas como sujeitos de suas histórias. Para isso, a História Oral, por meio de entrevista semiestruturada, foi um dos procedimentos metodológicos adotados para verificar a educação, a cultura, os costumes, as trajetórias dessas mulheres nesse processo de emigração para o Brasil e a acomodação do grupo na cidade de Joinville. Isso nos permitiu delinear um perfil desses imigrantes.

Antes de iniciarmos a análise das entrevistas, consideramos necessário descrever como foi o processo de preparação, contato e entrevistas com as mulheres haitianas, pois eles são constitutivos de suas falas e, também, dos seus silêncios.

Quando pensamos na pesquisa, a primeira proposta foi nos inserirmos em um grupo religioso onde os haitianos estavam congregando, por entendermos que, por esse caminho, talvez encontrássemos menos resistência e, assim, alcançaríamos um número maior de haitianos. Com a probabilidade de inserção, acreditávamos que seria possível realizar a pesquisa com um mesmo grupo, conseguindo conhecê-los melhor, desde sua cultura, educação, costumes, até os estranhamentos com a cultura brasileira e a adaptação à nova vida. Diante disso, surgiu o seguinte questionamento: o que eles mantêm vivo do seu país como traço cultural que fazem questão de preservar e o que precisa ser adaptado diariamente?

Porém, quando realizamos o contato com o responsável pela Igreja evangélica, nos foi permitido, primeiro, conversar com o grupo de haitianos para, depois, caso eles concordassem, realizar a pesquisa.

Após esse contato inicial, participamos de um culto que ocorre todos os domingos pela manhã, na igreja 'Menonitas', onde fomos bem recebidos. Um haitiano, que já falava português, durante o culto foi, na medida do possível, traduzindo o que estava acontecendo. Este grupo realizou o culto em duas línguas diferentes: francês e crioulo. Quase no final da celebração, tivemos a oportunidade de falar para eles qual era o nosso objetivo. Após uma breve explicação, o pastor (brasileiro), conhecendo o grupo, sugeriu que os pesquisadores participassem de uma reunião do Comitê dos haitianos, grupo que se reunia todos os sábados à

tarde, momento em que eram colocadas todas as situações que interferiam na vida cotidiana dos imigrantes.

Como combinado, no sábado participamos da reunião com o comitê (formado somente por homens) e, novamente, apresentamos a proposta de pesquisa, explicando bem detalhadamente os nossos objetivos e que pretendíamos conhecer e entrevistar as mulheres haitianas do grupo deles. No final da apresentação, nos foi questionado qual a nossa denominação religiosa e nos solicitaram que contássemos um pouco sobre a trajetória pessoal. Percebemos, nesse momento, certo alvoroço entre o grupo que falava em crioulo. No calor da conversa, deu para entender que alguns concordavam e outros não. Em seguida, um dos haitianos nos explicou que decidiram, antes, conversar com as mulheres para, durante a semana, nos dar o retorno sobre a possibilidade de realização da pesquisa.

Infelizmente não nos retornaram sobre a autorização da pesquisa, por isto, entendemos que não haviam concordado com a inserção de um pesquisador no grupo. Esta situação, em um primeiro momento, nos desanimou. Como iríamos dar continuidade à pesquisa para a dissertação se o contato com o nosso objeto de estudo não tinha sido autorizado? Talvez, para eles, ter um brasileiro pesquisando sobre os seus costumes, sua cultura e religião, seria algo invasivo, pois é um grupo que ainda está se estabelecendo no Brasil. O que pudemos apreender é que existem, no âmbito religioso, práticas de integração social dos haitianos que contemplam em seu formato a integração de ambas as partes, como essas celebrações na língua do seu país, realizada dentro dos costumes que praticavam no Haiti. Esse fato despertou mais a nossa curiosidade em poder conhecer o contexto religioso dos haitianos, mas, com aquele grupo, neste momento, não seria possível.

Como a pesquisa não pode seguir em apenas em uma direção, decidimos estudar as mulheres haitianas que conhecemos no *Programa Mulheres Sim* e, também, outras da comunidade. Uma das características do perfil das mulheres para a pesquisa foi, preferencialmente, as que falavam português, para facilitar a comunicação. As mulheres que tínhamos contato contemplavam o que desejávamos para a pesquisa: eram haitianas, tinham migrado para o Brasil e falavam português.

Conseguimos entrevistar três haitianas: duas eram egressas do *Programa Mulheres Sim* e uma fazia parte da comunidade do bairro situado na Zona Leste de Joinville. As alunas moravam, no momento da entrevista, no bairro localizado na Zona Norte.

As diretrizes para a entrevista com o embasamento teórico complexo não se mostrou eficaz para o nosso contexto de pesquisa. As haitianas não entendiam termos como “apropriação da cultura local”, por exemplo. Percebemos que, talvez, para o nível de conhecimento das mesmas, não poderíamos manter um questionário de teor acadêmico.

Devido a isso, na entrevista com as três primeiras haitianas, optamos por deixar elas contarem a história de vida, direcionando-as com palavras norteadoras para a conversa. Por vezes realizamos uma explicação mais detalhada em relação ao que queríamos saber. Uma circunstância que tivemos durante as entrevistas foi a presença permanente dos homens. Eles não deixaram as mulheres sozinhas no momento da entrevista e, estas, antes da nossa conversa, solicitaram o consentimento do seu companheiro. Ao entrevistarmos a haitiana da Zona Leste, esta também pediu, antes de iniciar a entrevista, o consentimento do marido para responder as questões. Ele permitiu, porém, não saiu do local e, algumas vezes, interferiu nas respostas, auxiliando a esposa em momentos que ela não sabia o que e como responder. Nessas ocasiões, virava-se para ele e falava em crioulo.

Em relação à análise, escolhemos pelo agrupamento não das questões que foram delineadas em um primeiro momento, mas, sim, das palavras-chave do nosso objeto de pesquisa, a saber: cultura, educação, religião. As respostas que não se enquadraram nesse recorte, analisamos separadamente.

Levamos em conta que as histórias de vida estão diretamente relacionadas com as memórias dessas mulheres. Mas, não podemos desconsiderar uma possível censura por parte do marido, sempre presente e à autocensura derivada do questionamento sobre o que falar para um desconhecido em terra estranha. Acreditamos que alguns questionamentos surgiam em suas mentes, tais como: O que é seguro falar? O que não me compromete? Esse emaranhado de dúvidas, inseguranças e medos, certamente deram o tom de suas falas. Todavia, as histórias contadas, ainda que sejam tímidas, permitem perceber rastros de vidas e de sonhos

de um grupo que vive cotidianamente entre os brasileiros e, ao mesmo tempo, tão distante.

Segundo Guérios,

[...] o método de histórias de vida pode oferecer, se levado a cabo com consistência, um bom locus de trabalho em prol desta tarefa. Ao tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência (Elias 1994) que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo. (GUÉRIOS, 2012, p. 13).

As memórias aqui evocadas não tiveram a absoluta pretensão de trazer verdades, mas em compreender os caminhos da construção da identidade dessas mulheres. Conforme aponta Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p. 55).

Desse modo, as falas dessas mulheres se apresentaram, para nós, como indícios, pistas que nos permitem avançar no sentido de sua compreensão, que traduzem aspectos de uma identidade forjada em um passado distante e um futuro ainda incerto.

Com isso, um das perguntas dirigidas as entrevistadas foi: como uma mulher haitiana que veio em busca de novos sonhos, conte-nos um pouco como foi a sua trajetória para chegar até aqui e como era sua vida antes e agora?

Bem, antes a vida mas era melhor um pouquinho no meu país e agora no meu país um bom lugar, agora como o governo de meu país não é bom, aqui no Brasil é melhor que no meu país. (LIA, 2016).

Lia é uma mulher bonita, simpática e comunicativa. A casa onde está vivendo atualmente é alugada e ela mora com o companheiro. Ele atualmente está trabalhando em um posto de combustível e também se mostrou uma pessoa acolhedora, simpática, comunicativo e fala bem o português. É um imóvel com seis cômodos e um banheiro e nele vive o casal, a cunhada de Lia e o companheiro. Nas visitas às residências dos imigrantes, percebemos que eles geralmente dividem o aluguel entre amigos ou parentes. Antes de vir para o Brasil, Lia morou na República Dominicana, onde trabalhou para conseguir o valor necessário para vir ao encontro do seu marido.

Para Delgado (2003):

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido a vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão a rapidez). [...] orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro. (DELGADO, 2003, p. 10).

Neste contexto, o tempo é proporcionado ao ser humano a partir das lembranças que surgem mediante as memórias dos fatos que presenciaram. O Haiti está guardado na memória de Lia como um lugar bom para viver, porém, avalia que o Brasil é melhor. Para ela, a memória conservou o que lhe remete a lembranças boas do passado, mesmo sabendo da atual situação em que o seu país está, ela o considera como um local bom para se viver. Mas, o fato de ter saído das suas origens, não significa que o que ficou para trás não tenha mais valor em sua vida. Sua fala, no entanto, se reveste de uma “luz explicativa”, que reforça, talvez para si mesma, que “aqui é melhor” porque corresponde a sua realidade atual. De acordo com Bosi,

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. (BOSI, 1994, p. 413).

Quanto à fala de Lande, ela nos remete a outra realidade. Conforme Bosi, percebemos o seguinte: “Quanto mais o adulto está empenhado na vida prática, tanto mais aguda é a distinção que faz entre fantasia e realidade, e tanto mais esta é valorizada em detrimento daquela.” (1994, p. 58). Por outro lado, a ausência de um envolvimento mais forte nas questões da vida prática abre espaço para que se evoque o sonho e as lembranças, em uma espécie de memória construída pela fantasia. Como Lande relata:

Vida minha... a vida de mim fica bem Haiti, eu estudar, não trabalho, minha mãe faz tudo para mim. Eu não tem nada, aqui vem aqui não tem trabalho, não. Tem mãe, irmã, tia, tio tem problema, eu não tem ninguém que me ajude. a vida é muito difícil. Haiti eu vou na escola, eu não faz nada. Ajuda a mãe. Eu não tenho pai, pai é morto (fica emocionada e chora). Eu vim aqui para trabalhar ajudar minha mãe, amiga, aqui não tem trabalha, não tem nada para fazer, só dormi, nada. Aqui muito difícil. Todo mundo saiu do país. Joga tudo para o Haiti, tudo saiu do Haiti, agora vida haitiana. (LANDE, 2016).

Lande, uma haitiana que ri muito, demonstra alegria e uma vontade de realizar seus sonhos. Ela é uma mulher jovem e, podemos dizer, corajosa, por ter deixado a família em outro país e ter migrado para o Brasil em busca de uma vida melhor. Como conta na entrevista sobre um dos objetivos de ter emigrado: ajudar a mãe que ficou morando no Haiti. Destaca que pretendia, em sua emigração, trabalhar, mas durante a sua fala diz que, ao chegar ao Brasil, não encontrou emprego. Lande conta sobre a sua família e afirma que a mãe tem um lugar muito especial. Ela não fala isso explicitamente, no entanto, percebemos enquanto nos contava sobre a família, que a mãe é a pessoa de quem sente mais falta e ficou emocionada ao lembrar-se da mãe. Talvez chorar e rir sejam para conseguir se reestabelecer da emoção. Em sua fala, ressalta a figura de um tio que “tem problema”. Este problema não nos é explicado em detalhes, nos deixando na dúvida se é de relacionamento com a família, com ela ou, então, algum outro problema, quem sabe de personalidade, doença entre tantos que possam existir. Constatamos que ela fica por alguns segundos perdida em seus pensamentos e seus olhos demonstraram que estava novamente no Haiti, através das suas lembranças, revivendo alguma situação do passado.

A emoção toma conta novamente quando Lande fala sobre o seu pai já falecido. Nesse momento, mais uma vez é lembrada pela própria consciência do objetivo em morar no Brasil: conseguir um emprego para ajudar a família. Ela reforça a dificuldade em encontrar um trabalho e que muitos saíram do Haiti tendo o Brasil, entre outros países, como ponto de chegada. Com gestos pelas mãos, a haitiana relata que todos foram “jogados” no Brasil e não tem trabalho para eles. Um detalhe que podemos destacar é que, no início da entrevista, percebemos o quanto conversar com alguém sobre a sua história mexe com a autoestima dessas mulheres. Algo que constatamos por meio da fisionomia, dos gestos e da forma de falar, colocando entonação na voz, falando com os olhos e com o semblante. O corpo, de maneira geral, faz parte de todo o processo de demonstração das emoções que sentem durante a entrevista.

Lise é uma das alunas do *Programa Mulheres Sim*. Nas aulas, sempre foi bem comunicativa, solidária e também uma mulher de opinião. Ela auxiliava as colegas, ajudava na comunicação com as outras e nas atividades da sala de aula. Lise não mora com as outras, mora em outro lado da rua e é uma mulher que veio sozinha do Haiti em busca também de trabalho e de uma vida melhor. Ela diz:

Minha família, amigo. Ficou cinco meses na casa de um amigo, em Itajaí. 23 dezembro de 2013. Veio do Haiti para trabalhar. (LISE, 2016).

A haitiana conta que ficou na casa de amigos que moram em Itajaí, quando chegou ao Brasil, residiu com eles durante cinco meses e depois migrou para Joinville, pois veio para trabalhar. Lise é a entrevistada que está há mais tempo no Brasil e reforça que a data da sua chegada foi em 2013. Ela é uma senhora de mais de 40 anos, alta, bonita, bem conservada, magra, extrovertida, comunicativa e decidida. É uma mulher que se destaca no meio de outras do Haiti, por ter coragem em buscar, sozinha, novos desafios e permanecer assim, em uma realidade diferente das outras entrevistadas que imigraram para encontrar com o namorado ou marido. Lise veio sozinha e permanece nessa condição até o momento, mostrando que é uma mulher independente mesmo em meio a tantas dificuldades.

As três entrevistadas relatam sobre quem elas deixaram no Haiti:

Deixei minha família, três filhos, pai, mãe, irmão e irmã. Idade um 18 anos, uma menina 16 e um menino de 11 anos. Sim eu quero trazer, por enquanto Não posso trazer porque não trabalho. (LIA, 2016).

Eu tenho sete irmãos. Esse é a mãe. Como dizer. Esse é filho, filho mãe e outro do pai. É. Pai outra mulher tem sete filhos. Sim, sim sete e sete, quatorze. (ENTREVISTADA LANDE, 2016).

Conto família Haiti, muito bem, porque toda família na casa. Amanhã uma filha vem, ela tem nome Soraia. Mulher na Haiti, esposo em outro país. (ENTREVISTADA LISE, 2016).

A família é um laço muito importante na vida de qualquer indivíduo e para as haitianas não é diferente. Elas demonstraram, durante a entrevista, laços fortes com a família, com os parentes que permaneceram no Haiti e, hoje, são responsáveis por parte da sobrevivência destes no país de origem. Lia e Lise têm filhos que ficaram no Haiti e ambas querem trazê-los para morar aqui no Brasil.

Os filhos de Lia são jovens que se encontram na fase da adolescência. Ela quer reunir a sua família trazendo os filhos para morar com ela e o marido. Por não conseguir trabalho, não teve condições de realizar este sonho até o momento. Já Lise, que veio há mais tempo para o Brasil e sozinha, conta, com muito entusiasmo, que no dia seguinte a nossa entrevista, a sua filha Soraia chegaria do Haiti. É visível a alegria sentida por pensar em rever a filha que vem para morar com ela e, também, poder auxiliá-la na realização do sonho de uma vida melhor. Sua filha é uma jovem de 24 anos. Apesar de Lande não ter filhos, ela conta que tem uma família grande no Haiti, pois seus pais têm filhos de outros casamentos. Mesmo não tendo filhos, percebemos a importância da família também na vida dela.

No que tange à educação, suas falas não deixam claro a experiência que viveram no Haiti. Algumas não sabem explicar como funciona a escola em seu país. Outras parecem não ter passado por ela, embora falem mais de uma língua.

Vejamos o que as haitianas falaram sobre a educação em seu país de origem.

A educação lá é muito complicado, como é complicado a educação que (vira e pergunta para o marido) ele responde que é quase igual. Aqui no Brasil o parente não paga escola e lá no Haiti tem que pagar a escola, para fazer educação. É muito difícil lá no Haiti, é por isso não os haitianos, nós aprendemos, aprendemos rápido. Por que aí...e eu vou...Deixa eu ver, eu vou falar assim...o meu parente tá se matando para educação. Eu não vou ajudar com isso, ai eu vou aprender isso bem. Ai eu vou pra frente tenho

que realizar meu sonho, para depois eu vou ajudar meu parente. Haitiano pensa assim. Sim, (marido interfere). Resposta do marido: sim, ele vai pegar ele vai pegar, porque 60% ele vai levar o costume do brasileiro. (LIA, 2016).

Não tenho filhos. Sim, só aqui tudo. Sim, escola, aprender tudo aqui (risos) Haiti não sei, tudo, Jesus. Sim, sim. (LANDE, 2016).

Barbosa relata que, no tempo em que viveu no Haiti, observou “[...] a educação do país e seu enfoque ‘conteudista’, oferece, ao mesmo tempo, uma formação ampla, principalmente na parte das linguagens.” (BARBOSA, 2015, p. 170). Desta forma, é possível compreender porque os imigrantes haitianos têm facilidade para aprender novos idiomas, além dos que já trazem na sua formação.

No cotidiano escolar do brasileiro, nas escolas públicas, os alunos têm acesso ou à língua espanhola ou à inglesa. Por ser oferecido um conteúdo básico de aprendizagem, a maioria dos estudantes sai do ensino com uma formação em língua estrangeira muito restrita. Ainda em seu relato, Barbosa ressalta que a introdução do estudo de idiomas estrangeiros para os haitianos é iniciado “[...] desde o Ensino Básico, no segundo ciclo e no secundário. Estes estudantes aprendem além do francês e do Kreyol, que são os idiomas oficiais, também faz parte do currículo escolar o espanhol e o inglês” (2015, p. 170). Esta informação facilitou o nosso entendimento do porquê de muitos dos imigrantes, que tiveram acesso à educação básica, saberem falar até cinco idiomas, sendo o espanhol e o inglês em um nível de conversação muito boa. Barbosa complementa a situação acima sobre o aprendizado da língua no Haiti e a quem ele diferencia um haitiano do outro, com o depoimento de um haitiano que participou da pesquisa realizada por ela.

Nan lekòl Ayiti, yo entèdi pale dyalèk kreyòl, sòf le gen kou gramè kreyòl. An Ayitilang franse konsidere kòm lang entèlektyèl yo; kreyòl la se lang pou peyizan. Isit lamwen pa adapte-m byen akòz lang potigè ak fredì. Mwen kann pale byen panyòl. James te ban mwen kek fey ki traduit kreyòl – Potigè. Mwen etidye avek kopi sa yo. Mwen gade televizyon brezilyen, sa ede-m aprann lang l’an anpil. (CHANTALE LEBRUN, 25 anos apud BARBOSA, 2015, p. 170).

Com a tradução livre de Barbosa, o depoimento fica assim esclarecido:

Nas escolas do Haiti, é proibido falar o dialeto crioulo, a não ser nas aulas de gramática kreyol. O francês é considerado a língua culta dos intelectuais; o kreyol a língua do camponês. Eu ainda não me adaptei bem, por causa do frio e da língua. Falo bem o espanhol, tenho umas folhas de crioulo

português que o James me deu, estou estudando, assisto na TV às novelas brasileiras, isto está me ajudando. (CHANTALE LEBRUN, 25 anos apud BARBOSA, 2015, p. 170).

A educação para os filhos dos haitianos, no Brasil, ainda é algo em formação. Como percebemos nas entrevistas, os haitianos que imigraram não estão em uma situação de acomodação completa, ou seja, estão em um processo de construção da nova vida e não demonstram uma inserção social digna que lhes proporcione uma opinião bem estabelecida no que se refere ao tipo de educação que seus filhos possivelmente terão no Brasil.

Como ocorreu com outros imigrantes, eles também demonstram o interesse em manter os traços culturais de seu país, mas não podemos afirmar, no momento, que isso realmente acontecerá com as novas gerações que serão formadas pelos primeiros imigrantes. Na entrevista realizada com Lia, percebemos um pouco de insegurança quando fala sobre a educação dos filhos. Ela recorre ao marido para auxiliá-la na resposta e ele prontamente colabora. Diante disso, constatamos, nesta entrevista, que algumas mulheres são ou tornaram-se dependentes dos maridos, não só financeiramente, mas, socialmente. Foi possível vermos essa passagem quando a entrevistada, algumas vezes, buscou o consentimento e o auxílio nas respostas, ao ficar em dúvida para responder, não por falar pouco o português, mas por insegurança ou até falta de conhecimento sobre o assunto.

Entretanto, embora não sabendo como será o futuro dos seus filhos, os imigrantes dizem que pretendem continuar repassando os seus costumes, cultura e ensinar as línguas que falam. Os haitianos estão conscientes que os filhos, ao estudarem em escolas brasileiras, vão aprender muito mais dos costumes do Brasil do que os costumes do país de origem dos pais, incluindo a forma de educar em casa, situação que não nos foi esclarecida durante as entrevistas. Ao tocar no assunto sobre onde estes ensinarão aos filhos os costumes, eles responderam de forma breve. A outra entrevistada, por não ter filhos, não soube responder como será esta educação.

Ao serem questionados sobre a religião que pertenciam no Haiti e no Brasil, eles nos responderam o seguinte:

Católica. Também Católica. Todo domingo e sábado à tarde. Ri... sim a religião ajuda, como disse encontrei a N e ela me ajuda me dá um papel me dá um recibo e eu vou cada mês lá na igreja católica e eles me dão uma cesta básica. (LIA, 2016).

Católica, depois protestante. No Haiti era católica e aqui é protestante da Assembleia de Deus. (LANDE, 2016).

Igreja de Deus. Igreja, visita assembleia de Deus, Batista, me querem tudo, porque toda igreja é diferente. Tudo, tudo. Jeová, tudo visita, conhece tudo visita. Religião, não. Só na igreja católica ela me dá comida. (LISE, 2016).

No âmbito da religião, cada uma tem a sua história. Lia era católica no Haiti, e permanece seguindo esta crença no Brasil. Ela frequenta a igreja todos os finais de semana. Identificamos que estas instituições fazem parte do processo de acolhimento dos imigrantes, junto a outras ações das pessoas da comunidade e instituições existentes no município. São ações que passam despercebidas para o restante da comunidade, como, por exemplo, a doação de cestas básicas que garantem alimentação aos haitianos.

Além disso, ao frequentar uma igreja, o imigrante tem mais oportunidades de construir laços de relacionamento com outras pessoas, com brasileiros e haitianos que também estão ligados à igreja, seja por questões de crença ou de oportunidades que possam ter quando se faz parte de grupos. Segundo Silva, a religião pode se tornar, no cenário migratório, uma instância que organiza comportamentos e produz identidades. Independente da confissão religiosa, a igreja torna-se um importante espaço de socialização (1995 apud Barbosa, 2015).

Para Barbosa, a religião representa “[...] um capital social partilhado pelos imigrantes haitianos, pois contribuiu para a consolidação da inserção dos mesmos, sendo uma importante rede de apoio.” Esta autora, baseando-se em Bourdieu, indica que o conceito de capital social pode ser entendido como “[...] um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à pertença a um grupo, como um conjunto de agentes não somente dotados de propriedades comuns.” (BARBOSA, 2015, p. 189). Estes agentes também são “[...] unidos por laços permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1980, p. 2).

O acolhimento por intermédio da religião, independente da confissão de fé, confirma-se com o depoimento das outras duas haitianas entrevistadas, as quais

contam que, antes, pertenciam à confissão católica e uma delas migrou para outra confissão de fé, ou seja, para uma religião protestante quando morava no Haiti e permanece seguindo-a no Brasil. A entrevistada não nos informou de que modo a igreja protestante, no caso a Assembleia de Deus, auxilia em relação à vida prática.

Diante de tais apontamentos, verificamos que a igreja colabora com a inserção social e exerce uma função de mediadora cultural nesta situação, como um elo de integração e acomodação dos imigrantes na cidade de Joinville. Aferimos que as pessoas, muitas vezes, procuram a religião como uma “válvula de escape” de si mesmas, dos seus medos e inseguranças, em busca de cuidado e conforto. Da parte das Igrejas, as palavras de conforto vêm associadas a um forte trabalho de sensibilização caracterizada por um conjunto de ações e uma produção discursiva que leva os sujeitos a acreditarem que são importantes e capazes e, portanto, devem acreditar em seus projetos, trabalhar por eles e não desistir. A esperança passa a fazer parte do dia-a-dia e se constitui como uma “mola propulsora” para a realização de sonhos e projetos pessoais, fazendo-os ter mais confiança em seus potenciais e na possibilidade da sua vida ser uma dádiva de Deus, que nunca os abandona. Esse sentimento, frequentemente reforçado pelas Igrejas, produz a força necessária para seguir em frente.

Lise considera a religião como um lugar onde ela se sente acolhida. Quando conta que no Haiti era da Igreja de Deus, deixa claro que no Brasil ela visita diferentes denominações, onde estas a acolhem bem. Ela relata, com alegria, que todas as igrejas querem que ela seja assídua. Estas instituições que visita, a auxiliam de alguma forma, por isto, ela vai frequenta todas, participando de variadas cerimônias que tem Deus como o guia da religião. A imigrante não se apega a um título, pois, percebemos que o que considera importante é que falem de Deus. Não podemos desconsiderar a possibilidade em aumentar o seu círculo de relacionamentos como um dos resultados do seu convívio com os demais integrantes da igreja.

A intervenção dessas instituições nos projetos de integração dos imigrantes não é um fato isolado de Joinville. Ao discutir a inserção haitiana no contexto sociocultural brasileiro, Barbosa (2015) ressalta o trabalho eficaz das igrejas nesse processo: “As instituições, católica e protestante, acolheram os imigrantes de

maneira mais pontual e eficiente que as demais instituições migratórias das políticas sociais governamentais brasileiras.” (BARBOSA, 2015, p. 190).

De modo geral, as instituições governamentais brasileiras realizaram ações muito isoladas de acolhimento, como foi constatado por Barbosa (2015). No estado de Santa Catarina, especificamente em Joinville, percebemos que os haitianos buscam acolhimentos nas instituições religiosas católicas e protestantes.

Não houve menção ao Vodou, apesar de ser a religião de origem africana praticada pela maioria dos haitianos no Haiti. Uma religião que não foi citada como uma das que as haitianas eram adeptas ou praticantes do Vodou, mesmo esta fazendo parte da construção dos costumes, hábitos e cultura do povo haitiano.

Para aprofundarmos nossos conhecimentos sobre o Vodou, consultamos estudos que pesquisaram essa crença. E como surgiu esta religião? Qual a sua história? Segundo Rodrigues (2008), o Vodou surgiu após o negro ter desembarcado na ilha do Haiti, onde além de sofrer a violência física que era exercida sobre o seu corpo, foi alvo de uma violência simbólica por não lhe ser concedido o direito de cultuar os seus deuses, como também não lhe era permitido transmitir os seus próprios mitos, de consolidar os seus costumes e princípios de conduta. O negro era obrigado a rejeitar as suas crenças e valores, passando a fazer parte das confissões de fé cristãs. Essa obrigatoriedade de mudarem as suas crenças eram impostas por intermédio do catecismo, batismo, entre ritos e práticas católicas, sob a justificativa de salvação da alma. De acordo com este mesmo autor, a história do vodou começa com a chegada dos primeiros contingentes de escravos sem Santo Domingo, na segunda metade do século XVII. A maioria dos escravos que vinha para o Haiti era originária da região do Golfo de Benin.

Quanto à palavra, Pierre (2009) indica que *vodoum* tem a sua origem na língua Fon do Daomé e designa os espíritos dos antepassados ou *loas*²², segundo uma longa tradição que remonta à concepção de divindade do povo de Daomé. Os *loas* são os espíritos que assumem a mediação entre os humanos e o “Ser Supremo”. Neste contexto, podemos aferir que o Vodou é uma crença que faz o indivíduo buscar e acreditar em um ser que tem poderes de intervir na vida do ser humano. Um poder acima dos poderes humanos, que possibilita uma ligação com as

²² Conforme VERSCHUEREN, J. *Le culte du Vòdou* (apud Pierre, 2009, p. 30): A palavra *loa* teria origem no Congo, e significa “espírito”.

divindades. Na história da formação do povo haitiano, Pierre (2009, p. 31) afirma que a população negra do Haiti é originária da imigração de três grupos étnicos: Sudanês, Guiné e Banto, todos parte do reino de Daomé, o atual Benin. Este autor complementa que a tribo fon ofereceu aos escravizados os elementos unificadores, no que diz respeito à língua do crioulo e à religião do Vodou. Estes dois que tornaram-se os elementos fundadores da nação haitiana. Para Dalmaso,

[...] o Vodou é visto através de uma lente funcionalista, ou seja, é considerado em termos das funções que desempenharia na vida dos haitianos. [...] estas funções são apontadas tendo em vista o contexto do analfabetismo, miséria, fome, falta de médicos e hospitais, dentre outras coisas. [...] é basicamente a partir da constatação desta “ausência” de recursos que o Vodou começa a ser visto como algo que pode suprir, pelo menos em parte, estas carências. [...] ele pode ser visto como algo que fortalece os laços de solidariedade de um grupo ou, também, que proporciona divertimento e segurança frente a um mundo caótico. (DALMASO, 2009 p. 16).

Assim, como as outras crenças e religiões, o Vodou também contribui para a inserção do indivíduo no meio em que vive. Como vimos, o Vodou acaba por ser uma válvula de escape para os haitianos, faz parte da cultura e é uma religião que consegue adeptos que estão em uma situação de vulnerabilidade social ou psicológica, fazendo com que sintam-se supridos de algumas de suas carências, além de proporcionar divertimento, interação e solidariedade entre os seus participantes. De certo modo, cumpre a função da religião em mediar as relações entre o mundo dos humanos e dos espíritos, em que pesem as especificidades de cada uma, que aliviarão o sofrimento da população.

O vodou é uma religião porque todos os seus adeptos crêem na existência de seres espirituais que vivem em alguma parte do universo em estreita intimidade com os humanos, os quais dominam suas atividades. O Vodou é uma religião porque o culto devotado a seus deuses reclama um corpo sacerdotal hierarquizado, um conjunto de fiéis, de templos, de altares, de cerimônias e, enfim, toda uma tradição oral que, apesar de não ter chegado até nós sem alteração, foi o que garantiu a transmissão das partes essenciais deste culto. (PRICE-MARS, 1928, p. 32 apud DALMASO, 2009, p. 48).

Apesar disso, não houve menção ao vodou nas entrevistas. O que significa tal silêncio? Segundo Bosi:

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo. (BOSI, 1994, p. 68).

Não seria apropriado manter essa memória viva? Foi, por isso, uma informação descartada? Não é possível fazer afirmação sobre as razões pelas quais nenhuma das haitianas sequer mencionou o vodou. O que podemos registrar é o estranhamento e conjecturar sobre o silenciamento de um elemento cultural tão marcante do povo haitiano.

Quando chegamos a um lugar diferente, esperamos ser bem acolhidos, pois o acolhimento faz parte de um processo de acomodação em lugares aos quais não estamos acostumados. Talvez, essa razão seja fundamental para que os imigrantes tenham todo o cuidado para não criar condições que dificultem a sua inserção na nova sociedade e para evitar que as diferenças mais drásticas se coloquem como uma barreira ao acolhimento. Como relatam as haitianas:

Não, Não, Não, ha uma pessoa que me ajudou um pouquinho foi a dona N., ela é boa gente, sim, sim, N. Aprendi, como eu falava um pouquinho de espanhol, como idioma de você alguma palavra idioma de espanhol. É parecido costumes, mulheres brasileiras, não sei, como vou explicar, não sei. (LIA, 2016).

Ele, namorado. sim, tem posto, sim, faz bastante coisa. Eu tenho livro, eu aprender celular também, eu aprender português pelos livros. Não (risos) pouquinho, pouco. (LANDE, 2016).

Não vai na escola, cada um fala repete. Dificil não, não, que. (LISE, 2016).

No caso das imigrantes por nós entrevistadas, os seus primeiros acolhedores foram seus familiares e, posteriormente, pessoas da comunidade. Mas nas falas de Lia, citada anteriormente, nota-se uma tentativa de aproximação aos costumes das brasileiras.

O idioma é um fator importante na comunicação entre as pessoas, principalmente para o imigrante que chega e precisa adaptar-se a nova realidade, tem a necessidade em aprender a comunicar-se com os demais para conseguir um lugar onde morar, um bom emprego e criar laços de relacionamentos.

Fazendo um jogo de palavras, poderíamos dizer que, inicialmente, a língua materna falada no novo país poderá ser alvo de sentimentos hostis ou de acolhimento, ou seja, poderá ser sentida como “mã” ou “terna”, dependendo da facilidade com que o imigrante possa falar e ser entendido pelo outro. (PEREIRA, 2014, p. 261).

Conforme esta mesma autora, a língua pode ser um motivo de inclusão ou exclusão do imigrante na inserção social do novo lugar. Muitos deles apresentam dificuldades para aprender o novo idioma, mesmo com a necessidade como principal estímulo. Segundo ela, alguns acabam por não aprender e escolhem comunicar-se dentro do seu grupo através do idioma de origem, sendo que alguns criam um idioma próprio com palavras intermediárias entre o idioma de origem e o local. (PEREIRA, 2014).

Com base em Elias e Scotson (2000), acreditamos que a língua pode ser um obstáculo que dificulta inserção de alguns migrantes na sociedade brasileira. Para estes autores:

Quando os recém-chegados, são da mesma “raça”, mas têm línguas e tradições nacionais diferentes, os problemas com eles e os antigos moradores se confrontam são classificados como problemas das “minorias étnicas”. Quando eles não são de “raça” nem “grupo étnico” diferentes, mas apenas de outra “classe social”, os problemas da mobilidade social são discutidos como “problemas de classe” e, não raro, como problemas de “mobilidade social”, num sentido mais estrito da expressão. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 174, grifos dos autores).

No caso dos imigrantes haitianos, conforme Elias e Scotson (2000) descrevem, grupos de imigrantes com a mesma raça, língua e com tradições diferentes podem ser considerados como um problema das minorias étnicas, isso, também, na atual realidade. Nossos imigrantes têm a mesma raça e possuem uma diversidade de comunicação. Existem os que falam somente a língua nativa e os políglotas, estes que trazem uma facilidade de comunicação por conhecerem mais de um idioma e, assim, conseguem destacar-se dentro da comunidade em que estão vivendo e melhores colocações de trabalho. Quanto às tradições, se fossemos falar sobre elas, deveríamos realizar uma pesquisa mais aprofundada para sabermos se os haitianos trazem tradições diferentes, por morarem em diferentes regiões do Haiti, algo que não temos como foco nesta dissertação.

No que consta dos possíveis problemas de classe social, com base em Elias e Scotson (2000), eles, no momento atual entre os imigrantes, ainda não são perceptíveis, visto que estão chegando em um mesmo período e dando início a construção de uma nova história de vida, a qual futuramente apresentará aqueles que conseguiram destacar-se em diferentes âmbitos sociais, como nos estudos, na situação econômica familiar ou na inserção cultural.

Por ser uma pesquisa recente e que os movimentos sociais estão acontecendo a todo o momento, o que podemos inferir é que nas observações e nas conversas informais com os imigrantes, foi identificada uma heterogeneidade existente no grupo de imigrantes com relação ao nível de educação, onde encontramos desde analfabetos a imigrantes com nível superior. Todavia, os que já são formados, mas não tem como realizar a tradução juramentada dos documentos, finda por trabalharem em cargos que não são compatíveis com o nível de conhecimento adquirido.

Os que não têm escolaridade se deparam com muita dificuldade para inserirem-se no mercado de trabalho, por não serem considerados aptos para realizar determinadas tarefas que exigem um grau mínimo de escolaridade. Além disso, muitos não trazem os documentos que comprovam o nível de escolaridade e, por isso, não conseguem dar continuidade ao seu processo de escolarização, com as equivalências necessárias a partir de onde pararam.

Para os imigrantes que pretendem colocar-se em empregos que garantam uma classificação social mais elevada, estes precisam reiniciar os estudos.²³ Esses problemas podem ser entendidos no âmbito dos “problemas de classe” e “problemas de mobilidade social” apontados por Elias e Scotson (2000), em uma dimensão mais ampliada, que se refere aos efeitos que produzem diretamente no lugar social do imigrante.

Os tipos de problemas que destacamos, identificamos em algumas situações nas entrevistas quando questionamos sobre a acomodação dos imigrantes em Joinville. Percebemos que, mesmo entre eles, não existe, por enquanto, uma união no sentido mais amplo da palavra, onde estes poderiam criar laços de solidariedade e, com isso, tornarem o processo de integração mais fácil para todos. Lia, por

²³ Observações realizadas pela pesquisadora em diversas conversas informais e noticiários locais.

exemplo, que já fala o português, não conseguiu uma inserção profissional no período de três anos em que mora em Joinville. Ela relata sobre a relação com os outros haitianos.

É não conhece muito um pouquinho não muito. Conhece um pouco de haitianos aqui, não no meu país. (pergunta para o marido), se vem aqui tem almoço, pode comê, não saí aqui vai na casa. (chega uma haitiana, ela fala em crioulo). Não ninguém, só a N sempre que tem pena de mim, porque estou muito tempo sentada, sem trabalho, sempre pergunta se já consegui serviço. E o marido dela também. Pessoas, diferente, pessoa diferente do meu país, cada pessoa é diferente, aqui muito diferente do meu país. (LIA, 2016).

Lia conhece poucos imigrantes haitianos e fica praticamente restrita a conviver com sua família. Perguntamos se eles convivem entre si, como os brasileiros fazem encontros com os amigos e ela salientou que eles realizam reuniões com almoços quando estes lhes visitam. Mas, este tipo de relacionamento não é muito frequente. Lia demonstrou um pouco de insegurança e dúvida ao falar sobre o assunto, tanto que solicitou a confirmação do esposo. Na mesma fala, a haitiana indicou que os brasileiros são diferentes, mas não especificou em qual sentido. Porém, inferimos que são os costumes dos moradores locais, a cultura e a maneira de conviver dos joinvilenses que são diferentes do seu país. Essas opiniões, no entanto, não são uníssonas. Lande e Lise, por exemplo, apresentam outra perspectiva.

Relação muito bem, muito boa. Não tem problemas. (LANDE, 2016).

Amigo, família, nada problema. (LISE, 2016).

As outras duas entrevistadas não adentraram muito na resposta sobre a acomodação, foram bem sucintas. Para elas, em relação à acomodação, não encontraram problemas. Isto não significa que Lia não consiga conviver com outros migrantes ou moradores de Joinville, pois duas pessoas da comunidade auxiliam no processo de acomodação. Uma delas é a acolhedora que entrevistamos e o esposo dela, pessoas da comunidade que dedicam o tempo disponível entre as atividades familiares e as de trabalho com os que precisam de acolhimento. O mundo da vida cotidiana, de acordo com Geertz, “[...] sem dúvida em si mesmo é um produto

cultural, uma vez que é enquadrado em termos das concepções simbólicas do “fato obstinado” passado de geração a geração, é a cena estabelecida e o objeto dado de nossas ações.” (2008, p. 81).

A cultura, como Geertz (2008) conceitua, é resultado das ações do cotidiano que se tornam um produto cultural, passado de geração em geração. Para ele, a cultura é uma construção realizada pelos homens através das ações do cotidiano. Desta forma, os conflitos sociais estão presentes durante o processo de construção da cultura e da apropriação, vivenciados pelos grupos que fazem parte do processo. Assim, entendemos cultura como o conjunto de diferentes ações, costumes de um povo e de uma etnia. Para as imigrantes entrevistadas, ao falarmos de cultura, as que traziam costumes, passariam para os seus filhos a fim de preservá-las, mesmo morando em um país com enorme diversidade cultural. Cada pessoa traz um conceito de cultura diferente do outro e entendemos que é o resultado das distintas atividades culturais que foram expostas no decorrer da vida.

Neste contexto, a cultura está em todos os lugares que vivemos e a diversidade permite uma construção de mundo mais ampliada sobre práticas do cotidiano, alimentação, costumes e saberes trazidos pelos antepassados em relação à valorização da família, as crenças, entre outras coisas. Para Lia, a cultura do seu país é igual a do Brasil. Tentando explicar o que é cultura, ela nos trouxe como exemplo o carnaval, uma forma de expressão cultural deste país e compara com uma festa do Haiti tentando aproximar as duas culturas: “Lá, existe um povo que também faz carnaval.” (LIA, 2016). Entendemos tal exemplo como um esforço de aproximação das características do povo haitiano, que também é muito alegre e comemora suas festas regadas a música e dança.

Para complementar o que ela entendia por cultura, Lia exemplificou com uma receita de comida que fazem em seu país. É uma comida não muito distinta da que fazem no Brasil quando são misturados diversos tipos de legumes e um tipo de proteína (carne de boi, de frango, entre outras). A diferença é que os haitianos adicionam mais de um tipo de carne e a chamam de “legumé”. Por mais que pareça simples, tal comida, para Lia, está carregada de lembranças dos costumes do Haiti, pois nela é demonstrada uma parte das representações da sua identidade haitiana.

Quando explicou o processo de como fazer o alimento, manifestou certo entusiasmo.

Igual, igual igual como aqui (marido começa a falar) igual... e aí... (a entrevistada interfere e diz) como diz, fala. Ele: a cultura igual como aqui tem carnaval, também, lá no Haiti também tem, grupo de artista, também. Tudo que tem aqui Haiti tem igual como aqui. Ele: a cultura geral. Como se diz... não sei como se dizer, eu vou explicar como nós faz, esse, coisa com chuchu, com cenoura, carne de vaca. Carne de, não sei como se dizer aqui, Legumeno, Legume, nós faz legume complicado, não é como igual como brasileiro fazer, chuchu, berinjela, carne de vaca, carne de porco, e que mas, como se diz coisa repolho, só. Depois disso preparar com salsa de tomate, legume diferente. Esse, coisa, como legumé, prepara depois preparar legume, arroz, com feijão-preto. É bom. (LIA, 2016).

A cultura pode ser expressa, também, pelas relações de afeto, Geertz, reforça esta ideia quando atesta: “[...] ela sente o amor na sua pele antes de senti-lo ‘no seu coração’” (2008, p. 59). Não apenas as ideias, as próprias emoções são, no homem, artefatos culturais. Ele explica que, por meio da emoção, uma criança – apesar de aqui nos referirmos a uma pessoa adulta – entende cultura como o amor que sente pela mãe.

Lá tem tudo. Amor da mãe. É difícil, sim, diferente. Haiti tem (mostra com a mão para o Braço, referindo-se a cor,) aqui não tem. Haiti muito quente, aqui muito frio. Haiti tem pouco trabalho. Aqui tem muito. Aqui mais diferente que Haiti, muito diferente que Haiti. (Risos) aqui muito trabalho que Haiti. Aqui melhor, mais melhor. (LANDE, 2016).

As memórias que expomos tiveram o sentido de confrontar passado e presente nas falas de algumas mulheres haitianas. Entre o dito e o não dito, existem muitas questões que o tempo e o lugar de fala autorizam mais ou menos sua abordagem. O que dizer? O que revelar? Dizemos e revelamos aquilo que fica para nós, no tempo em que vivemos, sob as circunstâncias nas quais estamos inscritos. Ou como disse Bosi,

[...] sempre "fica" o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que

tinham para os sujeitos no momento em que os viveram. (BOSI, 1994, p. 66).

É possível que em outro momento e circunstância, as memórias reveladas traduzam outras representações do passado, da vida no Haiti, da chegada ao Brasil e da experiência da imigração. Ou porque os próprios olhares mudam ou porque em determinados momentos não foi possível discutir certas questões que, em outro cenário, podem encontrar solo mais favorável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por esta pesquisa, pudemos perceber que a imigração haitiana existente no Brasil atualmente é resultado das situações desfavoráveis em que os imigrantes estão expostos nos países de origem. Ao migrarem para outros lugares, esses sujeitos buscam uma realidade onde possam ter mais segurança, trabalho e melhores meios de subsistência.

A procura por trabalho, principal objetivo dos imigrantes haitianos no Brasil, os faz enfrentar viagens que os expõe a diversos tipos de perigo, alguns até chegam por meios ilegais. Após chegarem, dão entrada no processo do visto humanitário e dos demais documentos necessários para que possam trabalhar no país. Além disso, quando conseguem uma oportunidade, enviam uma parte da remuneração para os familiares que ficaram no Haiti. Para que seja possível o envio dessa quantia que eles têm como propósito, formam novos arranjos familiares, onde dividem casas e apartamentos com outros haitianos.

A crise política e financeira que o Brasil atravessa acabou afetando os sonhos de muitos desses imigrantes de terem uma vida digna em outro país. Muitos deles não conseguem trabalho por não conhecerem a língua local e as empresas, por estarem produzindo como desejariam para terem lucros e exportar, não estão preparadas para receber estrangeiros, ou seja, as empresas não possuem pessoas capacitadas para comunicar-se com os haitianos ou para prepará-los para o desenvolvimento das atividades laborativas.

No percurso do desenvolvimento do trabalho, fomos informados de que uma das entrevistadas havia partido do Brasil, com destino ao Chile. Ela já residia no Brasil há três anos, porém, só conseguiu trabalho no primeiro ano por poucos meses. Lia era uma mulher que buscava trabalho para contribuir com o marido nas despesas e, também, enviar quantias para a família que ficou com os seus três filhos no Haiti. Com o desejo de poder trazer os filhos para junto dela e do marido, acreditamos que tenha migrado para o Chile com a esperança de lá conseguir um trabalho para cumprir com seus compromissos familiares. Relatamos a ida de Lia para outro país por considerarmos que o processo migratório que presenciamos ganha destaque pelo fato de muitos imigrantes tornarem-se migrantes, constituindo-se nômades dentro do nosso país e, por vezes, escolhendo outros lugares que lhes

ofereçam mais oportunidades de trabalho. É um processo inconstante a mudança da situação dos haitianos no Brasil, seja em Joinville ou em outras cidades e, até mesmo, em outros países, pois é muito rápida.

Verificamos, no grupo de haitianos que tivemos a oportunidade de conhecer, a característica de não fixarem moradia por muito tempo em um lugar ao qual não lhes proporciona uma vida digna. Um exemplo bem corriqueiro são os contatos que tínhamos através de números de telefones, que ora estavam com um haitiano ora com outros, tendo eles algum parentesco ou não. Isto porque, quando realizamos contato em determinados dias, fomos, por exemplo, informados que quem procurávamos teria migrado para outras cidades de Santa Catarina.

Em nosso esforço para fazer contato com as mulheres haitianas por meio da metodologia oral, para que através dela conseguíssemos compreender o processo de imigração em Joinville, constatamos que as integrantes do grupo ao qual pesquisamos, permanecem afastadas da sociedade, levam uma vida difícil por não conseguirem trabalho e não poderem ajudar seus namorados e esposos na manutenção do lar e dos familiares do Haiti. São mulheres que trazem dentro de si a dor da saudade, de não ter os filhos e a mãe com elas. São mulheres alegres que chegaram cheias de sonhos, que em um primeiro momento nos contagiam, mas com o passar do tempo nos revelam também suas dores com as suas histórias.

O grupo de alunas imigrantes que participaram do curso de *Educação e Gênero*, período que nos proporcionou conviver e conhecer no meio informal um pouco da realidade de cada uma delas, apresenta uma imigração realizada com muitas dificuldades, com sonhos frustrados e com uma esperança de vida melhor que pode ir se perdendo no tempo. O que resta para elas é uma nova viagem, a qual vão novamente gastar o pouco do que ganharam para tentar a vida em outro lugar. Por meio dos depoimentos e da convivência com as haitianas, ficou evidente a relação de afetividade que elas mantêm com os familiares e com o Haiti.

Os imigrantes que conseguem trabalho constantemente acabam sendo explorados, pois mesmo os haitianos que possuem escolaridade de nível superior e os que não têm escolaridade acabam realizando o mesmo tipo de trabalho, com salários iguais.

As cidades também não estão preparadas para receber essa demanda expressiva de imigrantes, tanto os haitianos quanto os de outras etnias. Isto porque, não existe um lugar de acolhimento. As instituições públicas realizam o básico para acolhê-los, mas é muito pouco para atender todas as necessidades.

O imigrante haitiano, quando vem para o Brasil, não está vindo com a mesma finalidade dos primeiros imigrantes alemães, italianos, portugueses, japoneses e outros do século XIX. Mesmo sendo a busca por uma colocação profissional algo comum entre as imigrações, no caso dos haitianos, a sua sobrevivência e dos seus familiares que deixaram em seu país de origem, os diferenciam dos demais. Para eles, é extremamente necessário estarem empregados com uma garantia de renda, pois além de manterem-se com as necessidades básicas no Brasil, precisam de condições adequadas para manter as necessidades dos familiares que permaneceram no Haiti. Desta forma, percebemos que o Brasil, para os imigrantes haitianos, faz parte de um cenário de imigração enquanto estiver mostrando-se promissor para a realização dos seus objetivos. Se o cenário não estiver favorável para que o imigrante consiga a inserção social e um trabalho, ele apresenta uma disposição muito forte para migrar em busca de condições mais prósperas e por consequência de estadia e acolhimento.

Sendo o imigrante haitiano um sujeito com possibilidades de mudança de locais de moradia, percebemos na Igreja um local onde estes buscam o apoio necessário para o processo de acomodação em Joinville. É na igreja que as mulheres com as quais realizamos a pesquisa buscam o apoio necessário para contribuir com seus familiares. Além de terem o apoio social, elas também encontram oportunidades de criarem novos laços de relacionamentos. Estes que são importantes para qualquer imigrante, pois é por meio deles que começam a fazer parte da sociedade já estabelecida no local onde moram. É por intermédio da igreja que encontram apoio para as suas angústias, tristezas e alegrias, onde o círculo de amizades desta instituição é o centro da construção de novos caminhos para estes imigrantes.

A igreja, como em outras épocas, está muito presente no acolhimento dos imigrantes em Joinville, esta atuação se dá em decorrência do trabalho voluntário das acolhedoras, independente da confissão religiosa. No caso que pesquisamos, é

de uma mulher leiga da sociedade que atua na Igreja, não diretamente com trabalhos que nascem dentro do contexto da igreja, mas sua atuação pode ser percebida como uma parte desta instituição, ou seja, é resultado das formações eclesiais de base que a Igreja Católica criou e que, até os dias atuais, têm sua ação desenvolvida por pessoas que fizeram parte desta formação. A igreja só é formada por seus fiéis, sendo assim, a partir do momento em que um indivíduo faz parte de uma congregação, suas atitudes, pensamentos, ações com relação aos conflitos sociais estarão ligados, de alguma forma, aos princípios religiosos aos quais aprendeu. Sendo assim, constatamos que a acolhedora, mesmo ela não percebendo, traz em sua formação um *habitus* introjetado pela sua formação nas CEBs, onde aprendeu ter um olhar mais apurado para o cuidado, para o amparo as pessoas que estão em condições menos favoráveis.

Em nosso trabalho também focamos a educação dos imigrantes haitianos e identificamos que esse processo, para os seus filhos, ainda é uma incógnita a ser estudada. Os imigrantes não tem conhecimento de todo o processo educacional brasileiro, bem como as escolas, não estão preparados para receber estrangeiros. Assim, o resultado é frustrante, pois mais uma vez a educação demonstra suas fragilidades. Não estamos afirmando que os educadores não atuam como deveriam, ao contrário, estes fazem muito mais do que poderiam para incluir crianças, jovens e adultos imigrantes. A escola tem o dever de procurar a melhor forma de fazer o papel da inserção social, porém, faltam subsídios para que esta inserção ocorra na totalidade. E, no caso dos imigrantes haitianos, por mostrarem uma característica nômade, acabam interferindo na plena inserção escolar dos filhos e deles próprios. A busca incessante por melhores condições de vida e o compromisso com outros familiares, além dos que estão com eles, fazem com que seus filhos permaneçam tempos muitos curtos nas escolas locais e, por consequência, transferem-se para outras sempre que seus pais ficam desempregados.

As mulheres haitianas, em suas falas, demonstraram que pretendem manter os traços culturais do Haiti, mas como é algo recente e que se modifica a todo o momento, o processo de imigração não dá a certeza de que conseguirão manter sua cultura. No entanto, elas têm consciência de que seus filhos serão influenciados pela cultura local, o que de certa forma é bom, pois através da cultura podem ser

introduzidos no ambiente social. É importante ressaltar que existem dois tipos de crianças que estão com os haitianos: as crianças haitianas que acompanham os pais e as crianças filhas de haitianos, nascidas no Brasil, que fazem parte da primeira geração de haitianos estabelecidos nas cidades brasileiras. Entendemos que, para estas últimas, a cultura haitiana será apresentada por meio de alguns costumes que seus pais guardam no seu *habitus*. Isto porque, sendo elas brasileiras, é natural que os costumes da nossa cultura venham a ser a referência de formação para elas.

É nesse movimento que as identidades culturais vão se constituindo, onde os haitianos, por já possuírem uma identidade formada pelas situações vividas no novo país, passam a compartilhar informações culturais que vão remodelando a própria cultura e, de certa forma, dando indícios para o movimento de novos saberes nas culturas locais.

As mulheres imigrantes haitianas, mediante suas memórias, contribuem para a escrita de uma identidade cultural a qual fazem parte. Elas, sem perceber, mantêm vivas as suas raízes quando, em pequenas atitudes, como em procurar o ambiente religioso como meio para a inserção social, o encontro de outros relacionamentos interpessoais que possam contribuir para que a acomodação no novo país não seja tão dolorosa, algumas lembranças do passado, para que possam ser redesenhadas conforme o grupo social ao qual estão inseridas. Dessa forma, fazem com que a memória, com o passar do tempo e com os novos códigos, sejam inseridas na personalidade de cada uma. Assim, ocorre a possibilidade de ser constituída uma nova história com uma perspectiva de vida melhor e, em alguns aspectos, mais feliz.

Compreender a presença dos haitianos em Joinville passa por uma leitura que se entrecruza nas esferas da educação e da religião, como objetos e práticas culturais que configuram esse processo de imigração. Atentar para a presença feminina nessa mediação foi fundamental para compreender melhor essa história, considerando os dois lados envolvidos: o daqueles (as) que chegam e daqueles (as) que os acolhem.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AMADO, J.; Ferreira, M.M. (Org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 304p.1998.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)**. Vitória: Editors UFES, 2007.

BARBOSA, Joelma Carmo de Melo. **Reassentamentos urbanos de imigrados palestinos no Brasil : um estudo de caso do “campo” de Brasília**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Lorena Salete. **Imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul: uma etnografia de sua inserção no contexto sociocultural brasileiro**. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.

BECKER, Howard Gaul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

BIEHL, João Guilherme. A guerra dos imigrantes: o espírito alemão e o estranho Mucker no sul do Brasil. In: **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 148-168.

BLOCH, Marc. **A Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias. **Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no Oeste Catarinense**. 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região De Chapecó, Chapecó, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. “**Le capital social: notes provisoires**”, Actes de la Recherche in Sciences Sociales, n. 31, 1980, p. 2-3.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. 2015. 545 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CASTRO, B. L. G.; BERNARTT, M. L.; BAPTISTA, C. C. Educação e Trabalho - Algumas reflexões sobre a imigração haitiana no Brasil. In: **XI ANPED SUL** - Reunião Científica da Região Sul, 2016, Curitiba. Educação e Trabalho - Algumas reflexões sobre a imigração haitiana no Brasil, 2016.
- CAVARZERE, Thelma Thaís. **Direito Internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL, Marília Lima. Deslocamento populacional contemporâneo, língua e história: uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil. In: GATTAZ, André.; FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas.(Org.). **Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar**. Salvador: Pontocom, 2015, p. 181-208.
- DAMAZIO, Fernando dos S. **Imigração Haitiana ao Brasil: especificidades e dispositivo de política migratória empregado pelo Estado brasileiro**. Monografia (Relações Internacionais) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128079/Monografia%20do%20Fernando%20Damazio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 19 abr. 2017.
- DALMASO, Flávia F. **A magia em Jacmel: uma leitura crítica da literatura sobre o Vodou Haitiano à luz de uma experiência etnográfica**. 2009. 108 f. Dissertação (Graduação em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revistas História Oral**, n. 6, 2003, p. 9-25.

DEMARTINI, Z.B.F. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. **Revistas História Oral**, n. 7, 2004, p. 145-180.

DEMARTINI, Z.B.F. **Famílias de imigrantes portugueses na metrópole de São Paulo: trajetórias e vivências**. 2000. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7051.pdf>> Acesso em: 3 mai. 2017.

DIEME, Kassoum. **Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015**. 2016. 249 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FARIA, Andressa Virgínia de. **A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

FERREIRA, Ricardo Hirata. **Migrações internacionais: Brasil ou Japão: o movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo**. 2007. 177 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIGUEREDO, Luiz Orencio. **Migração haitiana em Santa Catarina: experiências de trabalhadores do Haiti na AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera**. 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00005A/00005AFC.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Imprensa Ipiranga Ltda., 1965.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológica do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

GATTAZ, André.; FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. (Org.). **Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar**. Salvador: Editora Pontocom, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GONÇALVES M. Ortelinda. **Migrações e Desenvolvimento. Os Portugueses no Mundo**. Porto: Cepese, Fronteira do Caos Editores, 2009.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

GHIZZO, M. R.; ROCHA, Marcio Mendes. Contextualização dos Estudos de Mobilidade da População nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, v. 1, 2008, p. 101-110.

GOULART, Cristian E. **Haitianos - uma nova história no Brasil e um novo recomeço em SC: Elaboração de um projeto de PLE**. 2015. 105 f. Monografia (Língua e Literatura Vernáculas em Português) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GUIMARAES, Maristela Abadia. **O “eu” confronta o “outro”: o que (re) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais**. 2017. 428 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2007

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville nossos prefeitos 1869 – 1903**.- Joinville: Edição da autora, 1984.

HANDERSON, Joseph.; JOSEPH, Rose-Myrlie. As relações de gênero, de classe e de raça: Mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 9, 2015, p. 1-33.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Pamela Marconatto. **PELO DIREITO AO GRITO: As lutas silenciadas da Universidade Pública Haitiana por reconhecimento, independência e democracia.** 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATOS, M. Izilda S. de.; SOUSA, F.; HECHER, A. (Org.). **Deslocamentos e Histórias: portugueses.** Bauru, SP: EDUSC, 2008.

MATOS, M. Izilda S. de. Além mar: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 2, 2009, p. 100-120.

MEJÍA, Margarita Gaviria. ; BORTOLI, J. ; LAPPE, E. Relatos da experiência migratória de mulheres haitianas no sul do Brasil. In: IV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA, 2015, Ciudad de México. **Anais...Ciudad de México**, 2015, p. 1-14.

MENDES, João Maria. **Cultura e multiculturalidade.** Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/188/1/cultura_multiculturalidade.pdf> Acesso em: 5 mai. 2017.

MORAES, Isaias A.; ANDRADE, Carlos A. Alencar de.; MATTOS, Beatriz R. B.; A imigração haitiana no Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, 2013, p. 95-114.

MOURÃO, Alda. GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NASCIMENTO, A. I. **Migração estudantil e a aprendizagem de uma segunda língua: Estudantes estrangeiros em Portugal e suas representações pessoais.** 2013. 136 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2013.

DIREITO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO. **Glossário sobre migração.** Genebra: Editora Organização Internacional para as Migrações, 2009.

PERDUN, F.; SILVA, D. A. K.; BALDIN, Nelma. Inclusão Social das mulheres catadoras: Atividade artesanal como forma de valorização do ser humano e seu potencial. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba, 2009, p. 10048-10058. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2545_1087.pdf> Acesso em: 02 mai. 2017.

PEREIRA, B. C. **(Des)caminhos da imigração haitiana no rio grande do sul: implicações culturais e sociais nos processos de mudança de vida.** 2016. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016<

<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1222/1/Bruna%20Caroline%20Pereira.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2017.

PEREIRA, M. L. I. E. M. **Limites e (im) possibilidades de atravessar as fronteiras entre a língua de orime (materna) e a estrangeira (paterna)**. In: NETO, Helion Póvoa. et al. (Org.). Caminhos da migração: memória, integração e conflitos. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 261-276.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIERRE, Jean Gardy Jean. **Haiti, uma república do Vodou?: uma análise do lugar do Vodou na sociedade haitiana à luz da Constituição de 1987 e do Decreto de 2003**. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PRADO, Erlan José Peixoto do. COELHO, Renata. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

PROSPERE, Renel. **Frantz Fanon e os Movimentos Sociais: com os olhos voltados para o Haiti, mirando o processo pedagógico**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

RENK, Valquíria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba**. Curitiba: Champagnat, 2004.

RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. **Francês, crioulo e vodou: a relação entre língua e religião no Haiti**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos Neolatinos – Língua Francesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

SILVA, Mariana Moreno Everton. **Movimentação internacional de pessoas: perspectivas social e jurídicas dos trabalhadores sul-americanos irregulares no Brasil**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

SURIEL, Richard Junior. **El Masacre se pasa a pie e a reconstrução do massacre de haitianos na fronteira dominico-haitiana: historia e ficção**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

SIMÕES, J. L. et al. Imigrantes do Haiti no Brasil: um caso de efetivação de direitos humanos. **AMPLIANDO Revista Científica da Facerb**, v. 2, n. 2, 2015, p. 85-95.

TAKASCHIMA, Aline Viquetti Karazawa. **Travessia: História dos imigrantes haitianos em Santa Catarina**. 2015. 52 f. Trabalho de Conclusão Curso (Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. < Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/156901>> Acesso em: 25 mai. 2017.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo.; BRAGA, Antônio Mendes da Costa.; BAENINGER, Rosana. (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VEIGA, Cynthia Greive.; FONSECA, Thais Nivia de Lima. (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VIRTUOSO, T. S. **Disputas de identidades: a nacionalização do ensino em meio aos ítalo-brasileiros (1900 -1930)**. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106627/252386.pdf?sequence=1>> Acesso em: 26 nov. 2016.

ZENI, K.; FILIPPIM, E. S. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, v. 15, n. 2, 2014, p. 11-27.

FONTES

ACOLHEDORA. Entrevista concedida a Neli de Lemos. Joinville, 12 dez. 2016.

BAZZO, Gabriela. **Haitianos enfrentam preconceito e abusos no Brasil**. Revista Exame. São Paulo, 30 jan. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/haitianos-enfrentam-preconceito-e-abusos-no-brasil/>> Acesso em: 29 mar. 2017.

BRASIL. Resolução Normativa CNlg nº 97 de 12/01/2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em <http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-97-2012_115473.htm> Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Planalto**. Brasília, 22 jun. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em: 22 de abr. e 18 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 22 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.

Planalto. Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840.htm> Acesso em: 15 maio. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estrangeiros (Foreigners). Ministério da Justiça e Segurança Pública, Governo Federal. Brasília. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/estrangeiros>> Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014AE84BF2956CB6/Pesquisa%20do%20Projeto%20%E2%80%9CEstudos%20sobre%20a%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20Haitiana%20ao%20Brasil%20e%20Di%C3%A1logo%20Bilateral%E2%80%9D.pdf>> Acesso em: 2 jul. 2016.

CAVALLI, Janaina. Haitianos chegam a Santa Catarina em busca de oportunidades de trabalho. Florianópolis, 29 jan. 2014. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/01/haitianos-chegam-a-santa-catarina-em-busca-de-oportunidades-de-trabalho-4404177.html>> Acesso em: 7 jul. 2016.

EDUCADORA 1. Entrevista concedida a Neli de Lemos. Joinville, 19 abr. 2017.

EDUCADORA 2. Entrevista concedida a Neli de Lemos. Joinville, 19 abr. 2017.

EM DISCUSSÃO. Depois do terremoto no Haiti imigrantes haitianos buscam refúgio no Brasil e recebem vistos. Revista de audiências públicas do Senado Federal, ano 3, n. 10, 2012. Disponível em

<<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>> Acesso em: 20 abr. 2016.

GONZAGA, Polyana. Paróquia de São Paulo é referência no acolhimento de imigrantes haitianos. **Redação A12 Notícias**. São Paulo, 19 mar. 2015. Disponível em:

<<http://www.a12.com/noticias/detalhes/paroquia-nossa-senhora-da-paz-acolhe-haitianos-em-sp-editando-falta-entrevista>> Acesso em: 13 mar. 2017.

GREGOR, V. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento.

Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

<<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/alemaes.html>> Acesso em: 26 nov. 2016.

IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO – 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise – Igualdade Racial**.

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=38&Itemid=363> Acesso em: 10 jul. 2016.

JOINVILLE. Diário da câmara de vereadores de Joinville. Sessão Ordinária do dia 4 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://legiscam.cvj.sc.gov.br/fusion/cvj/diarios.jsp>> Acesso em: 29 mar. 2017.

JUNGES, Lendra S. Aprenda a se comunicar com os haitianos em crioulo. Jornal A Notícia. Joinville, 30 mai. 2015. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2015/05/aprenda-a-se-comunicar-com-os-haitianos-em-crioulo-4770945.html>> Acesso em: 29 maio. 2016.

KONS, Luiza. **Situação dos imigrantes em SC é discutida na ALESC**. Cotidiano UFSC. Florianópolis, 7 out. 2015. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/situacao-de-imigrantes-e-discutida-na-alesc/>> Acesso em: 27 mar. 2017.

LANDE. Entrevista concedida a Neli de Lemos. Joinville, 12 dez. 2016.

LAURETTI, Patrícia. Tese revela superexploração de mão de obra de haitianos em SC. Jornal da Unicamp. Campinas, 16 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/05/16/tese-revela-superexploracao-de-mao-de-obra-de-haitianos-em-sc>> Acesso em: 19 mai. 2017.

LIA. Entrevista concedida a Neli de Lemos. Joinville, 16 jan. 2016.

LINDER, Larissa. Joinville segue como maior PIB de SC, com valor 41% superior ao da Capital. Diário Catarinense. Florianópolis, 14 dez. 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/12/joinville-segue-como-maior-pib-de-sc-com-valor-41-superior-ao-da-capital-8749689.html>> Acesso em: 29 mar. 2017.

LISE. Entrevista concedida a Neli de Lemos. Joinville, 12 dez. 2016.

O SOL DIÁRIO. Imigrantes deixam Santa Catarina para fugir da crise econômica. Itajaí, 19 ago. 2016. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/08/imigrantes-deixam-santa-catarina-para-fugir-da-crise-economica-7296176.html>> Acesso em: 30 mar. 2017.

PORTAL BRASIL. Linha do Tempo História da Educação. **Portal Brasil**. Brasília, 15 ago. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia-da-imigracao> Acesso em: 19 out. 2016.

PORTAL BRASIL. Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres. Cidadania e Justiça. Brasília, 7 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>> Acesso em: 09 jul. 2017.

PORTAL GLOBO SANTA CATARINA. **Com relatos de preconceito e falta de emprego, muitos haitianos deixam SC**. G1 Santa Catarina RBS TV. Santa Catarina, 22 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santacatarina/noticia/2016/07/preconceito-e-desemprego-fazem-haitianos-deixarem-setratam-mal.html>> Acesso em: 29 mar. 2017.

PORTAL GLOBO SANTA CATARINA. **Em busca de trabalho, haitianos são maioria entre estrangeiros em Joinville**. G1 Santa Catarina RBS TV. Santa Catarina, 1 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santacatarina/noticia/2015/05/em-busca-de-trabalho-haitianos-sao-maioria-entre-estrangeiros-em-joinville.html>> Acesso em: 29 mar. 2017.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Assistência a pessoa em situação de rua. Joinville. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/assistencia-a-pessoa-em-situacao-de-rua/>> Acesso em: 07 ag. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ. Demografia. Feliz. Disponível em: <<http://www.feliz.rs.gov.br/municipio/demografia/>> Acesso em: 26 nov. 2016.

SANCHEZ, Giovana. Religião dominante no Haiti, vodu mistura elementos cristãos e crenças africanas. Dia a Dia Educação. Paraná, 9 fev. 2011. Disponível em: <<http://ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=275>> Acesso em: 26 abr. 2016.

SCHMID, Daniela. **Situação dos haitianos e outros imigrantes. Audiência Pública**. Portal Luteranos. Porto Alegre, 6 ago. 2015. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/missao-sociedade/situacao-dos-haitianose-outros-imigrantes-2> Acesso em: 30 mar. 2017.

STEVENS, Libna. Haiti: 522 adventistas mortos, 55 igrejas destruídas. **O blog da esperança**. Vila Palmeira, 24 jan. 2010. Disponível em: <<http://depcomvp1.blogspot.com.br/2010/01/haiti-522-adventistas-mortos-55-igrejas.html>> Acesso em: 26 abr. 2016.

ZANGHELINI, Daiane. Haitianos chegam a Jaraguá do Sul para trabalhar em fábrica de embalagens. Jornal A Notícia, Jaraguá do Sul, 12 fev. 2013. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/an-jaragua/noticia/2013/02/haitianos-chegam-a-jaragua-do-sul-para-trabalhar-em-fabrica-de-embalagens-4041225.html>> Acesso em: 29 maio. 2016.